

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

OPORTUNIDADES POLÍTICAS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO:  
o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial no brasil

LEONARDO RAFAEL SANTOS LEITÃO

PORTO ALEGRE  
2012

**LEONARDO RAFAEL SANTOS LEITÃO**

**OPORTUNIDADES POLÍTICAS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO:  
o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial no brasil**

Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Dr. Marcelo Kunrath Silva

**PORTO ALEGRE  
2012**

LEONARDO RAFAEL SANTOS LEITÃO

**OPORTUNIDADES POLÍTICAS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO:  
o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial no brasil**

BANCA EXAMINADORA

Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

---

Dr. Marcelo Kunrath Silva – Professor orientador

---

Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (UFRGS)

---

Dra. Claudete Gomes Soares (UFFS)

---

Dra. Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)

#### CIP - Catalogação na Publicação

Leitão, Leonardo R. Santos  
Oportunidades políticas e repertórios de ação: o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial no Brasil / Leonardo R. Santos Leitão. -- 2012.  
152 f.

Orientador: Marcelo Kunrath Silva.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Movimento Negro. 2. Oportunidades Políticas. 3. Movimentos Sociais. I. Kunrath Silva, Marcelo , orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese de doutorado encerra um conjunto de ciclos em minha trajetória acadêmica e pessoal. O primeiro deles, por óbvio, diz respeito ao término do curso de doutorado. Mas o término deste curso encerra também uma trajetória de onze anos de estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estudos que começaram, no ano de 2001, no curso de graduação em Ciências Sociais. Durante os onze anos que passei na UFRGS, muitas pessoas colaboraram com minha formação. Gostaria de agradecer nominalmente alguns professores:

Primeiramente, ao professor José Carlos Gomes dos Anjos, com quem iniciei os trabalhos de campo, a pesquisa e a extensão em ciências sociais. O professor José Carlos me mostrou que pesquisa e extensão são atividades inseparáveis na Universidade e que a atividade acadêmica precisa estar comprometida com a transformação da realidade estudada. O agradeço também por ter me inserido no universo tão rico das comunidades negras rurais e das relações raciais no Brasil. Ter contato com as comunidades negras e com o movimento negro me fez procurar saber mais sobre minha história de filho de “mãe solteira”, sem avós e sem parentes. Ao buscar a minha história familiar, até então desconhecida por mim mesmo, descobri relatos de preconceito e discriminação racial que me fizeram repensar minha narrativa “biográfica”.

Agradeço também ao professor Dr. Marcelo Kunrath Silva, orientador e amigo, que acompanhou toda minha trajetória acadêmica. O professor Marcelo Kunrath foi paraninfo de minha turma de graduação e generosamente aceitou me orientar durante uma fase difícil no doutorado, de troca de orientador e de troca de foco da tese. A seriedade e comprometimento do professor Marcelo Kunrath com o tema dos movimentos sociais foram fundamentais para que esta tese fosse concluída. O professor Marcelo dirige hoje um grupo de pesquisa muito atuante que

funciona de forma colaborativa e muito participativa, o GPACE (Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento), grupo ao qual agradeço muito pelas discussões e pela produção de qualidade que hoje desenvolve na área de estudos dos movimentos sociais e da ação coletiva.

A tese também encerra minha condição, ao menos neste momento, de estudante. Condição na qual iniciei minha carreira como professor no ensino superior. Primeiramente como professor substituto da UFRGS e posteriormente como professor concursado em uma nova Universidade Federal, a UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul). No ano de 2010, mudei-me de cidade e de estado para enfrentar o desafio de construção de um curso de Ciências Sociais em uma universidade que iniciava seu primeiro ano de funcionamento. Ao longo destes quase três anos na UFFS, dividi meu tempo como professor e ainda estudante de pós-graduação. Encerrado esse ciclo de duas identidades, estudante e professor, novos e maiores desafios se apresentam.

Por isso, gostaria de agradecer aqueles que ao longo destes poucos anos na UFFS compartilham comigo os desafios de construção de uma universidade de fato democrática e popular. Agradeço profundamente aos professores: Ari Sartori, Adiles Savoldi, Christy Pato, Claudete Soares (que gentilmente aceitou o convite para fazer parte da banca de avaliação deste trabalho), Danilo Martuscelli, Fábio Carminati, Antonio Alberto Brunetta, Paulo Nunes, Vicente Neves, e os mais recentes professores do curso de Ciências Sociais: Tânia Welter e Luiz Passador.

Agradeço também as minhas duas mães, Leniara Santos e Vanda Demartini. Ainda que tenha tido a impossibilidade ser criado com uma figura paterna, tive o imenso privilégio de ter tido duas mães. Agradeço a elas pelo carinho, pelo afeto e pelo incentivo ao estudo que sempre me deram apesar das dificuldades.

Agradeço aos meus amigos de infância que até hoje, apesar da distância,

compartilham histórias de vida e momentos agradáveis: Marcelo Cortes, Julio Peters, Jônatas Fraga, Rodrigo Rodrigues, Rubem Silva.

Meu especial agradecimento à minha companheira, amiga e amada Jaqueline Russczyk por compartilhar a vida ao meu lado, por me dar apoio e carinho em todos os momentos, por ser uma parceira nos estudos, no trabalho. Desde que nos conhecemos em um trabalho de campo, ainda na graduação, vivemos intensos e bonitos momentos que jamais esquecerei e que marcaram minha vida. Também agradeço imensamente por seu incentivo e apoio na conclusão deste trabalho.

Por fim, agradeço à CAPES pelo apoio financeiro durante os primeiros anos do doutorado e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo acolhimento e pela formação intelectual e profissional.

**O MURO**

*Eu bato contra o muro  
duro  
esfolo minhas mãos no  
muro  
tento longe o salto e pulo  
dou nas paredes do muro  
duro  
não desisto de forçá-lo  
hei de encontrar um  
furo  
por onde ultrapassá-lo*

(Oliveira Silveira – 1941-2009)

## RESUMO

A tese trabalha com uma questão ainda pouco explorada ou explorada de forma pouco satisfatória pelas ciências sociais brasileiras: a relação dos movimentos sociais com a política institucional. Afirmamos que há, na tradição brasileira dos estudos sobre os movimentos sociais, uma tendência a compreender os movimentos sociais a partir da sua relação de oposição ao estado e, mais amplamente, à política institucional. O argumento central deste trabalho, que procuramos sustentar a partir de uma narrativa histórica sobre um movimento social específico no cenário político brasileiro, o movimento negro, é a de que o conflito dos movimentos sociais com o estado não significa ausência de relação entre eles. No caso do movimento negro, demonstramos que há uma tendência a institucionalização de suas demandas através do trânsito institucional de militantes entre esferas estatais e esferas do próprio movimento, mediada por partidos políticos. A institucionalização do movimento inicia na década de 1980 com as transformações na estrutura de oportunidades políticas causadas pela democratização do país e intensifica-se nos anos 1990, quando militantes negros passam a ocupar posições no governo federal que lhes permitem pautar, na agenda política brasileira, demandas históricas do movimento negro. A tese, portanto, contribui na ampliação do debate acerca das relações entre os movimentos sociais e a institucionalidade, ampliando as possibilidades de interpretação de uma forma de relação que, ao que tudo indica, demonstra sinais de intensificação.

Palavras-chave: Movimento negro. Oportunidades políticas. Movimentos sociais.

## ABSTRACT

The thesis works with an even slightly explored or exploited so unsatisfactory in Brazilian social sciences: the relationship of social movements to institutional policy. We affirm that there is, in the tradition of Brazilian studies on the social movements, a tendency to understand the social movements from its oppositional relation to the state and, more broadly, to institutional policy. The central argument of this thesis, which we seek support from a historical narrative about a social movement in specific political scene, the black movement, is that the conflict of social movements with the state does not mean no relationship between them. In the case of the black movement, we demonstrate that there is a tendency to institutionalize their demands through the institutional transits of militants between state sectors and spheres of the movement itself, mediated by political parties. The institutionalization of the movement started in the 1980s with the changes in the structure of political opportunities caused by the democratization of the country and intensified in the 1990s when black militants are taking up positions in the federal government that allow them to be guided in the Brazilian political agenda historical demands of the black movement. The thesis therefore contributes in expanding the debate.the relationship between social movements and institutions, expanding the possibilities of interpreting a form of relationship that, to all appearances, shows signs of intensifying.

Keywords: Black movement. Political opportunities. Social movements.

## SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>CDAB</b> -	Comitê Democrático Afro-Brasileiro
<b>CEDEMPA</b> -	Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará
<b>CPDCN</b> -	Conselho de Participação da Comunidade negra de São Paulo
<b>FNB</b> -	Frente Negra Brasileira
<b>GTIMVPN</b> -	Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População negra
<b>IPCN</b> -	Instituto de Pesquisa da Cultura Negra
<b>MDB</b> -	Movimento Democrático Brasileiro
<b>MNU</b> -	Movimento Negro Unificado
<b>MNUCDR</b> -	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
<b>MPP</b> -	Modelo do Processo Político
<b>MUCDR</b> -	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
<b>ONG</b> -	Organização Não Governamental
<b>PCB</b> -	Partido Comunista Brasileiro.
<b>PMDB</b> -	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PT</b> -	Partido dos Trabalhadores
<b>PTB</b> -	Partido Trabalhista Brasileiro
<b>SINBA</b> -	Sociedade de Intercâmbio Brasil-África
<b>UFRGS</b> -	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UFRJ</b> -	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Mobilização negra em 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo – marco da retomada da luta negra no Brasil.....	16
FIGURA 2 - Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em 20 de novembro de 1995, na cidade de Brasília. A marcha reuniu cerca de 30 mil manifestantes.....	18
FIGURA 3 - Jovens negros se apresentam no salão da Reitoria da UFRGS durante as manifestações pela aprovação da política de cotas na universidade.....	19
FIGURA 4 - Encontro da Frente Negra Brasileira em 1932.....	63
FIGURA 5 - Aula de alfabetização para negros matriculados no Teatro Experimental do Negro.....	68
FIGURA 6 - Leitura de um manifesto durante a manifestação do dia 7 de julho em frente ao Teatro Municipal de São Paulo.....	81
FIGURA 7 - Manifestação do MNU na cidade do Rio de Janeiro em 1978. Uma série de manifestações públicas marcam a retomada do movimento negro.....	84
FIGURA 8- Deputado Estadual Esmeraldo Tarquínio, um dos idealizadores da Frente Negra de Ação Política de Oposição.....	93
FIGURA 9 - Lula em caminhada do partido na cidade de Curitiba em 1982. Militantes negros ingressaram nas campanhas do partido em diversas regiões do país.....	103
FIGURA 10 -Cartaz de convocação da “Marcha contra a Farsa da Abolição”, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 11 de maio de 1988.....	110
QUADRO 1 -Matriz dos tipos de relação entre estado e movimentos sociais.....	30
QUADRO 2 -Dimensões e características dos mecanismos causais.....	48
QUADRO 3 -Esquema de análise da tese.....	50

	13
QUADRO 4 -Operacionalização dos mecanismos causais.....	51
QUADRO 5 -Divisão temática das entrevistas.....	55
QUADRO 6 -Síntese dos principais repertórios de ação do movimento negro até os anos 1960.....	73
QUADRO 7 -Atuação em organizações de esquerda (anos 1970).....	77
QUADRO 8 -Matriz dos tipos de relação entre estado e movimentos sociais (contestação).....	87
QUADRO 9 -Sociograma da atuação das lideranças do movimento negro.....	137
QUADRO 10 - Matriz dos tipos de relação entre estado e movimentos sociais.....	142

## SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Estrutura da tese.....	24
<b>2 RELAÇÕES ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO.....</b>	<b>25</b>
2.1 Repertórios de ação e oportunidades políticas: elementos conceituais para pensar a relação entre Estado e movimentos sociais.....	37
2.2 Mecanismos da institucionalização.....	43
2.3 Problematização e hipóteses de trabalho: a “infiltração” no Estado como padrão de relação Estado/movimento negro.....	49
2.4 Nota metodológica.....	53
<b>3 O MOVIMENTO NEGRO AO LONGO DO TEMPO: OPORTUNIDADES E REPERTÓRIOS (1880-1979).....</b>	<b>57</b>
3.1 A imprensa negra como movimento social.....	59
3.2 Uma resposta à fragmentação: a Frente Negra Brasileira.....	62
3.3 O Teatro Experimental do Negro: a negritude como bandeira.....	66
3.4 O movimento negro até os anos 60: repertórios e oportunidades.....	72
3.5 Uma guinada à esquerda: o Movimento Negro Unificado.....	74
3.6 O não institucional e o contestatório: considerações finais sobre o capítulo..	87
<b>4 REDEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO: O MOVIMENTO NEGRO NOS ANOS 1980.....</b>	<b>90</b>
4.1 Redemocratização e institucionalização da sociedade civil: transformações na “estrutura de oportunidades políticas”.....	91
4.2 Primeiras experiências de participação do movimento negro nas esferas	

	15
executivas do Estado.....	95
4.3 Partidos, movimento e eleições.....	100
4.4 Confronto e institucionalidade: as movimentações em torno do centenário da abolição.....	105
4.5 A mobilização do movimento negro em torno da constituinte.....	111
4.6 Considerações finais sobre o capítulo.....	114
<b>5 O PERÍODO DA CONSOLIDAÇÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO: OS ANOS 1990.....</b>	<b>118</b>
5.1 Autonomia e institucionalidade: as fronteiras entre partido e movimento....	121
5.2 A “infiltração” no estado como repertório de ação: conflitos e avanços.....	125
5.3 De fora para dentro e de dentro para fora: o Grupo de Trabalho Interministerial e a criação de uma agenda de políticas públicas para a comunidade negra.....	130
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>148</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*O sistema é racista cruel/ Levam cada vez mais irmãos aos bancos dos réus/ Os sociólogos preferem ser imparciais/ E dizem ser financeiro o nosso dilema/ Mas se analisarmos bem mais você descobre/ Que negro e branco pobre se parecem / Mas não são iguais.*

(Racionais MC's – Racistas Otários)



FIGURA 1 - Mobilização negra em 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo – Marco da retomada da luta negra no Brasil

Lideranças dispersas das entidades negras de São Paulo, no dia 7 de julho do ano de 1978, lentamente dirigiam-se para as escadarias do Teatro Municipal, na Praça Ramos de Azevedo. Aos poucos, centenas de negros e negras tomavam conta das escadarias sob olhares atentos da população que passava no local. Em plena ditadura militar, centenas de policiais acompanhavam atentamente a mobilização. Encontros de negros na Praça Ramos de Azevedo eram comuns

naquele período. Diariamente, jovens negros reuniam-se para ouvir *soul music* e *funk* e desfilarem com seus “sapatos enormes, calça boca estreita, cintura alta e cabelão<sup>1</sup>”. Mas aquele dia foi diferente. Faixas e cartazes rompiam com o pacto de silêncio sobre as relações raciais que imperavam durante o período militar.

Poucos dias antes da mobilização, um jovem trabalhador negro havia sido preso em uma feira, acusado de ter roubado frutas. Na delegacia, o jovem foi torturado e acabou falecendo. Semanas depois, quatro atletas negros foram impedidos de jogarem no time de voleibol infantil do Clube de Regatas Tietê. Acontecimentos deste tipo faziam parte do cotidiano da população negra brasileira, mas naquele ano o descontentamento tomou as ruas e a mobilização se transformou no marco da retomada do movimento social negro no Brasil.

Em 1983, após a vitória de Franco Montoro (PMDB) para o governo do estado de São Paulo, Ivair Alves dos Santos, então militante recém-chegado de Angola, assume a direção do primeiro órgão estatal criado com a função de atender a população negra: o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. Nas palavras do próprio Ivair: “a gente começou a utilizar a máquina do governo para incluir a questão negra no movimento Diretas Já<sup>2</sup>”. Passados cinco anos da grande manifestação pública do Movimento Negro em São Paulo, os repertórios de ação do movimento já apresentavam uma diversificação. Para além de protestos e passeatas, dos anos 1980 em diante o movimento negro vive um intenso tráfego entre estruturas partidárias e órgãos estatais e de governo.

No mês de julho de 1995, dezessete anos depois da mobilização na praça Ramos de Azevedo, reúnem-se, novamente em São Paulo, diversas entidades

---

<sup>1</sup> Depoimento de Amauri Mendes Pereira. Disponível em ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almicar Araújo. **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

<sup>2</sup> Depoimento de Ivair Alves dos Santos. Disponível em ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almicar Araújo. **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

negras com o objetivo de organizar o maior ato político do movimento negro brasileiro: a histórica Marcha Zumbi dos Palmares. Em 20 de novembro daquele ano, ônibus dos mais diversos estados brasileiros dirigem-se rumo à Brasília. Mais de 30 mil pessoas tomam as ruas da capital, exigindo políticas efetivas de combate à discriminação racial e de reparação à população negra.



FIGURA 2 - Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em 20 de novembro de 1995, na cidade de Brasília. A marcha reuniu cerca de 30 mil manifestantes

No dia 29 de junho de 2007, uma cena atípica acontece no saguão do prédio da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cerca de 500 pessoas assistem um grupo de meninos negros dançarem ao som de *hip-hop*. Trata-se do clímax de uma luta histórica do movimento negro: a implementação de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras. Integrantes do movimento negro, estudantes, professores e ativistas de diversas organizações sociais comemoram a aprovação, no Conselho Universitário da UFRGS, da política de cotas para estudantes negros e indígenas. Por quase dois anos, uma série de manifestações

(marchas, seminários, vigílias, abaixo-assinados) ocorreram na universidade, sempre acompanhados dos gritos dos manifestantes: “Ah, aha! Cotas na UFRGS já!”.



FIGURA 3 - Jovens negros se apresentam no salão da Reitoria da UFRGS durante as manifestações pela aprovação da política de cotas na universidade

O período de quase 30 anos que engloba os acontecimentos narrados acima chama atenção para a persistência daquilo que Florestan Fernandes chamava de “o protesto negro”<sup>3</sup>. Protesto que não tem início em 1978 e que não acaba em 2007. Muito pelo contrário, as formas de organização e mobilização da população negra remetem ao período colonial e nos dias atuais seguem tendo suas expressões seja na forma de ONGs, associações ou até mesmo nas letras de protesto cantadas por jovens negros em grupos de *rap*. Todas essas questões apontadas acima são objetos de interesse investigativo da tese aqui apresentada. Tese que pretende lidar, a partir de problemáticas empíricas, com questões de suma importância para as ciências sociais no Brasil, quais sejam: a questão racial e a problemática da ação

<sup>3</sup> FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

coletiva e dos movimentos sociais. Ainda que durante muitos anos a problemática das relações raciais no Brasil tenha sido alvo de discussões e interpretações por parte das ciências sociais, estas pouco se debruçaram sobre os repertórios de ação do conjunto diversificado de organizações sociais que conformam o movimento negro<sup>4</sup> e seus efeitos no enfrentamento das desigualdades raciais na sociedade brasileira.

A longevidade do movimento negro, contudo, não deve ser vista como sinônimo de imutabilidade. Conforme demonstram os eventos destacados anteriormente, existem significativas transformações e, mesmo, rupturas na conformação do movimento ao longo dos anos. Não é possível pensar que a atuação da Frente Negra Brasileira (FNB), criada na década de 1930, por exemplo, possui as mesmas características da mobilização contestatória do Movimento Negro Unificado (MNU), no período final da ditadura militar.

O foco desta tese é exatamente a análise destas reconfigurações do movimento negro ao longo do tempo. Deixando de lado a discussão normativa sobre qual *deve ser* a forma de estruturação e atuação de um movimento social, busca-se aqui analisar como as organizações que conformam o movimento negro interpretam e se apropriam de distintas oportunidades políticas disponíveis em diferentes contextos político-institucionais e, a partir de suas capacidades, objetivos e estratégias, desenvolvem suas ações para transformar o quadro de profundas desigualdades raciais no país. Mais especificamente, a pesquisa focaliza a atuação das organizações do movimento negro a partir do processo de redemocratização brasileiro, iniciado na segunda metade dos anos 1970. Uma das características marcantes do período analisado é a abertura de canais participativos na gestão do Estado (como conselhos, fóruns e conferências). Tal processo, intensificado a partir

---

<sup>4</sup> Nesta tese adota-se a definição de movimento social construída por Diani (2000, p. 5): “informal networks of actors (organizations, groups, and individuals) engaged in conflicts for the control of material or symbolic stakes, on the basis of shared identities”. Segundo esta definição, um movimento social não constitui propriamente um ator, mas uma articulação de atores (auto)identificados como compartilhando uma posição em um campo de conflito.

dos anos 1990, vem facilitando a entrada de militantes e lideranças negras e de suas demandas na agenda das políticas de Estado. Para Ubiali (2006), o movimento negro tem sido um dos principais atores sociais a ocupar e a tornar estes espaços participativos em locais de disputa política. Portanto, não se trata apenas da abertura de canais participativos, mas também de novas formas de relação entre Estado, organizações e movimentos sociais que precisam ser entendidas pelas ciências sociais. Nos últimos 30 anos, pelo menos, a tese dominante na literatura de movimentos sociais no Brasil, que pregava que os movimentos sociais se constituíam como opositores diretos às estruturas de Estado, dificultou o desenvolvimento de análises que levassem em conta a complexidade das relações entre movimentos sociais e Estado, em especial no período pós-ditatorial. A crescente inserção de militantes sociais nas estruturas estatais, característica deste período, tendeu a ser interpretada como expressão direta de desvios estratégicos ou cooptação política. O ponto de vista adotado nesta análise problematiza tal generalização, a partir do argumento de que a participação institucional, na medida em que seja uma oportunidade disponível dentro de um determinado contexto político-institucional, pode constituir-se como um repertório de ação utilizado de forma deliberada pelos movimentos sociais na busca de seus objetivos.

Coloca-se, assim, a hipótese de que, em determinados contextos político-institucionais, a possibilidade dos movimentos sociais brasileiros terem suas demandas em relação ao Estado atendidas passa, ainda que não exclusivamente, por uma certa inserção no mesmo. Inserção esta que aparece de forma mais contundente como um horizonte para os movimentos sociais após a abertura democrática do país e de uma maior institucionalização das demandas sociais, muitas delas sintetizadas em partidos políticos, principalmente os partidos de esquerda, que no período de democratização funcionaram como uma espécie de mediador político entre o Estado e os movimentos sociais.

Nesse sentido, a mobilização de 1978, ilustrada pela FIG. 1, representa um

momento da mobilização negra muito distinto do que ocorreu no ano de 2007 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os distintos contextos políticos também influenciaram nos repertórios de ação do movimento negro. Se, em 1978, ir para rua era a única maneira de tornar público os problemas da discriminação racial e a inércia do Estado brasileiro perante essa questão, em 2007, nos bastidores da luta pelas cotas raciais havia uma ampla rede de parlamentares negros, políticos de reconhecimento nacional e lideranças negras com forte participação nas estruturas estatais e de governo. A existência de parlamentares negros e de uma ampla rede de militantes negros presentes nas estruturas estatais é tributária da primeira experiência de um órgão público destinado a atender as demandas da comunidade negra presidido por Ivair Alves dos Santos em 1983. São caminhos percorridos pelo movimento negro que não podem ser reduzidos a um único espaço ou repertório de atuação.

Há, portanto, uma forte interdependência entre os contextos políticos e institucionais e a conformação das ações dos movimentos sociais. Na literatura sociológica, essa relação entre contexto político e ação coletiva tem centralidade na abordagem do Modelo do Processo Político (*Political Process Model* – MPP), que tem como central o conceito de Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP). Tal abordagem aponta que a formação e atuação dos movimentos sociais não podem ser entendidas fora de um contexto político e institucional que de alguma forma define as oportunidades do agir coletivo (SILVA, 2009). Para Tarrow (2009), as oportunidades e restrições estruturais, bem como a percepção de ameaça que as pessoas têm aos seus interesses e ações, são muito mais importantes para geração do confronto político-social do que fatores estritamente socioeconômicos. Como coloca o autor:

Entendo o conceito de oportunidade política como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso (Ibidem, p. 105).

Em anos mais recentes, no entanto, autores vão problematizar o predomínio de uma visão estática e substantivista no emprego do conceito de EOP. De acordo com esta problematização, ao tomar a EOP como um “dado” objetivo da realidade, estaria sendo ocultado o processo fundamental de *atribuição* de oportunidade (McADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 43-46). Ou seja, oportunidades só afetariam a constituição e atuação das organizações sociais a partir da mediação do processo de interpretação realizado pelos atores sociais e a identificação de determinadas condições conjunturais como oportunidades. Neste sentido, oportunidades não seriam elementos automática e homoganeamente definidos pela configuração político-institucional, mas sim resultados contingentes e diversificados do processo de atribuição de sentido recorrentemente realizado pelos atores sociais inseridos em um determinado contexto (KURZMAN, 1996).

É com esse debate que a presente tese busca o diálogo. Ou seja, busca-se uma abordagem mais adequada para uma interpretação relacional das interdependências entre contexto político-institucional e processos organizativos, a partir da análise da trajetória e dos repertórios de ação adotados pelo movimento negro nos últimos 30 anos. Trata-se de levantar possibilidades interpretativas da atuação do movimento negro nas últimas décadas, a partir de referenciais teóricos do Modelo do Processo Político, principalmente nas formulações de Charles Tilly e Sidney Tarrow. Esta teoria apresenta-se como um referencial analítico importante para pensar o movimento negro no Brasil, em função de seu caráter menos determinista e mais relacional. Para o MPP, os mecanismos que tornam possível o surgimento dos movimentos sociais não estão dados de antemão e devem ser buscados justamente na compressão do processo político, processo este que engloba desde questões relacionadas ao engajamento individual dos atores sociais em ações coletivas até dimensões macroestruturais.

## 1.1 Estrutura da tese

Em *Relações Entre Movimentos Sociais e Estado (capítulo 2)*, apresentamos os referenciais teórico e conceituais que foram utilizados para construção do foco de análise do trabalho. Nesse capítulo, problematizamos o material empírico à luz das discussões teóricas e levantamos as hipóteses que orientam a investigação realizada.

Já no capítulo 3, damos início a construção de uma narrativa histórica acerca do movimento negro, de seus repertórios de ação política, de suas transformações etc. Busca-se apresentar um panorama das principais formas organizativas do movimento e suas formas de relação com conjunturas políticas específicas, concentrando sua análise até o final da ditadura militar no Brasil. Com este capítulo, pretendeu-se demonstrar os repertórios extraestatais adotados pelo movimento negro em uma conjuntura pouco favorável à recepção das demandas da população negra.

O capítulo 4 busca analisar o processo de institucionalização do movimento negro ao longo da década de 1980, problematizando os mecanismos ambientais, interpretativos e relacionais que contribuem para interpretação do processo de institucionalização da ação do movimento negro ao longo dessa década.

Por fim, no capítulo 5, trabalhamos com o recorte temporal dos anos 1990. Nesse capítulo, analisamos o processo de intensificação da institucionalização do movimento negro. Seguimos depoimentos de militantes que tiveram significativa contribuição na mediação entre as demandas do movimento e as estruturas estatais. Demostramos as redes políticas e pessoais que sustentaram a apropriação das oportunidades da política institucional e o trânsito institucional dos militantes negros, redes essas que são a base do processo de infiltração do estado como repertório de ação política do movimento.

## 2 RELAÇÕES ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO

O Modelo do Processo Político inovou no debate sobre ação coletiva ao deslocar o estudo de um ator social específico, os movimentos sociais, para uma forma de ação política específica baseada no confronto. Confronto político que é definido pelos autores da seguinte maneira:

Episodic, public, collective interaction among makers of claims and their objects when (a) at least one government is a claimant, an object of claims, or a party to the claims and (b) the claims would, if realized, affect the interests of at least one of the claimants (McADAM; TARROW; TILLY, 2004, p. 29).

A definição de política contenciosa proposta pelos autores na obra *Dynamics of Contention (DOC)*<sup>5</sup> toma o conflito como elemento comum a uma série de fenômenos que envolvem a ação coletiva. Esse deslocamento para o confronto, ao invés de um sujeito específico (os movimentos sociais ou a sociedade civil), acabou tendo duas consequências no debate contemporâneo sobre a ação coletiva. Primeiro, agrupou sob um mesmo referencial analítico fenômenos até então tratados de forma distinta pelas ciências humanas: greves, revoluções, movimentos sociais etc. Segundo, distinguiu-se da abordagem da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS<sup>6</sup>), que tendia a encarar a sociedade civil e os movimentos sociais a partir da lógica da reciprocidade e da comunicação (ABERS; BULOW, 2011).

E, se o confronto é uma dimensão importante para o estudo das formas de

---

<sup>5</sup> McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

<sup>6</sup> Conforme Silva (2010), a TNMS confere centralidade a identidade como conceito de análise.

ação coletiva, uma dimensão dele é salientada na obra *Dynamics of Contention* (*DOC*): o Estado como um dos elementos centrais nas relações contenciosas. Nesta obra, os autores atribuem ao Estado uma função-chave. É ele o alvo dos descontentamentos de pessoas comuns, que organizam ações, das mais variadas formas, para exigirem ou arrancaram algo do Estado. Sendo assim, na obra *DOC*, estado e movimentos sociais, ou, mais especificamente, formas de ação coletiva, tendem a ocorrer por meio de sujeitos que estão à margem da política institucional. Esta externalidade se expressa claramente na própria definição de movimentos sociais apresentada por McAdam, um dos autores centrais do MPP: “tentativas racionais dos grupos excluídos mobilizarem suficiente influência, para alcançarem interesses coletivos, através de meios não institucionalizados” (1997, p. 173).

Em *Dynamics of Contention*, os autores distinguem duas categorias de políticas contenciosas: as transgressoras e as contidas ou também “institucionais” e “não convencionais”<sup>7</sup> (McADAM; TARROW; TILLY, 2004, p. 29). Em ambos os casos, o Estado é um dos atores partícipes do conflito. A principal diferenciação está no fato de que, nos conflitos institucionais, os atores sociais constituem-se como atores políticos estabelecidos. Os autores usam o exemplo do *impeachment* de Nixon nos Estados Unidos, que ocorreu totalmente dentro dos padrões legais e institucionalizados, ao contrário da Revolta dos Mau-Mau no Quênia, cujo conflito das forças rebeldes Quenianas contra as forças Britânicas ocorreu de forma violenta e por fora das instituições formais existentes no país.

Portanto, o confronto político pode tomar variadas expressões de acordo com as possibilidades e limites estabelecidos pelo contexto político-institucional e, ainda, pelas interpretações que os atores envolvidos em ações conflituosas fazem do cenário no qual atuam. Em conjunturas políticas menos favoráveis aos movimentos sociais, o confronto direto contra o Estado pode ser a única alternativa, ou a utilização de repertórios de ação mais institucionalizados podem ser de difícil

---

<sup>7</sup> Livre tradução do autor. Termos originais em inglês: *contained and transgressive e institucional and nonconventional*.

utilização, principalmente por atores sociais pouco institucionalizados. Por outro lado, em conjunturas mais favoráveis à participação política, o conflito político entre Estado e movimentos sociais pode continuar a existir, porém os repertórios utilizados pelos movimentos sociais podem ser mais formais e inclusive reconhecidos pelo próprio Estado.

É notável que, nas últimas décadas, as políticas de Estado em relação à população negra cresceram e ganharam visibilidade nacional. O que primeiramente ocorreu em âmbitos municipais e estaduais, como a criação de espaços de participação da comunidade negra, a partir do início da década de 1980, foi estendido para o âmbito nacional, com a criação da Fundação Cultural Palmares (1988), do Grupo de Trabalho Interministerial para assuntos relacionados à comunidade negra (1995) e, mais recentemente, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) no ano de 2003. A presença de negros nestes espaços institucionais é marcante, sendo muitos deles oriundos de organizações do movimento negro. No entanto, o trânsito de militantes negros nestas esferas de Estado é um processo que pouco interesse tem gerado nos estudiosos das relações raciais. Muitas vezes, esse desinteresse reflete uma postura intelectual que tende a negar ou a olhar de maneira desconfiada a relação entre movimento social e Estado e, principalmente, com os mediadores desta relação – os partidos políticos. Silva e Oliveira (2011) apontam esse desinteresse como consequência de um modelo teórico-normativo muito presente na análise dos movimentos sociais no Brasil, que não se contenta apenas com o estudo do “ser” dos movimentos sociais, mas que tem pretensões de indicar o “dever ser” deles.

Assim, esta tese procura adentrar em um campo ainda pouco explorado nos estudos sobre movimentos sociais<sup>8</sup> e, principalmente, nos estudos sobre o movimento negro brasileiro: o trânsito de militantes sociais nas estruturas do Estado

---

<sup>8</sup> Textos que levantam a importância do estudo da relação entre movimentos sociais – partidos políticos e Estado, podem ser encontrados na edição número 28 da **Revista Sociologias**, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

e a conformação de redes de atores sociais que, a partir de posições privilegiadas nas estruturas do Estado, funcionam como uma espécie de catalisador das demandas dos movimentos.

Essa problemática levanta uma série de hipóteses teóricas que precisam de um amplo confronto com realidades empíricas de maneira a contribuir para um maior entendimento dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. Tendo em vista a forte tendência das teorias emergentes, a partir da década de 1980, em tratar distintamente sociedade civil e Estado, surgiu uma espécie de “cortina de fumaça”, que impedia a visualização do intenso trânsito de militantes sociais nas estruturas estatais e nos partidos políticos. Uma espécie de romantização da sociedade civil encarada como um espaço virtuoso em contraposição as estruturas viciadas do Estado. Em oposição a estes argumentos, Abers e Bulow (2011) defendem que as próprias fronteiras entre Estado e sociedade civil não devem ser construídas de antemão, mas sim serem fruto de investigação empírica que dê conta da compressão das redes de movimentos sociais, que, em certos contextos e condições políticas, extrapolam os limites da sociedade civil e adentram as fronteiras do Estado.

O tema da relação ente movimentos sociais e partidos políticos também é tributário das concepções romantizadas acerca dos movimentos sociais. No caso brasileiro, é inegável o papel dos partidos políticos na organização dos movimentos sociais e na mediação do atendimento de suas demandas. Todavia, essa relação ainda é pouco conhecida ou, pelo menos, desconsiderada pelos estudiosos dos movimentos sociais. Torna-se necessário, portanto, aprofundar a análise do papel dos partidos políticos nessa mediação entre Estado e movimentos sociais.

Para os teóricos do Modelo do Processo Político, o Estado tem um papel fundamental para a compreensão dos fenômenos da ação coletiva. É contra o Estado que os movimentos sociais atuam na exigência de seus direitos. E pelo fato

de alguns atores sociais não serem atendidos com determinados direitos sociais, ou seja, estarem à margem da política de atendimento do estado, esses atores tendem a entrarem em conflito com o próprio estado. Portanto, confronto político e estado são dimensões importantes no Modelo do Processo Político, na medida em que representam, por um lado, uma forma de ação política específica, baseada no confronto e uma estrutura social determinada, o Estado, alvo dos descontentamentos sociais.

Apesar da abordagem acima focar na dimensão conflituosa entre os movimentos sociais e o estado, o principal foco das análises do MPP está no conflito e nas suas diferentes formas de manifestação pública. Ou seja, um certo tipo de relação com estado a partir da mediação de partidos políticos ou lideranças com presença nas estruturas governamentais não representa, necessariamente, a ausência de conflitos, mas sim um tipo específico de confronto político que tem a ocupação de cargos estatais e a luta político-partidária como um repertório de ação específico mas não necessariamente exclusivo.

A literatura acerca da ação coletiva e dos movimentos sociais e mesmo o modelo do processo político tendem a abordar e contrapor casos de contestação direta ao estado a outras formas de mobilização política dos movimentos sociais que implicam em algum tipo de relação com o estado. É necessário, portanto, ampliar as possibilidades de pensarmos o conflito político a partir de distintos contextos. No quadro abaixo, apresentamos o que seria, na análise desta tese, o diferencial do quadro empírico estudado.

**QUADRO 1**  
Matriz dos tipos de relação entre estado e movimentos sociais

	<b>INSTITUCIONAL</b>	<b>NÃO INSTITUCIONAL</b>
<b>CONFLITIVO</b>	Institucionalização	Contestação
<b>NÃO CONFLITIVO</b>	Assimilação/Cooptação	Colaboração

Fonte: Elaboração do autor.

A matriz acima apresenta distintas possibilidades de relação entre movimentos sociais e o estado tendo como base o grau de institucionalização e de conflito dessa relação. Vejamos caso a caso:

1. **Contestação:** esse seria o caso mais próximo da literatura tradicional acerca dos movimentos sociais. A relação entre o estado e os movimentos é conflitiva e não institucionalizada. Nesse modelo, não há espaços e canais formais de interlocução. O conflito violento, a ação direta, mobilizações de rua etc. são os principais repertórios de ação dos movimentos sociais em um contexto deste tipo.

2. **Colaboração:** nesse modelo, o conflito é baixo e, apesar de não haver espaços institucionais de relação entre estado e movimentos sociais, existe uma colaboração entre ambos.

3. **Assimilação/Cooptação:** nesse modelo, o conflito é praticamente inexistente e os movimentos sociais colaboram com o estado através de espaços formais de participação.

4. **Institucionalização:** a institucionalização é a hipótese levantada nesta tese para se pensar a trajetória do movimento negro no Brasil. Neste modelo, há espaços formais de participação nas estruturas do estado, porém o conflito político segue existindo e os repertórios de ação são amplos. Nesse modelo, os partidos políticos são os principais mediadores da relação estado-movimento. A novidade nesse

modelo, que parece ser o modelo que desde os anos 1990 tem se tornado hegemônico no Brasil, está no fato de que o conflito permanece, apesar da inserção institucional. O conflito se dá por dentro das estruturas estatais, através das disputas pelos rumos das políticas de estado e também fora dele, no momento em que a ocupação dos cargos estatais não substitui completamente a ação contestatória dos movimentos sociais que seguem existindo e, muitas vezes, mantêm os mesmos repertórios de ação já tradicionais como marchas, protestos públicos etc.

O modelo da institucionalização considera a relação com o estado como um tipo específico de conflito em um regime político democrático marcado pela alta permeabilidade institucional. No caso brasileiro, essa relação de institucionalização dos movimentos sociais tem origem ainda nos primeiros anos da abertura política pós-ditadura, amplia-se a partir dos anos 1990 e torna-se hegemônica nos anos 2000, principalmente após a chegada a presidência da república do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva. Trata-se, portanto, de um modelo relacionado a um conjunto de aspectos conjunturais. Como apontam Silva e Oliveira (2011), o modelo confrontacional, que considera apenas a externalidade dos movimentos sociais em relação ao estado, tende a considerar essa externalidade como algo “inerente aos movimentos sociais” enquanto possibilidades de relação entre movimento/estado são consideradas como “desvios”, o que dificulta a interpretação de um fenômeno que parece atingir uma parcela significativa dos movimentos sociais brasileiros, e, particularmente, o movimento negro. Nas palavras de Silva e Oliveira:

O processo de redemocratização do país e, mais especificamente, a consolidação de novos atores da política institucional originados no (e produtores do) ciclo de protesto que tem seu ápice nos anos 80 (entre os quais, o mais destacado é o PT), no entanto, geraram uma profunda mudança nas oportunidades de acesso à política institucional por parte das organizações de movimentos sociais. Seja através da participação em novos espaços institucionais abertos às representações da sociedade, seja pelo envolvimento na implementação de políticas públicas, seja pelo acesso a recursos governamentais diversos, seja ainda pela ocupação de posições

diretamente no interior do aparelho do Estado, o fato é que uma parcela significativa das organizações de movimentos sociais passou, nas últimas três décadas, por um marcante processo de inserção como membros efetivos (mesmo que, muitas vezes, subalternos) de redes de políticas públicas em praticamente todos os setores do Estado brasileiro (SILVA; OLIVEIRA, 2011, p. 91).

A inserção de ativistas nas agências de Estado é uma espécie de padrão no âmbito dos movimentos sociais até mesmo no período anterior à abertura democrática. Ao estudar a evolução da reforma da saúde no Brasil, Falleti (2010) aponta a importância da inserção de militantes de esquerda em posições-chave no setor de saúde. A tomada dessas posições contribuiu para que as políticas de saúde ganhassem um viés mais progressista mesmo em um contexto em que os militares ainda conduziam o Estado brasileiro. Para a autora, a existência de um sistema de saúde universal no Brasil não pode ser pensado sem a influência dos militantes progressistas, que, por dentro das estruturas governamentais, influenciaram e disputaram os rumos e sentidos das políticas de saúde. Nas palavras da autora:

Um grupo subversivo de profissionais de saúde bem organizado foi essencial para levar adiante a mudança institucional. Enfrentando o contexto nacional dos governos autoritários da época que se constituíam como capazes de exercer forte poder de veto, os reformadores de esquerda foram, contudo, capazes de se infiltrar no aparato burocrático que tinha sido estabelecido pelos militares, e usaram essa estrutura como uma plataforma para introduzir mais mudanças repentinas na periferia, o que impulsionou o sistema em direções condizentes com suas ideologias (FALLETI, 2010, p. 361).

No Brasil, o acesso a “direitos” tradicionalmente dependeu mais da capacidade de determinados grupos e/ou categorias acessarem o Estado e extraírem deste o atendimento de suas demandas e interesses. É devido a esta característica que Carvalho (2002) afirma que, no Brasil, vivenciamos, ao longo do tempo, o fenômeno da “estadania”, no qual a possibilidade de adquirir benefícios sociais está diretamente ligada à ocupação de espaços no Estado ou, ao menos, à existência de relações que permitam acessar suas instituições. Outro autor que chama a atenção para esta configuração particular das relações entre Estado e

sociedade é Ottmann (2006), que propõe o conceito de “cidadania mediada” utilizado para pensar um “contexto político que não se pauta por regras efetivamente universalistas e o acesso à cidadania é constantemente negociado” e em que, “de fato, na maior parte da América Latina os direitos de cidadania não estão disponíveis para a população pobre, e têm de ser resgatados mediante ação coletiva” (OTTMAN, 2006, p. 158).

Os mecanismos de acesso e, no limite, apropriação do Estado por interesses de grupos e categorias particulares tenderam, historicamente, a ser fortemente controlados pelos setores dominantes da sociedade brasileira, restando à população em posições subalternas o recurso a mecanismos subordinados de mediação (como o clientelismo) ou às formas contenciosas de relação com o Estado. Todavia, com as mudanças políticas e institucionais constitutivas do processo de redemocratização, observa-se uma mudança nos padrões de permeabilidade do Estado Brasileiro (MARQUES, 1999), que abre espaço para grupos e categorias antes excluídas ou, ao menos, em posições periféricas em termos de acesso ao Estado. O caso do movimento sanitarista, estudado por Falleti, constitui um exemplo pioneiro de um fenômeno, que, com a consolidação da democracia no país, tornou-se cada vez mais comum: o trânsito de militantes entre o Estado e as organizações sociais.

As mudanças no padrão de relação entre sociedade e Estado – ou, mais especificamente, movimentos sociais e Estado – parecem ter acontecido em outras regiões da América Latina, o que reforça a necessidade de um aprofundamento desta questão. Ao resenhar pesquisas que de alguma forma abordaram a relação entre movimentos sociais e Estado no continente, Abers e Bulow tratam de um ponto crucial no entendimento dos sentidos de um movimento social procurar a inserção no Estado como um repertório de ação: a disputa pelo poder interpretativo das políticas de estado. Ao estudar a inserção de quadros do movimento feminista equatoriano no Estado, Alvarez (1998 apud ABERS; BULOW, 2011) aponta que a

disputa pelo “poder interpretativo” das políticas públicas são fundamentais para que as políticas estatais estejam de acordo com os anseios do movimento. No caso do movimento negro brasileiro, essa disputa de sentido das políticas de reparação da comunidade negra acontece desde os primórdios da organização negra, mas é somente com um grau de inserção nas agências de Estado que o movimento consegue imprimir e disputar uma lógica de construção de políticas que atendam reivindicações históricas do movimento. Do contrário, a correlação de forças desiguais entre o movimento social e uma sociedade que tende a encarar o problema racial como um problema de classe encaminharia essas políticas a partir de um caráter universalista, que não levaria em conta a variável raça como um fator fundamental para pensar e diminuir as desigualdades no Brasil.

Algumas pesquisas recentes realizadas no âmbito de Programas de Pós-Graduação no Brasil têm levantado elementos da chamada “institucionalização” do movimento negro no Brasil e da sua relação com os mediadores desta relação, os partidos políticos. Em sua dissertação de mestrado, Flávia Rios (2008) procura entender os efeitos da institucionalização crescente do movimento negro brasileiro nos últimos vinte anos. Para dar conta do problema, Rios toma como objeto a ONG Educafro – Educação e Cidadania para Afro-descendentes e Carentes situada no estado de São Paulo, e também realiza análise de eventos de protesto de caráter nacional como forma de dar conta de uma realidade empírica mais ampla. Para a autora, é durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva que ocorre uma maior aproximação do movimento negro com o governo. No caso da ONG Educafro, o apoio às políticas do governo é explícito e o movimento passa, segundo a autora, a avaliar o governo como um aliado e não mais como um opositor. Rios sustenta, a partir da análise dos protestos nacionais mais expressivos da população negra desde os anos 1990, que estes foram “potencializados” pela relação do movimento com a institucionalidade estatal. Segundo a autora:

As evidências levantadas mostram que pensar as manifestações pela explicação das oportunidades políticas pode ajudar a entender

os ciclos de protestos do movimento negro, uma vez que a maior abertura da opinião pública, do Estado e dos governos oferece incentivos para formação de protestos expressivos, porque os ativistas podem acessar os órgãos decisórios e mover-se com certa liberdade pelos espaços públicos, como os órgãos judiciários de defesa dos direitos humanos, conselhos e secretarias especiais. Por outro lado, quando as instituições e autoridades são menos democráticas ou abertas para negociação, pode haver maiores chances de desenvolvimento de protestos de tipo reivindicativo, caso os ativistas considerem esta a forma mais adequada para expressar suas demandas que são conhecidas atualmente sob a rubrica das ações afirmativas (RIOS, 2008, p. 141).

A autora também levanta um ponto importante para pensarmos a relação do movimento negro com o Estado nas últimas décadas: a centralização dos espaços de decisão das políticas voltadas à população negra no nível federal. Os espaços institucionais ocupados por militantes negros, principalmente durante a década de 1980, eram espaços municipais e estaduais. Com a “federalização” da questão racial, em nível local o protesto reivindicativo ainda é necessário, como no caso da garantia de efetivação da adoção de cotas nas universidades públicas, que geralmente passam por decisões das próprias universidades. Com esse argumento, Rios (2008) explica o porquê da convivência simultânea de repertórios políticos distintos e da necessidade das organizações do movimento negro manejarem repertórios diversos. No caso do Educafro, sua base formada por mais de 8.000 estudantes por diversas vezes foi mobilizada para reivindicar cotas raciais em frente à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rodrigues e Prado (2010), por sua vez, analisam o movimento de mulheres negras e sua relação com o Estado articulando as teorias sobre identidade coletiva e de estrutura de oportunidades políticas. Para os autores, o Estado tem um papel de incentivar e promover a manifestação pública de algumas identidades políticas sobre outras. Essa relação é possível de ser observada na América Latina, a partir dos anos 1980, quando o Estado deixa de ser um inimigo dos movimentos sociais e passa a ser um interlocutor, principalmente em se tratando dos chamados “novos movimentos sociais”, que têm na base de suas reivindicações demandas identitárias

para além da problemática da classe. Os autores também chamam atenção para o fato de que no mesmo período em que o Estado passa a ser um interlocutor, as funções do Estado passam a ser cada vez mais terceirizadas. As organizações da sociedade civil, principalmente as ONGs, passam a ser as principais ferramentas de cogestão das atividades estatais. Os movimentos e organizações sociais passam, então, a profissionalizar seus quadros militantes como forma de buscar recursos financeiros provenientes do Estado.

Para Gohn (1997), a transformação de muitos movimentos sociais em ONGs afasta cada vez mais os “dirigentes” mais profissionalizados da base social. Os movimentos, através de suas ONGs, deixam de exercer seus papéis de conscientização e mobilização social e se transformam em prestadores de serviços para o Estado. Rodrigues e Prado (2010), apesar de concordarem com a análise de que a prestação de serviços cresce como repertório de ação dos movimentos sociais, principalmente no movimento de mulheres negras, negam-se a encarar essa nova configuração da relação movimentos sociais e Estado como uma relação desprovida de conflito político.

Santos (2005), ao estudar a criação dos conselhos de participação da comunidade negra em âmbito municipal, estadual e federal, trabalha com o conceito de representação institucionalizada. Para o autor, nos conselhos, os representantes do movimento negro possuem relativa autonomia e tendem a legitimar as ações estatais. O conflito, para ele, desloca-se para dentro das próprias organizações do movimento negro, que tendem a disputar a composição destes espaços e, em determinadas situações, algumas organizações tendem a negar a participação nestes espaços por interpretarem que a participação legitima a hegemonia branca na condução das políticas de estado.

Como pode ser observado na literatura referida acima, novas configurações caracterizam a relação entre Estado e Sociedade no período pós-redemocratização. As complexas relações entre militantes sociais, ONGs, partidos políticos e estruturas

estatais não podem ser reduzidas a uma mera relação de oposição e nem interpretadas como uma relação promíscua desprovida de conflitos e disputas políticas. Cabe ao pensamento e à pesquisa sociológica estabelecer os nexos causais entre as mudanças ou diversificação de repertórios de ação dos movimentos sociais e as transformações do Estado e da sociedade brasileira nas últimas décadas. No tópico a seguir, passamos a discutir os conceitos de repertórios de ação e de estrutura de oportunidades políticas de maneira a forjarmos um escopo analítico que dê conta da interpretação de algumas das questões levantadas acima.

## **2.1 Repertórios de ação e oportunidades políticas: elementos conceituais para pensar a relação entre Estado e movimentos sociais**

Tarrow (2009) define repertórios<sup>9</sup> de ação como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha” (TARROW, 2009, p. 51). Ou seja, os repertórios não são exclusivamente reflexos de conjunturas históricas, mas também são resultados de avaliações e opções dos sujeitos engajados na ação coletiva. Os repertórios passam a ser uma expressão da interação entre os movimentos sociais e os outros atores envolvidos em um determinado conflito (opositores e aliados). Conforme salienta Alonso:

um repertório não é peculiar a dado grupo, mas a certa estrutura de conflito. É sempre compartilhado: [...] minha [Charles Tilly] primeira formulação pressupunha que um ator singular (individual ou coletivo) possuía um repertório de meios e o empregava estrategicamente. Foi um erro. Cada rotina no interior de um repertório estabelecido de fato consiste de uma interação entre duas ou mais partes. Repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflito, não a atores isolados (TILLY, 1995: 30). [...] O conceito se torna relacional, iluminando a interação dos atores, nunca suas ações isoladas (2012, p. 25).

Por ser dinâmica, essa interação gera uma série de transformações nas

---

<sup>9</sup> Para uma apresentação da trajetória do conceito de “repertório” na obra de Charles Tilly, ver Alonso (2012)

estruturas de oportunidades políticas:

...num prazo mais longo, a ação do movimento social também altera as estruturas de oportunidade, principalmente ao contribuir para mudanças nos modos conhecidos de reivindicar, nas formas de repressão e facilitação por parte das autoridades e nas identidades políticas estabelecidas (TILLY; McADAM; TARROW, 2009, p. 27).

Os repertórios de ação de alguma forma estão culturalmente inscritos (TARROW, 2009) e necessitam de mudanças de maneira a tornarem-se eficazes no confronto político. Ou seja, para os autores, há uma relação interativa entre as oportunidades e restrições políticas e os tipos de repertórios utilizados no confronto. O conceito de repertório é ao mesmo tempo cultural, já que envolve um processo interpretativo das oportunidades políticas por parte daqueles que se mobilizam, e estrutural, visto que o papel do Estado e da conjuntura política é um elemento-chave.

O confronto político e suas diversas formas de manifestação resultam de uma leitura das oportunidades e não necessariamente por fatores sociais e econômicos específicos que levam mecanicamente as pessoas a se mobilizarem. Essa abordagem do confronto existente e realizado por movimentos sociais obriga-nos a pensarmos em termos processuais e não mais estáticos. A natureza do conflito político não está na objetividade das necessidades enfrentadas pelos atores sociais, e sim na capacidade de sustentação de uma organização a partir da utilização de repertórios eficazes na disputa política.

No caso brasileiro, como apontado anteriormente, nas últimas décadas emergiu um tipo de repertório muito utilizado pelos movimentos sociais: a inserção e o intenso trânsito de militantes sociais nos aparelhos de Estado. Para compreender e explicar este fenômeno, é necessário examinar os processos interativos entre movimentos sociais e as mudanças institucionais ocorridas no país. Neste sentido, segue-se os argumentos de Tilly, Tarrow e McAdam (2009), que criticam os estudos que focam apenas na análise dos movimentos sociais, deixando de lado o contexto

maior da luta política no qual os movimentos se inserem. Para os objetivos desta tese, significa que a compreensão da atuação do movimento negro passa por um acompanhamento do amplo leque de relações que os militantes estabelecem não apenas com suas bases sociais e/ou com seus representados, mas com os espaços formalizados de disputa e de tomada de decisão política, como os partidos políticos e as instituições estatais. Como colocam os autores:

...à medida que essas situações, capacidades e restrições se desenvolvem, os mesmos grupos que agem nas ruas e montam barricadas podem ser encontrados em grupos de pressão, escritórios de jornais e em partidos políticos (TILLY; McADAM; TARROW, 2009, p. 33).

Os repertórios utilizados pelos movimentos sociais, como apontado na citação acima, podem ser variados. A ação conflituosa extra e/ou anti-institucional pode coexistir com mecanismos de atuação política formal, como a atuação partidária e estatal a partir da participação em órgãos de governo ou em instâncias reconhecidas por este (como fóruns, conselhos, conferências etc.). Mas que circunstâncias políticas explicariam o constante aumento do uso de repertórios mais institucionalizados por parte dos movimentos sociais? Antes de entrarmos em explicações a partir dos elementos empíricos que constituem a tese, cabe, aqui, levantarmos elementos mais gerais que contribuam para compreensão desta realidade.

Afinal, em que consiste uma oportunidade política? É a partir deste questionamento que Goldstone (2004) levanta questões de caráter mais estruturais. Goldstone problematiza o fato de, na maioria dos países ocidentais que possuem um sistema democrático representativo, direitos como liberdade de expressão, livre associação etc. serem garantidos de forma relativamente universal aos cidadãos, o que possibilitaria maiores condições de influência da população na política nacional. Mesmo sabendo que nem todos têm acesso a esses direitos, pelo menos não de maneira equânime, para o autor as consolidações dos regimes democráticos em

uma parcela significativa dos países obrigam as ciências sociais a analisarem de que maneira essas mudanças afetaram as “oportunidades políticas” dos movimentos sociais.

Respondendo a este questionamento, Goldstone problematiza as abordagens que tendem a ver os movimentos sociais apenas pela perspectiva do confronto ou do desafio ao Estado, tal como a versão clássica do Modelo do Processo Político. Se nas últimas décadas ocorre um fenômeno de ampliação das instituições democráticas pelo mundo, o número de indivíduos e grupos “outsiders” à política institucional deveria diminuir e, assim, os movimentos sociais tenderiam a uma presença no máximo residual no cenário político. No entanto, o autor questiona essa ideia:

Yet I believe this would be quite wrong. Instead, it is more likely that the opposite will occur. As democracy spreads, social movements – even more violent movements – seem more, not less, likely to emerge and engage in contentious politics (GOLDSTONE, 2004, p. 335).

Para Goldstone, há uma relação direta entre democratização e aumento das mobilizações sociais. Os movimentos sociais são um elemento “normal” da política das sociedades modernas e não fenômenos representativos de quadros anômicos de uma sociedade. Por ser um elemento constituinte da política moderna, a fronteira entre o institucional e o não institucional é extremamente frágil. Goldstone sustenta a ideia de que, em contextos democráticos, a atuação institucional de um movimento social pode ser uma forma complementar à ação política conflituosa e não uma alternativa a esta. Para o autor:

Não há nenhuma razão para esperar que protesto e ação política convencional devam ser substituídas, com grupos abandonando o primeiro na medida em que eles se tornam capazes de usar a última. Enquanto alguns grupos podem, em diferentes momentos, ser mais “in”, no sentido de serem mais alinhados e integrados com as autoridades institucionais, enquanto outros grupos são mais “out”, não há nem uma simples divisão qualitativa nem um cruzamento “de

uma vez por todas” de alguma linha separando claramente contestadores e membros. É mais correto pensar em um *continuum* de alinhamento e influência, com alguns grupos tendo muito pouco acesso e influência através da política convencional, outros tendo um pouco mais e outros ainda tendo muito; mas grupos podem mover-se para cima e para baixo neste *continuum* muito rapidamente, dependendo das mudanças no Estado e nos alinhamentos partidários. Protestar pode, algumas vezes, ser um meio de mover-se para cima neste *continuum*, ou uma resposta a um movimento de descida, ou mesmo uma opção que se torna mais fácil e mais disponível quando o acesso institucional aumenta [...]. As dinâmicas do protesto, então, têm uma relação contingente e complexa com a integração dos grupos na política institucionalizada. A noção de que existem grupos “in” e grupos “out”, e que os últimos se engajam em protesto enquanto os primeiros se engajam em política, é uma caricatura com pouca relação com a realidade (GOLDSTONE, 2005, p. 9).

Os argumentos de Goldstone são importantes para pensarmos o caso brasileiro, principalmente pela ênfase que o autor dá à função dos partidos políticos. A relação realizada por uma perspectiva normativa dos movimentos sociais tende a esquecer um elemento importante na dinâmica da mobilização social. O elemento é justamente o da participação. Sujeitos engajados em causas sociais, protestos, movimentos, tendem a participarem muito mais da vida política, seja candidatando-se ou votando e construindo partidos políticos institucionalizados (GOLDSTONE, 2004).

Social protest repertoires emerged in England at roughly the same time as repertoires for influencing elections to Parliament, and with the same target – influencing the outcomes of Parliament’s deliberations. This was not a coincidence, but represented a fundamental evolution in the nature of politics: both democratization and social movements built on the same basic principle, that ordinary people are politically worthy of consultation. Both protests and normal electioneering seek to influence the decisions of representative bodies by presenting to the public and to those bodies the degree of popular support behind particular goals. Social movement activity and conventional political activity are different but parallel approaches to influencing political outcomes, often drawing on the same actors, targeting the same bodies, and seeking the same goals (GOLDSTONE, 2004, p. 342).

Goldstone sustenta a tese que tanto a ação política pela via eleitoral e institucional quanto a ação política conflituosa possuem os mesmos objetivos: influenciar os resultados políticos e, em diversos momentos, utilizando-se dos mesmos atores sociais. Ou seja, a múltipla militância muitas vezes encontrada nos movimentos sociais brasileiros<sup>10</sup> é também resultado desta característica mais ampla que conforma as democracias modernas. Por certo, se hoje percebemos a relação estreita entre a política institucional e os movimentos sociais, muito se deve ao lento processo de consolidação da democracia no país.

O autor citado acima levanta três elementos importantes para defender a ideia de que a política institucional e a não institucional são complementares:

1) O fato de a política institucional ser sazonal (pleitos eleitorais) e a política não institucionalizada ser mais dinâmica e permanente; a política institucional exige uma maior “fluidez” nas posições, o que não acontece no caso dos movimentos sociais, que podem focar em apenas algumas causas e com posições muito enfáticas;

2) Os movimentos sociais são formas de reforçar os resultados eleitorais;

3) Os movimentos sociais podem influenciar os resultados de uma eleição.

Os elementos apontados por Goldstone delimitam o espectro de repertórios de mobilização utilizado pelos movimentos sociais. Na medida em que a política institucional é vista como entrelaçada às ações de caráter contestatório, a inserção no Estado pode ser encarada como um repertório fundamental em contextos democráticos. Abers e Bulow (2011) reforçam essa ideia afirmando:

No contexto de um crescente interesse na democracia e na participação em processos decisórios, os ativistas, frequentemente, cruzam a fronteira entre o Estado e a sociedade, trabalhando em

---

<sup>10</sup> Para uma qualificada análise da militância múltipla entre jovens ativistas brasileiros, ver Mische (2008).

alguns momentos em organizações da sociedade civil e em outros momentos em órgãos estatais. Essa tem sido uma tendência em uma variedade de tipos de movimentos sociais, e tem sido notada e analisada na literatura latino-americana. No entanto, participar ou não nessas arenas oficiais tem sido um tema extremamente polêmico. Enquanto alguns movimentos sociais têm rejeitado sistematicamente essa possibilidade, outros movimentos sociais têm tentado utilizar o Estado como plataforma a partir da qual dar maior visibilidade e eficácia às suas demandas (ABERS; BULLOW, 2011, p. 66).

A afirmação da Abers e Bullow, ao mesmo tempo que corrobora a perspectiva de Goldstone, traz um elemento importante para pensarmos os repertórios de ação dos movimentos sociais em contextos democráticos: o fato de que a inserção no Estado é também fruto de polêmicas internas aos movimentos sociais. Ou seja, na medida em que a identificação de determinadas condições político-institucionais enquanto oportunidade não é uma emanção automática das próprias condições (KURZMAN, 1996), mas sim depende do processo de atribuição de sentido realizado pelos atores envolvidos, tal processo tende a ser marcado por divergências e conflitos interpretativos.

Ao longo da tese, perceberemos que no movimento negro brasileiro essa polêmica também esteve presente. A estratégia de ocupação de cargos públicos e de eleição de candidatos, além de não ser unânime no movimento negro, nem sempre se apresentou como eficaz. Por esse motivo, o mais importante é levarmos em consideração o processo e os mecanismos que levam a adoção de determinados repertórios de ação pelas organizações de movimentos sociais do que tomar a conjuntura democrática como único elemento explicativo deste processo.

## **2.2 Mecanismos da institucionalização**

O uso da análise causal é recorrente nas ciências sociais. Para Little (1991),

as ciências sociais frequentemente estabelecem diferentes tipos de conexões causais: de caráter singular, como a morte de um líder nacional podendo causar uma guerra entre nações; conexões de tipo mais genérico, quando estabelecemos relações entre pobreza e violência urbana; ou conexões probabilísticas, nas quais a ocorrência de um determinado fenômeno amplia as chances de acontecimento de um outro fenômeno a ele relacionado (LITTLE, 1991). Para o autor, os mecanismos causais fornecem explicações para articular distintas partes de um dado fenômeno social. Em análises de eventos históricos, ou dentro de um período mais alargado, alguns eventos podem estar relacionados a determinados mecanismos que geram determinadas causas (MACHAMER et al., 2000). Todavia, por estarmos tratando de fenômenos sociais complexos, as regularidades dos eventos e dos mecanismos não estão dados de antemão.

Podemos dizer que a interpretação de processos políticos a partir de mecanismos causais, depende de uma reconstrução causal fruto do trabalho do pesquisador. Não há uma única conexão possível entre mecanismos e eventos para explicação de processos sociais. Como já apontava Weber em suas preocupações acerca da objetividade e validade do conhecimento nas ciências sociais: “Todo o conhecimento da realidade infinita, realizada pelo espírito humano finito, baseia-se na premissa tácita de que um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica” (WEBER, 2001, p. 124). Nesse sentido, o uso de mecanismos causais para compreensão das relações entre movimento negro e o Estado não possui um caráter determinista ou reducionista, mas sim orientador. Essas ressalvas são importantes na medida em que a “aplicação” da análise de mecanismos causais está relacionada à reconstrução narrativa dos acontecimentos históricos baseados nas limitações do material empírico disponível para realização desta pesquisa. Todavia, as maiores limitações do material são de caráter epistêmico, haja vista que a realidade social não pode ser

reduzida a nenhum dado e a nenhuma técnica de pesquisa.

Tarrow, Tilly e McAdam (2004) trazem o conceito de mecanismo como uma ferramenta importante para darmos conta de fenômenos de organização e mobilização contestatória. O processo político precisa ser explicado por mecanismos relacionais e não essenciais ou estáticos. Os mecanismos, na definição dos autores, “são uma classe delimitada de eventos que alteram as relações entre um conjunto determinado de elementos sob uma variedade de situações”.

Em seus estudos históricos sobre movimentos sociais, os autores identificaram tipos de mecanismos com um certo poder explicativo do fenômeno da mobilização. Apesar de assumirem distintos conteúdos, dependendo do contexto no qual atuam, analiticamente os mecanismos ajudam na compreensão do protesto social. Os mecanismos mais regulares identificados pelos autores são:

#### Mecanismos ambientais:

Environmental mechanisms mean externally generated influences on conditions affecting social life. Such mechanisms can operate directly: For example, resource depletion or enhancement affects people's capacity to engage in contentious politics (MCCARTHY; ZALD, 1987 apud McADAM, TARROW; TILLY, 2004, p. 49).

Os mecanismos ambientais podem ser lidos como relativos a eventos de caráter mais conjuntural e externos aos sujeitos mobilizados. São mais objetivos, porém não estão isentos de enquadramentos interpretativos por parte daqueles que os vivenciam.

#### Mecanismos interpretativos<sup>11</sup>:

Cognitive mechanisms operate through alterations of individual and

---

<sup>11</sup> Os autores utilizam o termo em inglês “cognitive”. Para fins de operacionalização do conceito, ao longo da tese, optou-se por traduzir o termo por “interpretativos”, tendo em vista que este traduz melhor a ideia por detrás do conceito.

collective perception; words like recognize, understand, reinterpret, and classify characterize such mechanisms. Our vignettes from Paris and Greenwood show people shifting in awareness of what could happen through collective action; when we look more closely, we will observe multiple cognitive mechanisms at work, individual by individual. For example, commitment is a widely recurrent individual mechanism in which persons who individually would prefer not to take the risks of collective action find themselves unable to withdraw without hurting others whose solidarity they value – sometimes at the cost of suffering serious loss (McADAM; TARROW; TILLY, 2004, p. 50).

Os mecanismos interpretativos são importantes para apreender a centralidade dos processos de compreensão dos fenômenos sociais a partir dos sujeitos envolvidos em confrontos políticos.

Mecanismos relacionais:

Relational mechanisms alter connections among people, groups, and interpersonal networks. Brokerage, a mechanism that recurs throughout Parts II and III of the book, we define as the linking of two or more previously unconnected social sites by a unit that mediates their relations with one another and/or with yet other sites. Most analysts see brokerage as a mechanism relating groups and individuals to one another in stable sites, but it can also become a relational mechanism for mobilization during periods of contentious politics, as new groups are thrown together by increased interaction and uncertainty, thus discovering their common interests (McADAM; TARROW; TILLY, 2004, p. 50).

Mecanismos relacionais atuam como estruturas conectoras entre atores sociais mobilizados. Estar conectado é fundamental para eficácia da disputa política. É através deste mecanismo que novas redes de movimentos surgem ou se ampliam.

Os tipos de mecanismos apontados pelos autores servem como instrumentais analíticos que permitem explicar a emergência de certos tipos de repertórios em contextos sociais específicos. Nesse caso, a noção de mecanismos serve como uma espécie de guia para compreensão do fenômeno da ação coletiva. Através desses referenciais, é possível dar sentido a determinados tipos de mobilização e, no caso

do objeto de estudo aqui apresentado, a compreender a relação entre o movimento social negro, seus repertórios de ação e sua relação com o estado.

Para Marques (et al., 2007), a importância do uso analítico dos mecanismos explicativos não está na sua capacidade de generalização e na sua ambição de tornar-se lei dos processos políticos, mas sim na sua proposição de tipos de mecanismos que podem ou não ser encontrados em casos empíricos específicos. A aplicação metodológica dos tipos de mecanismos são orientações que precisam de refinamentos para cada contexto estudado. Os mecanismos são explicações de tipo intermediário que articulam dimensões estruturais e as relativas aos atores sociais. Os mecanismos também funcionam como elementos de ligação entre fenômenos observáveis e aspectos teoricamente elaborados que são verificados por meio de uma análise interpretativa (GUARIDO FILHO, 2008). As ligações entre os fenômenos observados e os aspectos teóricos são de caráter hipotético e nunca essenciais (GUARIDO FILHO, 2008).

Todavia, ao caracterizarmos as dimensões dos mecanismos trabalhados, estamos realizando uma relação explicativa entre estes e os processos sociais a serem explicados (DUBREUIL, 2012). Os mecanismos passam a ser elementos empíricos efetivos que causam ou produzem determinados resultados. No quadro abaixo, definimos as dimensões e características de cada mecanismo utilizado na análise da trajetória do movimento negro.

QUADRO 2  
Dimensões e características dos mecanismos causais

Tipos de mecanismos	Dimensões e características
Ambientais	Redemocratização (caracterizada pela institucionalização da Sociedade Civil)
Interpretativos	Atribuição de Oportunidades/Ameaças (enquadramento interpretativo das condições ambientais)
Relacionais	Mediação Apropriação Institucional Trânsito Institucional

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos trabalhos de (MARQUES et al., 2007 e McADAM, TARROW; TILLY, 2004).

Em relação aos mecanismos ambientais, a redemocratização da política brasileira foi apontada como principal elemento na conformação das condições nas quais se constituem e atuam as organizações do movimento negro. Durante o processo de redemocratização, principalmente durante a década de 1980, tem início a institucionalização da sociedade civil a partir da maior abertura à participação direta da sociedade nos espaços estatais. Tal processo constitui, ao mesmo tempo, contexto e foco da atuação dos movimentos sociais e, mais especificamente, do movimento negro.

É perante um cenário de redemocratização, marcado por significativas mudanças qualitativas e quantitativas nos padrões de permeabilidade do Estado, que os atores sociais atribuem sentido às condições políticas e institucionais para sua atuação.

Já os mecanismos interpretativos dizem respeito a forma como os movimentos sociais atribuem a esse contexto social ameaças ou oportunidades em relação a suas formas de mobilização.

Em relação aos mecanismos relacionais, foram elencados três elementos: a

mediação política, principalmente a realizada pelos partidos<sup>12</sup>; a apropriação institucional, que diz respeito a ocupação de espaços institucionais do estado; e o trânsito institucional, caracterizado pela mobilidade dos atores sociais entre os espaços institucionais do estado e os espaços próprios das organizações e movimentos sociais.

### **2.3 Problematização e hipóteses de trabalho: a “infiltração” no Estado como padrão de relação Estado/movimento negro**

Apresentados alguns elementos conceituais e empíricos, cabe agora delimitar o escopo de análise da tese, sua problematização e principais hipóteses de trabalho.

Tendo como ponto de partida, conforme apresentado anteriormente, que a inserção no Estado tem sido um repertório muito utilizado pelos movimentos sociais no Brasil e na América Latina e, mais especificamente, que este repertório apresenta centralidade na trajetória das últimas décadas de organizações do movimento negro, a análise desenvolvida nesta tese busca responder ao seguinte problema de pesquisa:

**Que mecanismos explicam a escolha/utilização da infiltração no Estado como repertório significativo, mesmo que não único, por parte do movimento social negro?**

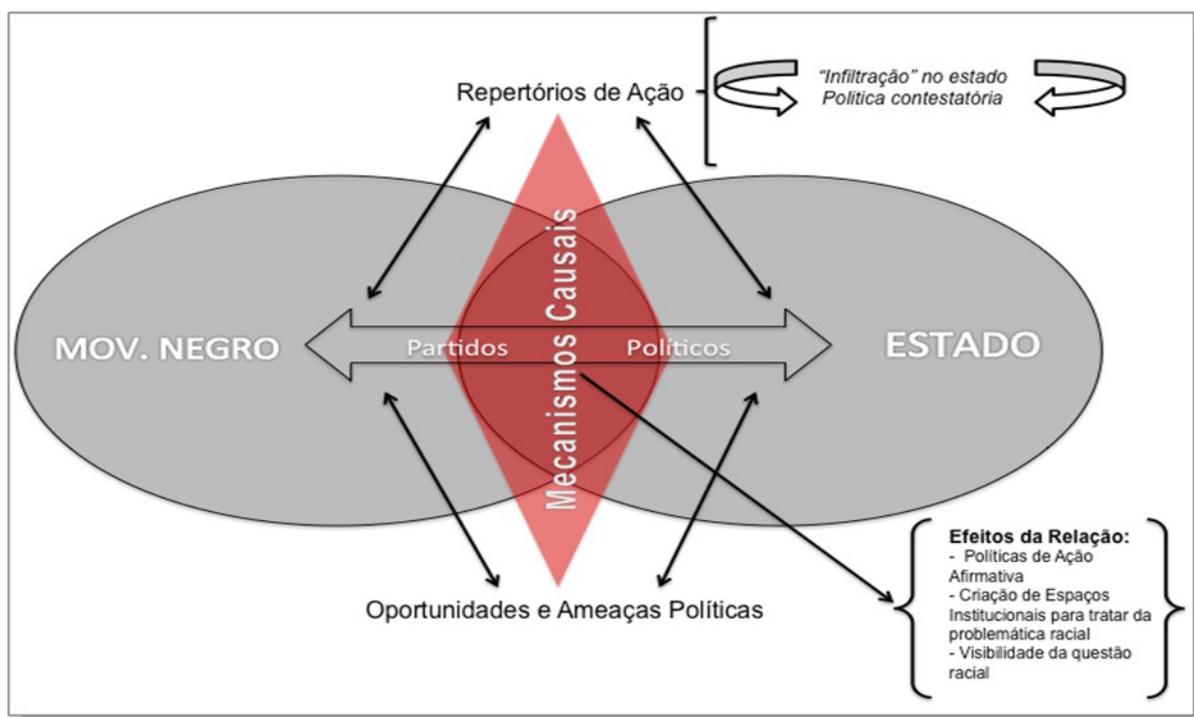
Esta questão, ao mesmo tempo em que pretende dar conta de uma problemática empírica, estabelece um forte vínculo com questões de caráter teórico.

---

<sup>12</sup> A centralidade da vinculação partidária nos processos de mediação nas redes de ativistas políticos, dentro e fora do Estado, é um dos elementos centrais da análise de Mische (2008). Como destaca a autora: “Using the example of Brazilian youth politics in the postauthoritarian period, I show how ‘civic’ and ‘partisan’ pursuits are not fundamentally opposed. One can fuel the other, causing conflict and strain for sure, but also building bridges between actors and generating innovative new forms of public participation. In the Brazilian case, this was especially evident in the first decade of democratic transition, when the civic and partisan oppositions were rebuilding themselves simultaneously amidst the rapid political changes of the 1980s. Civic and partisan movements were often composed of the same multiply affiliated activists, who combined political party activism with participation in religious, student, labor, and community-based movements” (2008, p. 23).

A relação entre movimentos sociais e Estado tem sido o foco do debate entre aqueles autores que buscam referenciais no Modelo do Processo Político. A compreensão dos fenômenos sociais relacionados à mobilização coletiva, principalmente em contextos democráticos, não pode negar o papel que joga a política institucional na organização dos movimentos sociais. É justamente neste ponto que a tese pretende contribuir: a partir de elementos empíricos, busca-se elucidar os mecanismos que tornam interdependente a política institucional e a política não institucional. O esquema abaixo demonstra o desenho analítico da pesquisa:

QUADRO 3  
Esquema de análise da tese



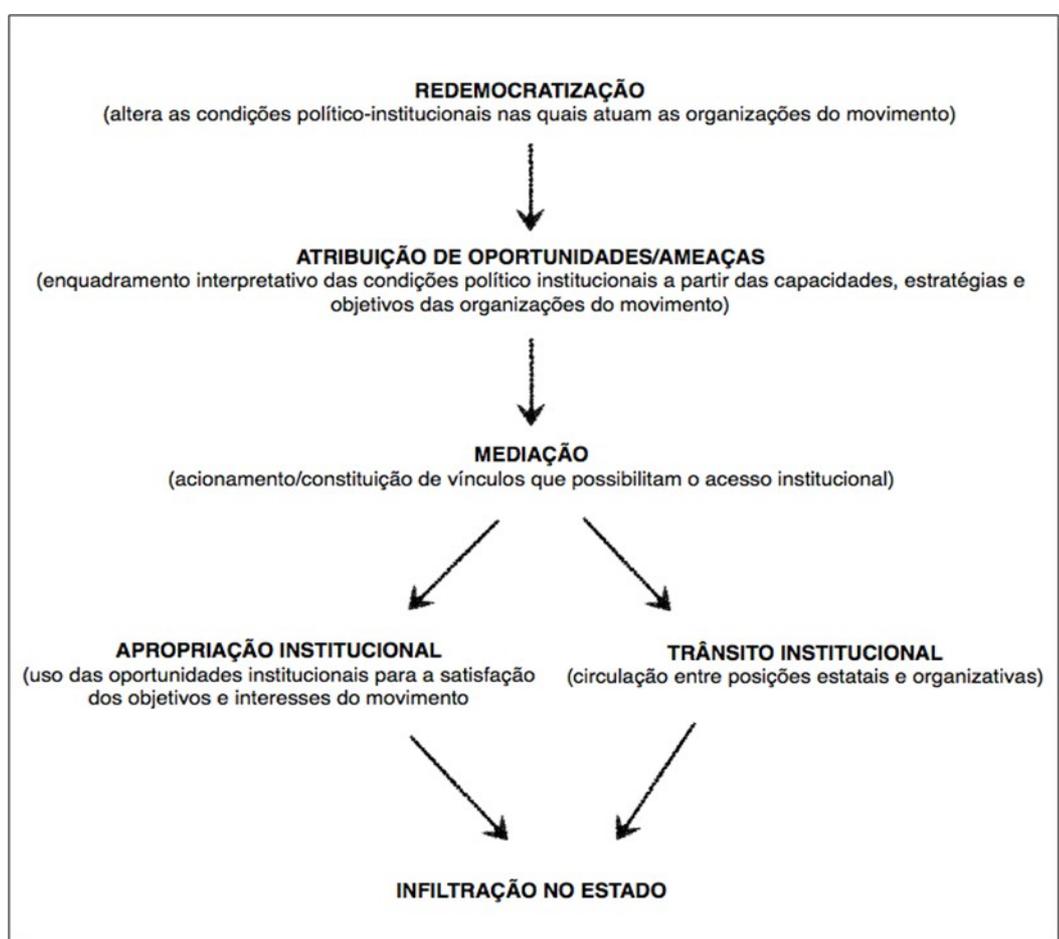
Fonte: Elaboração do autor.

No modelo apresentado acima, a interseção entre estado e movimento negro é o foco da análise. O elo sobre o qual atuam os mecanismos causais é justamente onde se situa a institucionalização do movimento. Esse modelo tem como recorte temporal o período situado entre o ano de 1983, ano em que surgem os primeiros espaços políticos institucionais abertos à participação da comunidade negra e o ano

de 2003, ano em que é criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) junto a presidência da República.

O esquema abaixo é a representação da forma como foi operacionalizada a análise do quadro acima a partir do recorte temporal mencionado no parágrafo anterior:

QUADRO 4  
Operacionalização dos mecanismos causais



Fonte: Elaboração do autor.

Partiu-se de algumas hipóteses para orientação do trabalho de pesquisa. Estas partiram do argumento de que, assim como outros movimentos sociais brasileiros, o movimento negro utilizou, principalmente a partir da década de 1980, a “infiltração” no estado como um repertório central de ação, o qual não elimina e, na

verdade, se articula com o emprego de repertórios contestatórios extrainstitucionais.

**1. Hipótese geral:** a partir dos anos 1980 e com a redemocratização da política brasileira, o movimento negro passa a utilizar-se da estratégia de infiltração no estado como repertório central de ação política. A infiltração não elimina o conflito político entre o movimento negro e as esferas estatais e gera uma nova configuração da atuação do movimento. Essa nova configuração caracteriza-se pela institucionalização do movimento, que passa a atuar dentro e fora do estado para atingir seus objetivos e demandas.

## **2. Hipóteses específicas:**

– A redemocratização do estado reconfigurou a forma de relação entre a sociedade civil e os espaços políticos institucionais, trazendo maior possibilidade de inserção institucional de atores sociais até então à margem da política estatal.

– As organizações do movimento negro, tendo em vista a redemocratização, interpretam esse novo contexto político como uma oportunidade de avanço em suas demandas e orientam seus repertórios para ocupação e disputa dos espaços institucionais.

– Os partidos políticos, principalmente os partidos mais progressistas, foram importantes mediadores entre a política mobilizacional do movimento negro e a política institucional.

– O movimento negro valeu-se das oportunidades políticas institucionais para atingir seus objetivos enquanto movimento. A institucionalização do movimento permitiu que os militantes transitassem entre as esferas do estado e das organizações negras com maior facilidade, o que permitiu a potencialização das ações e conquistas do movimento, sem, necessariamente, excluir o conflito interno ao estado e externo ao estado.

## 2.4 Nota metodológica

Para operacionalizar o modelo analítico apresentado acima, que estabelece um conjunto de mecanismos que, hipoteticamente, explicaria a ascendência da “infiltração do Estado” no repertório de ação do movimento negro no Brasil pós-1980, recorreu-se à metodologia de *process tracing*. De acordo com Checkel (2006), esta metodologia seria adequada para a identificação e análise de mecanismos causais. Para o autor:

How does one study these causal mechanisms in action? Process tracing would seem to be the answer, given that it identifies a causal chain that links independent and dependent variables [...]. Methodologically, process tracing provides the how-we-come-to-know nuts and bolts for mechanism based accounts of social change. But it also directs one to trace the process in a very specific, theoretically informed way. The researcher looks for a series of theoretically predicted intermediate steps (2006, p. 363).

Adota-se aqui, então, a postura de um dos clássicos da sociologia, Max Weber, para se pensar a possibilidade de interpretação de processos históricos. Para Weber, todos os acontecimentos sociais e históricos são resultados de um grande número de circunstâncias, sendo impossível ao pesquisador conseguir dar conta de toda essa complexidade. Assim, não há possibilidades de se construir uma interpretação de acontecimentos passados de forma pura. Toda a narrativa histórica possui respostas pré-formuladas e respondidas anteriormente pelo pesquisador (WEBER apud ARON, 2000). Todavia não se trata de elaborar interpretações fictícias ou falsas, mas sim procurar trazer à tona elementos e dados produzidos pelo pesquisador, que respondam e deem sentido às perguntas e às hipóteses formuladas anteriormente. Portanto, reconstruir causalidades históricas não mecânicas significa elaborar conexões entre elementos, variáveis e contextos, de uma maneira interpretativa, através de uma narrativa possível a partir dos caminhos percorridos ao longo da pesquisa. Os dados produzidos pelo pesquisador só fazem sentido quando inseridos em uma narrativa, como aponta Clifford:

Um mundo não pode ser aprendido diretamente, ele é inferido a partir de suas partes, e as partes devem ser separadas conceitual e perceptualmente do fluxo da experiência. Desse modo, a textualização gera sentido através de um movimento circular que isola e depois contextualiza um fato ou evento em sua realidade englobante (2002).

Os dados produzidos ao longo da pesquisa foram englobados em uma narrativa posterior à análise e interpretação destes. Orientamo-nos para a construção da narrativa pela perspectiva defendida por Janne Elliot (2005), que considera a narração como uma conexão significativa de eventos discursivos. Para tanto, é necessário demonstrar, aqui, as fontes que foram utilizadas para o levantamento dos dados. No caso específico do movimento negro brasileiro, a principal fonte de informações foi o banco de dados da pesquisa “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas. Esse banco de dados contém 110 horas de entrevistas gravadas com lideranças do movimento negro de diversas regiões do país. A partir das narrativas contadas pelos entrevistados, foi possível reconstituir a trajetória de organizações negras dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Maranhão, Pará e Brasília.

As entrevistas foram transcritas, analisadas e compiladas em blocos temáticos na publicação intitulada: *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*, organizada pelos pesquisadores Verena Alberti e Almicar Araújo Pereira. O estudo, sem dúvida, é o mais representativo em termos de regiões dos entrevistados, temas abordados e variedade de organizações pesquisadas. O material utilizado foi a compilação publicada pelos autores apontados anteriormente. Apesar da fonte ser secundária, o conjunto de depoimentos e sua qualidade seria praticamente impossível de ser realizado como empreendimento individual e num prazo de elaboração de uma tese de doutorado.

A tabela a seguir traz um panorama da divisão temática que foi realizada na publicação. A divisão por temas auxiliou no trabalho de sistematização das entrevistas e trechos que foram analisados.

QUADRO 5  
Divisão temática das entrevistas

TEMAS	SUB TEMAS
1. A Consciência da negritude	1.1 Avós, mães e pais 1.2 Professores e formadores 1.3 Outros negros
2. Influências externas e circulação de referências	2.1 Estados Unidos e África 2.2 Contatos com antigos militantes e redes de relações
3. Política no Brasil	3.1 Participação em grupos de esquerda 3.2 Repressão e abertura
4. Organização do movimento negro	4.1 Primeiras entidades da década de 70 4.2 A fundação do MNU (1978) 4.3 As entidades pós-MNU
5. Formas de ação	5.1 Estratégias Iniciais 5.2 Articulações com a política partidária e o poder executivo 5.3 Cultura e política
6. 1988	6.1 O negro e a constituição 6.2 Centenário da Abolição
7. Organização e formas de mobilização pós 1988	7.1 Novas entidades 7.2 O movimento Quilombola
8. 1995 e 2001	8.1 Marcha Zumbi dos Palmeres e GTI 8.2 III Conferência Mundial de Combate ao Racismo
9. Debates atuais	9.1 Cotas para negros nas Universidades 9.2 Lei 10.639, história e cultura afrobrasileira.
10. Balanços	10.1 Sobre o movimento negro 10.2 Relações raciais no Brasil

Fonte: elaborado pelo autor a partir de ALBERTI; PEREIRA, 2007.

Para a elaboração da tese, procedemos da seguinte maneira:

Primeiramente, transferimos os dados de todos os entrevistados para um *software* de análise de redes sociais, o *Visone*<sup>13</sup>. A transcrição teve dois objetivos: organizar informações sobre a trajetória dos entrevistados (formação, estado, idade etc.) e identificar as relações dos entrevistados entre si e entre instituições (partidos, movimentos e organizações etc.). O uso do *software* permite uma melhor visualização das interconexões entre os entrevistados. Cabe salientar que não utilizamos o recurso da análise das redes para além da facilitação de organização e visualização das informações. Não realizamos cálculos e medidas estatísticas que são possíveis de serem efetuadas com o programa.

Após a elaboração do roteiro da tese, dos tempos históricos que seriam analisados, dos tópicos que seriam abordados, foi feita uma seleção do conjunto de extratos que iriam compor a narrativa da tese. Os extratos das entrevistas serviram como suporte para sustentar os argumentos da narrativa da tese, que, como colocamos anteriormente, teve sua elaboração baseada nos elementos considerados por nós os mais significativos para dar conta da problemática e das hipóteses construídas previamente. Além dos dados obtidos pelas entrevistas que foram analisadas, valemo-nos de dados bibliográficos para compormos a narrativa elaborada.

---

<sup>13</sup> *Software* que propõe o desenvolvimento de modelos e algoritmos para integrar e promover a análise e visualização de redes sociais. Este está disponível em Java para Windows e Linux, além de suportar importação e exportação de formatos tradicionais (JPEG, PDF, SVG, Metafile) para dados de rede social (AZEVEDO; RODRIGUES, 2010).

### 3 O MOVIMENTO NEGRO AO LONGO DO TEMPO: OPORTUNIDADES E REPERTÓRIOS (1880-1979)

*No compasso dos soluços de quem morreu  
de braços.  
Nos braços dos abraços de quem conhece o  
luto.  
No rito dos sorrisos de quem visita o filho.  
Nos olhos, bem nos olhos de quem ouviu o grito.  
Nos dedos já sem medo de quem aperta o gatilho.  
Nos versos controversos de quem quer mudar o mundo.*

(Todo ódio à burguesia – Clã Nordeste)

Estudar e periodizar a luta negra no Brasil não é uma tarefa fácil. A imensa fragmentação do movimento negro é uma de suas principais características. Busca-se apresentar um panorama das principais formas organizativas do movimento e suas formas de relação com conjunturas políticas específicas. O capítulo concentra sua análise até o final da ditadura militar no Brasil, pretendendo-se demonstrar os repertórios extraestatais adotados pelo movimento negro em uma conjuntura pouco favorável à recepção das demandas da população negra.

Se tomarmos como recorte temporal apenas o período pós-abolicionista, são muitas as referências às organizações negras. No entanto, no período pré-abolição eram comuns as associações negras de caráter religioso. Em um contexto em que organizações negras eram praticamente proibidas, as comunidades e irmandades

religiosas funcionavam como uma espécie de círculo organizacional informal. Flávio Gomes (2005), em um de seus estudos sobre as organizações negras no período colonial, relata a tentativa de formalização de uma Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor. Apesar de não ser proibida a criação de associações de negros libertos, durante o período escravista, as barreiras informais eram tantas que dificilmente se tem relatos de registros formais de associações de negros naquele período. Foi o que ocorreu com a associação apontada acima. Seu registro foi negado e muitas outras tentativas de formalização da organização negra foram impedidas nesse período.

Casos como esse colaboraram para uma imagem pouco politizada das associações negras e da população negra em geral nesta época. Em um período de crescente imigração europeia para o Brasil, o foco do conflito social e político deslocou-se para novos sujeitos: imigrantes, operários e brancos. O sindicalismo era visto como o espaço da disputa e do conflito político. Mas e os negros? Onde estavam os negros neste contexto?

Em *Negros e a Política*, Flávio Gomes (2005) relata um episódio interessante e pouco conhecido na história brasileira. Um setor de negros, logo após a promulgação da Lei Áurea, funda a chamada Guarda Negra. Em um ambiente cuja disputa política dividia-se entre defensores da monarquia e promotores da república, os negros não ficaram de fora. O clima nacional era tenso. O destino de uma massa de escravos, que lentamente dirigiam-se para os grandes centros do Brasil, era incerto. E é justamente nesse período de tensão que os negros resolvem tomar partido e tomam partido pela defesa da monarquia.

Mais de um século depois, olhar para esse episódio exige um certo cuidado. Afinal, por que motivos os negros defenderiam e lutariam pela manutenção da monarquia? A Guarda Negra talvez tenha sido a expressão mais organizada da população negra naquele período. Criada sob influência do debate abolicionista, a Guarda Negra esteve longe de gerar consenso entre a “população de cor”. Muitas

outras organizações criticaram a atuação da guarda e sua defesa da monarquia. Para alguns historiadores, a Guarda Negra não passou de uma manipulação dos monarquistas de maneira a defender seus interesses. Por outro lado, entre os republicanos, imperava um discurso racista e de embranquecimento da população brasileira.

Longe de nós o interesse por fechar essa questão. O que torna esse episódio interessante é o fato de que, em um período importante da história brasileira, a população negra organizada esteve presente. Gomes (2005) aponta que as atividades da Guarda Negra geraram uma grande repercussão na imprensa nacional. Os *mettings*<sup>14</sup> em praça pública eram comuns e mobilizavam uma massa de brasileiros brancos e negros, monarquistas e republicanos. Com o golpe dos republicanos em 15 de novembro de 1989, a Guarda Negra some da cena política, pelo menos dos noticiários da grande imprensa nacional. Todavia, o debate acerca das questões raciais não desaparece, ganha outros contornos e formas. Os jornais e boletins impressos passam a ser os grandes veículos da política negra.

### 3.1 A imprensa negra como movimento social

As primeiras décadas do século XX é o período de maior circulação de jornais negros. A multiplicidade de nomes, temáticas e público-alvo são impressionantes. Como observa Gomes (2005):

Qualquer tentativa de enquadrar o conjunto desses diferentes jornais em “fases” de produção ou de ligá-los exclusivamente a uma “elite negra” pouco avança no sentido de entender seus significados e os diálogos que eles projetavam, tanto no interior da população negra como junto a outros setores sociais (GOMES, 2005, p. 30).

---

<sup>14</sup> Forma como eram chamados os comícios da época.

A denúncia da situação do ex-escravo, agora transformado por força de lei em liberto, era um tema recorrente nos jornais negros. A imprensa negra, ou imprensa feita pelos negros, também servia como um veículo de debate sobre os problemas brasileiros, na medida em que discutia justamente o que a grande imprensa negava-se a discutir: a situação dos libertos.

Ainda que a imprensa negra não tenha sido a única forma de organização dos negros no início do século, seu papel foi de extrema importância para criação de uma consciência coletiva por parte dos “homens de cor”. As transformações que ocorreram no Brasil na passagem do século XIX para o século XX pouco ou nada afetaram a situação dos negros (FERNANDES, 2008). Mesmo em situação econômica e social desigual, os negros não se furtaram em discutir a sua situação e a situação do Brasil como um todo. Como coloca Fernandes:

Arrogando-se a solução de problemas ignorados ou descurados pelas elites no poder, o negro e o mulato chamaram a si duas tarefas históricas: de desencadear no Brasil a modernização do sistema de relações raciais e de provar, praticamente, que os homens precisam se identificar, de maneira íntegra e consciente, com os valores que encarnam a ordem legal escolhida (2008, p. 10).

Os principais papéis da imprensa negra nesse período foram justamente discutir o papel do negro em uma ordem legal, que juridicamente via a todos como iguais e promover essa consciência entre os homens de cor. Para Fernandes (2008), essa foi a grande contribuição do Movimento Negro para o Brasil neste período. Na medida em que discutia os problemas de uma nova ordem vigente, gerava consciência em uma parcela significativa da população. Para Moura (1992), a imprensa negra conformou uma “ideologia negra” fortemente marcada por orientações morais e comportamentais.

Muitos dos jornais negros tinham como principal influência a imprensa operária (GOMES, 2005). Porém, se os jornais operários tinham como principal temática discutir as relações de trabalho em uma sociedade que aos poucos se

industrializava, a imprensa negra invertia a temática. Como forma de tentar fugir do estereótipo do negro apenas como trabalhador, a imprensa negra tinha como principal foco o ambiente do lazer e da educação. Para Gomes (2005), a imprensa negra forjava uma identidade étnica baseada em preceitos morais e comportamentais, mas que ganhava contornos políticos na medida em que explicitava os interesses da sociedade dos “homens e mulheres de cor”.

Por muito tempo, a imprensa negra foi vista como um espaço de uma intelectualidade negra letrada e elitizada. Esse caráter elitista, muitas vezes, serviu para enquadrar o movimento negro como um todo, não apenas nesta época, como um movimento restrito a um público muito elitizado e distinto da massa da população negra. Porém, se levarmos em conta que, nas primeiras décadas do século XX, o número de alfabetizados era muito restrito, os jornais não eram apenas um veículo de troca de informações entre letrados, mas também uma proposta de ampliação das capacidades intelectuais da população negra como um todo.

Os jornais negros ainda são encarados como um elemento secundário na história da mobilização negra no país. Rodrigues (2007) caracteriza esse período da organização negra como um período pouco politizado e sem um projeto ideológico mais amplo. Por outro lado, se pensarmos que pela esquerda o debate racial era praticamente ignorado pelas organizações de trabalhadores e que para o estado a igualdade legal era vista como suficiente, a existência de uma imprensa negra nas primeiras décadas da república demonstra um caráter organizativo e até mesmo combativo da população negra.

A imprensa negra teve um papel ressocializador importante (FERNANDES, 2008). A possibilidade da existência de organizações negras de caráter mais orgânico e formal dependia da criação de um ambiente no qual os negros se reconhecessem e se organizassem como tal. Nesse sentido, apesar da multiplicidade de veículos e jornais e da baixa articulação, a imprensa negra foi, talvez, o repertório de ação política mais cabível para aquele momento.

### 3.2 Uma resposta à fragmentação: a Frente Negra Brasileira

A Frente Negra Brasileira (FNB) talvez tenha sido o momento de organização da comunidade negra mais polêmico. Com fundação em São Paulo, a FNB rapidamente se espalha para estados como Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo (Costa, 2006). A FNB surge influenciada pelo contexto político nacional e acaba estabelecendo uma simpatia pelas políticas que estavam sendo implementadas pelo Estado Novo, principalmente as que se referiam a proteção do mercado de trabalho para os brasileiros, estabelecendo cotas nas empresas e indústrias nacionais. Sobre essa relação, Costa aponta que:

A Frente apoiou a subida de Getúlio ao poder e aplaudia o seu estilo autoritário, destacando que também o líder Zumbi havia dirigido o Quilombo de Palmares com mão de ferro. A simpatia pelo autoritarismo alimentada pela Frente pode ser explicada tanto pela frustração da população negra com hegemonia das oligarquias agrárias nos primeiros anos da República quanto pelo temor de que a presença de imigrantes (brancos) agravasse ainda mais a discriminação e o preconceito racial (2006, p. 142-143).

Fundada em São Paulo no dia 12 de outubro de 1931 com a presença de mais de 2 mil negros, a FNB tinha como principal objetivo a união social e política dos negros, de maneira a afirmar seus direitos históricos (FLORES, 2007). Rapidamente, núcleos da FNB se espalharam pelo Brasil e cada vez mais ganhavam adesão. Elio Flores (2007) aponta que, durante a Primeira República, existia uma verdadeira luta de raças travada no cotidiano das grandes cidades brasileiras. Num cenário como este, a unidade das organizações negras, apesar da fragmentação de associações e grupos, era apontada como necessária para reforçar a posição dos negros nas primeiras décadas pós-abolição.



FIGURA 4 - Encontro da Frente Negra Brasileira em 1932<sup>15</sup>.

Entre as tendências que existiam dentro dos Frentenegristas, era possível observar posturas nacionalistas extremas, socialistas engajadas e comunistas. Essa variedade de posturas em relação à luta dos negros na Primeira República ajuda a desconstruir a ideia, muito presente da literatura que trata sobre esse momento da organização negra, que tende a enquadrar a Frente Negra como um movimento meramente nacionalista e com fortes inclinações fascistas.

Francisco Lucrécio, um dos fundadores da FNB, em seu depoimento transcrito no artigo de Flores (2007), argumenta que a forte tendência ao nacionalismo da FNB estava muito mais relacionada à necessidade de garantir um espaço dentro da sociedade brasileira e de se fazerem vistos como parte da nação do que a defesa de teses de caráter fascistas. O apoio a Getúlio Vargas era para a FNB uma forma de garantir com que uma parte de suas reivindicações fossem atingidas e, principalmente, era a possibilidade de derrotar as políticas da Primeira

---

<sup>15</sup> Fonte: Site de Abdias do Nascimento. Disponível em: <[http://www.blackpast.org/files/blackpast\\_images/Brasileira\\_Frente\\_Negra.jpg](http://www.blackpast.org/files/blackpast_images/Brasileira_Frente_Negra.jpg)>. Acesso em: 15 de junho de 2012.

República, que havia marginalizado e ocultado as populações negras e mestiças (GUIMARÃES, 2002). No entanto, como aponta Costa (2006), esse apoio não se mostrou favorável à FNB, já que em pouco tempo a política do Estado Novo já havia fechado os jornais e forçado que organizações sociais encerrassem suas atividades.

A possibilidade de mobilização autônoma dos movimentos sociais em geral, nesse período, era muito limitada. Para Carvalho (2002), a tutela por parte do estado obrigava os movimentos a se isolarem no campo político social ou a construírem de alguma forma alianças com o estado, como foi o caso da FNB. Sobre esse período, Andrews aponta:

A administração de Vargas foi muito mais receptiva do que seus predecessores republicanos aos interesses dos brasileiros pobres e pertencentes à classe trabalhadora, que logo aprenderam como explorar as aberturas criadas pela mudança de regime. Ao mesmo tempo, entretanto, o objetivo da política social e trabalhista do Estado Novo era estabelecer o controle mas eficiente possível sobre os pobres e a classe trabalhadora do país para usá-los como uma base essencialmente passiva de apoio político, e também como uma fonte de mão de obra barata e aquiescente para a economia industrial em expansão (1998, p. 284).

O Estado Novo proíbe a existência de associações negras de caráter político, como a FNB, no entanto potencializa, sob forte controle estatal, o surgimento de associações negras de caráter cultural como os clubes de dança negros e as escolas de samba. O caso da Associação José do Patrocínio, que atuava em São Paulo, é um caso emblemático da maior abertura às demandas sociais por parte do Estado Novo e sua tentativa constante de controle das associações sociais. A Associação José do Patrocínio solicita a Vargas que este proíba os anúncios de empregos racialmente discriminatórios no estado de São Paulo e tem sua solicitação atendida pelo presidente numa demonstração de um populismo autoritário (ANDREWS, 1998).

Num contexto em que as forças de esquerdas ignoravam o problema racial

brasileiro, o cenário das grandes cidades era palco de uma constante disputa entre negros e brancos. A unidade dos “homens de cor” era talvez o principal desafio para sobreviver a essa “luta de raças”. Ainda que houvesse muita divergência no interior da FNB, que inclusive gerou organizações dissidentes, como a FNBS (Frente Negra Brasileira Socialista), havia um certo consenso de que a unidade era o principal objetivo. Flores (2007) atribui a caracterização da FNB como uma organização conservadora principalmente pelas posições de seu Líder Arlindo Veiga dos Santos. Todavia, para o autor, a FNB constituía-se como um movimento mais a esquerda, ou jacobinista, como em suas palavras:

Parece útil acrescentar que esse jacobinismo frentenegrista estava envolto das grandes lutas e radicalizações políticas da própria década. O nacionalismo extremado como o de Arlindo Veiga dos Santos, a Militância Comunista, como a de Solano Trindade; e o socialismo engajado como o de José Correia Leite, apenas exemplificam a riqueza das alternativas em curso para os fretenegrinos (FLORES, 2007, p. 504).

A FNB, portanto, para além de ideologias foi um elemento aglutinador e dinamizador da política negra nas primeiras décadas do século XX. Para Gomes:

Observamos que, independente de ideologias, a organização pretendeu orientar o negro brasileiro que, como vimos anteriormente, corria sério risco de desaparecer em virtude de doenças e das teorias racistas disseminadas, e que influenciavam de maneira drástica na sua existência. Portanto, para se inserir e competir em uma sociedade emergente foi necessário formular ideias e procurar soluções práticas para sobreviver, mesmo as que aos olhos atuais causam certo desconforto, como a manutenção de alianças e contatos com ideologias centralizadoras (2008, p. 45).

Seu papel organizador teve altos e baixos. Pereira (2008) argumenta que a FNB buscou centralizar uma experiência de organização negra muito fragmentada e com uma base social muito frágil. Apesar destas dificuldades, a experiência da FNB foi um momento importante na história da organização negra no país. Seus repertórios diversos, como jornais, congressos, encontros e até mesmo a disputa

eleitoral<sup>16</sup>, deixaram um legado organizativo para as gerações futuras do Movimento Negro. Em 1958, a Frente Negra Brasileira é dissolvida. Porém, outras experiências de organização negra aparecem no cenário nacional.

### 3.3 O Teatro Experimental do Negro: a negritude como bandeira

Da década de 1940 em diante, a lenta inserção marginal do negro na sociedade brasileira permitiu que uma parcela de negros despontasse no meio intelectual, artístico e esportivo (PEREIRA, 2008). Os políticos locais, ainda acostumados com práticas clientelistas e patronais, viam nas lideranças negras uma grande ponte entre suas intenções eleitorais e a massa da população mais pobre, na sua maioria composta por negros.

Para Pereira (2008), ainda que muitas lideranças negras tenham servido como massa de manobra de interesses eleitorais, uma intelectualidade negra passa a refletir sobre os significados deste contexto político e a reagir a ele. No ano de 1945, é criado o Comitê Democrático Afro-Brasileiro (CDAB). A principal tarefa do CDAB é influenciar nos rumos da constituinte. Neste mesmo ano, duas novas organizações são criadas: o Teatro Experimental do Negro, sob a liderança de Abdias do Nascimento, e o Teatro Popular Brasileiro, liderado por Solano Trindade, que havia tido sua experiência política dentro da Frente Negra Brasileira.

Essa possibilidade de rearticulação do movimento negro se deu, em boa parte, pelo fato de o estado brasileiro ter passado a incorporar o “mito da democracia racial” em sua forma de governar o país. Contrapondo-se ao imperialismo cultural europeu, o Brasil passa a se pensar como uma nação mestiça, e os elementos regionais, sendo grande parte deles de origem afro-brasileira,

---

<sup>16</sup> No ano de 1935 a FNB concorreu as eleições como Partido Político. O alto número de negros analfabetos impediu que naquele momento a FNB tivesse sucesso (PEREIRA, 2008).

passam a ser reivindicados como representantes da brasilidade. Para Guimarães:

Esse projeto de nação ofereceu aos negros uma melhor inserção econômica e transformou em nacionais ou regionais as diversas tradições culturais de origem africana ou luso-afro-brasileira: o barroco colonial de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, as procissões católicas, as festas de largo, o samba, o carnaval, a capoeira, o candomblé, as congadas, as diversas culinárias regionais etc. Ou seja, o federalismo político foi, de certo modo, fortalecido pela nacionalização dos diversos regionalismos culturais, todos de cunho racial, e temperados agora pela grande mobilidade espacial da população pela “integração dos negros na sociedade de classes”, ou seja, como trabalhadores e brasileiros negros. O Brasil, se não era de fato, deveria ser, no devir, uma democracia racial coisa que, aliás, para o imaginário nacional bastava (2002, p. 86).

Ao mesmo tempo em que o país se pensava mestiço e “vendia” para o resto do mundo o ideal da convivência harmônica entre negros e brancos, cada vez mais ficavam visíveis as condições de vida dos negros, que passavam a ocupar, no espaço urbano, locais cada vez mais segregados. A favelização da população negra marcava de maneira mais forte os estereótipos negativos dessa população, vista como perigosa e incapaz.

É essa contradição entre as condições objetivas em que a maior parte dos negros estava vivendo e um ideal de convivência harmoniosa que permitiram que novas expressões de protesto negro surgissem a partir da década de 1940. A organização que mais se destacou nesse momento foi o Teatro Experimental Negro (TEN). A principal novidade que o TEN trazia à cena era a sua reivindicação da inclusão de “mulatos” e “pardos” na categoria de negros. Essa ampliação categorial teve uma função importante na época, tendo em vista que essa reivindicação procurava mostrar que, diferentemente do que se costumava pensar, os negros, no Brasil, não eram uma minoria, mas sim constituíam o “povo brasileiro”. Conforme observa Guimarães (2002), o uso da expressão “Povo” significava falar de todos os excluídos dos direitos básicos e, portanto, o TEN estava falando em nome da maioria dos brasileiros.



FIGURA 5 - Aula de alfabetização para negros matriculados no Teatro Experimental do Negro<sup>17</sup>

Ainda que não tivesse uma larga base social e que seus representantes, em grande parte, fossem negros que conseguiram superar as barreiras raciais e ascenderam economicamente, o TEN era uma expressão política importante daquele período. O TEN adotava uma postura que ia de encontro ao pensamento social brasileiro. Enquanto uma grande parte dos intelectuais ainda trabalhavam as teses de Gylberto Freyre, o TEN trazia o negro também como um sujeito político e não apenas como um elemento cultural na formação brasileira. Sobre essa postura, Guimarães assinala:

No plano sociológico, o pensamento negro pressupunha a existência de formação racial e não apenas de classe; no plano ideológico, reivindicava a identidade negra e não apenas mestiça, que constituiria o âmago da identidade nacional brasileira. Era desse modo que os líderes dos anos 50 procuravam equacionar o nacionalismo e a negritude. Isso os afastava do modo como os demais intelectuais, principalmente os nordestinos, entendiam a democracia racial então vigente, que se sustentava sobre a negação dos negros, *qua* raça ou grupo social e na afirmação de um ideal –

<sup>17</sup> Fonte: Fotografia de José Medeiros disponível no site de Abdias do Nascimento. Disponível em: <[http://www.abdias.com.br/teatro\\_experimental/foto11.jpg](http://www.abdias.com.br/teatro_experimental/foto11.jpg)>. Acesso em: 15 de julho de 2012.

que na verdade era tido como uma realidade concreta de mestiçagem racial e sincretismo cultural (2002, p. 94).

Essa tensão entre o pensamento intelectual hegemônico da época e as posturas adotadas pelo movimento negro, representada em sua grande parte pelo TEN, permaneceu até meados da década de 1950, quando, ao menos em termos sociológicos, o discurso do movimento negro passa a ganhar respaldo com os resultados da pesquisa financiada pela UNESCO sobre o caráter das relações raciais no Brasil, organizada por Roger Bastide e Florestan Fernandes<sup>18</sup>.

Pereira (2008) levanta alguns elementos importantes para diferenciar a proposta do TEN da experiência anterior vivenciada pela Frente Negra Brasileira. Um elemento central é o tipo de repertório utilizado pelo TEN. Enquanto a FNB propunha-se a constituir-se como um partido de massa, o TEN era muito mais um grupo de vanguarda intelectual, que a partir do debate e da disputa de significados sobre a presença do negro no Brasil levantava suas bandeiras de luta.

Um outro elemento diz respeito ao entusiasmo de alguns intelectuais em relação à possibilidade de uma disputa institucional através de cargos eletivos por lideranças negras. O próprio Abdias do Nascimento, fundador do TEN, concorre pelo estado do Rio de Janeiro, porém fracassa em sua tentativa. Para Pereira (2008), o mito da democracia racial, ainda forte no Brasil, e o boicote feito dentro dos próprios partidos políticos, como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), dificultavam a eleição de candidatos negros.

Mesmo com seus fracassos nas urnas, o Teatro Experimental do Negro segue suas atividades. Para além de grandes apresentações artísticas e culturais, o TEN era um grande espaço de debate das relações raciais no Brasil. Aglutinava não

---

<sup>18</sup> Na década de 1940, uma pesquisa encomendada pela UNESCO, e coordenada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, denuncia que, diferentemente de um paraíso racial, no Brasil o preconceito de cor constitui o cerne das relações sociais entre negros e brancos, o que explicaria a marginal inserção do negro na sociedade de classes brasileira. Essa pesquisa foi apoiada por setores organizados do movimento negro e gerou uma grande pressão social por mudanças sociais que garantissem a reparação da população negra que ainda sofria com os resquícios da escravidão.

apenas artistas negros, mas também intelectuais interessados na causa, como o caso do destacado sociólogo daquele período, Guerreiro Ramos. O TEN emerge em um contexto de refluxo do Movimento Negro no Brasil. A importante, mas fracassada experiência da FNB chega com pouca força aos anos 1940. O TEN torna-se, naquele período, a maior expressão política da população negra.

No ano de 1945, o TEN organiza em São Paulo a Convenção Nacional do Negro (CNN). Sandra Almada reproduz, em sua biografia de Abdias do Nascimento, as reivindicações que são frutos da Convenção:

- 1) Que se torne explícita na constituição de nosso país a referência a origem étnica do povo Brasileiro, constituído das três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca.
- 2) Que se torne matéria de lei, na forma de crime lesa-pátria, o preconceito de cor e de raça
- 3) Que se torne matéria de lei penal o crime praticado nas bases do preconceito acima, tanto nas empresas de caráter particular quanto nas sociedade civis e nas instituições de ordem pública e particular.
- 4) Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiro negros como pensionistas do estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares.
- 5) Isenção de impostos e taxas, tanto federais como estaduais e municipais, a todos os brasileiros que que desejarem estabelecer-se com qualquer ramo comercial, industrial e agrícola, com o capital não superior a Cr\$20.0000,00.
- 6) Considerar como problema urgente a adoção de medidas governamentais visando à elevação do nível econômico, cultural e social dos brasileiros (2009, p. 82-83).

Seria necessário um estudo que tomasse exclusivamente o TEN e esse período histórico para podermos analisar os mecanismos que levaram à institucionalização de algumas das propostas levantadas pelo manifesto da Convenção Nacional do Negro. Para Almada (2009), com base no Manifesto da CNN, foi encaminhado um projeto que integraria a nova constituição tratando como crime a discriminação racial. Por mais estranho que hoje nos possa parecer, o único

representante negro na constituinte e filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o deputado José da Silva, fez um discurso contrário ao projeto, alegando que uma medida como esta poderia restringir as liberdades democráticas e que não seria possível provar, objetivamente, a existência de racismo no país. O projeto de lei não é aprovado e a criminalização do racismo não entra na carta constitucional brasileira naquele ano. A Lei Afonso Arinos, de 1951, é aprovada anos depois, tornando-se a primeira lei antirracista do Brasil (RODRIGUES, 2007).

O episódio protagonizado pelo Deputado José da Silva é emblemático. A esquerda brasileira, por muitos anos, simplesmente fez vistas grossas ao problema racial. Com o Golpe militar de 1964, não apenas as organizações negras, mas as organizações sociais, sindicais e estudantis, são perseguidas. O período entre os anos 1960 e 1970 é mais um período de desarticulação do movimento negro e do debate sobre a questão racial no país.

O regime autoritário instalado após o golpe de 1964 pouco muda a estrutura das políticas raciais. Os militares mantiveram as leis trabalhistas e no campo simbólico conservaram o índio e negro como figuras nacionais, procurando retirar delas qualquer conteúdo político, perseguindo principalmente sindicatos e associações que reivindicassem esses símbolos como forma de resistência (GUIMARÃES, 2002).

O período que vai entre o golpe de 1964 e o final da década de 1970 é pouco conhecido em relação à organização negra. Em seu estudo sobre a repressão militar às organizações negras no Brasil, Kossling (2007) aponta que houve, por parte dos militares, o interesse em reprimir não apenas os grupos armados ou comunista, mas todos os grupos sociais que de alguma forma contrapunham-se ao regime, inclusive organizações antirracistas. Como aponta a pesquisadora:

A própria historiografia, em geral, aponta como “alvos” do regime militar os comunistas, isto é, os estudantes, operários, os políticos e uma parte dos padres da Igreja Católica.... Mas é necessário

ressaltar que muitos outros setores foram alvos de vigilância e repressão pelos sistemas de segurança e informação, embora careçam ser estudados. Os movimentos negros fazem parte de temas pouco estudados pela historiografia especializada do período. Como ao longo do século XX, o principal inimigo dos órgãos de repressão política foi o “comunismo”, outras frentes de possível instabilidade, como a questão racial brasileira e as lutas antirracistas, acabou encoberta (KOSSLING, 2007, p. 30).

A autora refere-se, principalmente, às atividades de retomada, mais à esquerda, do Movimento Negro, através da constituição do MNU, que aparecerá como objeto da tese em um tópico posterior em que iniciaremos a análise das entrevistas que compõem o *corpus* do trabalho.

Nesse ponto em que adentramos no período militar, voltamos à primeira imagem a que fizemos referência na introdução desta tese, a fundação do MNU.

### **3.4 O movimento negro até os anos 60: repertórios e oportunidades**

Neste tópico, procuramos sintetizar a trajetória do Movimento Negro até meados da década de 1960. Até o momento, neste capítulo, apresentamos referências à trajetória do movimento, baseando-nos em referência de outros estudos e interpretações feitas por outros autores.

Em seu artigo intitulado “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, Petrônio Rodrigues constrói um interessante quadro de avaliação da política do Movimento Negro ao longo dos anos. O autor, a partir de alguns elementos analíticos, procura classificar as diferentes fases do movimento. O quadro possui uma série de dimensões, porém gostaríamos de apresentar apenas algumas e acrescentarmos, a partir do foco da tese, outras dimensões. Primeiramente, o autor classifica a experiência do Movimento Negro em três momentos: primeira fase, que vai de 1889 até 1937; segunda fase, que enquadra as organizações negras

entre os anos de 1945 até 1964; e a terceira fase, que se inicia com a fundação do Movimento Negro Unificado e se estende até os dias de hoje.

A seguir, realizamos um quadro síntese que leva em conta alguns elementos e classificações feitas por Rodrigues (2007), junto com elementos relacionados ao tipo de repertório utilizado. O quadro representa apenas a primeira e segunda fase do movimento:

#### QUADRO 6

Síntese dos principais repertórios de ação do movimento negro até a década de 60

<b>Dimensões</b>	<b>1 Fase (1889 – 1937)</b>	<b>2 fase (1945 - 1964)</b>
Tipo de discurso	Moderado	Moderado
Estratégia de inclusão	Assimilacionista	Integracionista
Princípios ideológicos	Nacionalismo e defesa das forças de direita.	Nacionalismo (defesa das forças de centro).
Métodos de luta e repertórios de ação	Criação de agremiações negras. Palestras, atos públicos “cívicos” e publicação de jornais.	Teatro, imprensa, eventos acadêmicos e ações de sensibilização da elite branca.

Fonte: RODRIGUES (2007) adaptado pelo autor.

O quadro acima, apesar de suas limitações, ajuda a visualizar, de uma forma mais esquemática, a trajetória do movimento negro até sua segunda fase (meados dos anos 1960). Talvez o elemento mais problemático em relação ao quadro sistematizado por Rodrigues (2007) esteja relacionado ao tipo de vinculação ideológica que o autor traça, principalmente na primeira fase do movimento. Caracterizar de forma homogênea a primeira fase do Movimento Negro como sendo um movimento de direita reduz as possibilidades de análise. Precisamos levar em consideração que, para este tipo de classificação, precisa-se levar em conta o contexto político da época. Se os repertórios, como observa Tarrow (2009), “também dependem de um enquadramento interpretativo que defina o ‘nós e eles’ em uma estrutura de confronto”, é possível levarmos em consideração a definição que

Florestan Fernandes faz do movimento negro, principalmente em suas primeiras fases.

Para Fernandes (2009), o movimento negro é o primeiro movimento social tipicamente republicano, na medida em que entre suas principais bandeiras estava a defesa da ordem legal vigente. Ou seja, para o movimento negro da primeira metade do século XX, a consolidação de uma sociedade competitiva nos moldes modernos não poderia ter como barreira social a cor da pele dos indivíduos. Esse elemento talvez seja o fator explicativo para uma estratégia de inclusão assimilacionista naquele momento.

É preciso levar em consideração que as forças de esquerda naquele período eram resistentes a pensar a condição racial como um elemento mobilizador da classe trabalhadora, o que afastou uma grande parte das lideranças negras do ciclo de influência dos socialistas. Cabe destacar também que a relação entre a política institucional e a política não institucional se fizeram presente desde o início das primeiras experiências organizativas do movimento, seja através da tentativa de criação de partidos especificamente negros, como a FNB, ou na candidatura de lideranças negras como a primeira tentativa de eleição de Abdias do Nascimento. Por outro lado, os espaços para a institucionalização das demandas do movimento negro eram muito mais restritos, o que fazia do Estado muito mais uma ameaça do que uma oportunidade política.

### **3.5 Uma guinada à esquerda: o Movimento Negro Unificado**

Compreender a retomada do movimento negro após as experiências das décadas anteriores demanda reconstituir a lenta aproximação de uma geração de militantes negros com a esquerda brasileira. Se nas décadas anteriores a relação entre os negros e a esquerda sempre foi de distanciamento, a partir da década de

1960 um conjunto de militantes passa a ter contato com a política, tendo como referência as organizações de esquerda. A aproximação com a esquerda nesse período teve suas controvérsias, principalmente no que toca à relação entre raça e classe.

As organizações políticas de esquerda sabiam da importância política do segmento negro brasileiro, porém tinham dificuldades em lidar com a problemática racial. Milton Barbosa<sup>19</sup>, um dos fundadores do Movimento Negro Unificado, relata a sua trajetória por dentro da Liga Operária, organização política trotskista, fundada em 1972:

Nós debatíamos tanto a ação no movimento negro como a ação no movimento estudantil, e montamos uma célulazinha. Mas a nossa célula era de negros. Tinha um negro que não era, mas os outros eram de movimento negro. Aí teve um congresso da Liga Operária em Itanhaém, onde a gente discutiu a questão do negro, e eles me tiraram para ir representar nossa célula. Uma coisa que marcou também foi que, apesar de a discussão ser feita nesses setores, eu senti que aquilo não entrou de forma sistemática como ação daquele grupo. Então, isso já começou a me deixar meio cabreiro... Acho que eles ficavam também meio que resistindo com a gente do movimento negro. Na realidade, eles queriam a nossa discussão, o nosso conteúdo, mas não queriam nos inserir de fato no negócio (2007, p. 118).

O depoimento de Milton Barbosa é representativo da dificuldade que os militantes negros tinham em trazer à tona, dentro das organizações de esquerda, a problemática racial. A temática era encarada como secundária e subordinada às pautas mais centrais da esquerda brasileira, como a luta dos operários contra o capital. Foi justamente essa dificuldade de lidar com esse tema que afastou a esquerda do movimento negro nas décadas anteriores. Porém, nos anos 1970, um conjunto maior de lideranças negras é formado no espectro ideológico da esquerda,

---

<sup>19</sup> Nasceu em Ribeirão Preto no ano de 1948. cursou Economia na USP. Fundador do MNU. Em 1982, fez parte do diretório Regional do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo. Foi fundador da primeira comissão de negros do PT em São Paulo. Fonte dos dados: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almicar Araújo. **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

fato esse que vai ser determinante na criação do MNU.

O mesmo Milton Barbosa reconhece a importância da esquerda para o movimento negro:

Essa discussão com a Liga Operária teve um papel importante para o surgimento de uma nova fase do movimento: as coisas que a gente estudou, discutiu e tudo mais. Aprender sobre o programa de transição de Trotski, sobre a lei de desenvolvimento desigual e combinado. A gente leu muito sobre a questão internacional, sobre a questão da África do Sul, e a gente teve muitas descobertas... Na época da ditadura militar, se estudava muito mais, se exigia muito mais, por que você tinha que enfrentar uma barra pesada (2007, p. 118).

Outras organizações políticas e sociais que transitavam no espectro ideológico da esquerda também tiveram influência sobre a formação de lideranças negras nesse período, como a igreja, as universidades (principalmente a atuação no movimento estudantil), as agrupações sindicais e até mesmo o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido oficial de oposição à ditadura militar. No quadro abaixo, sistematizamos as organizações de que alguns dos entrevistados que constam no *corpus* desta pesquisa faziam parte.

## QUADRO 7

Atuação em organizações de esquerda (anos 1970)<sup>20</sup>

MILITANTE	ORGANIZAÇÃO
Yedo Ferreira	Partido Comunista Brasileiro
Justo Evangelista Conceição	Animação dos Cristãos no Meio Rural, Comissão Pastoral da Terra, Comunidades Eclesiais de Base.
João Francisco dos Santos	Ação Católica, Juventude Operária Católica.
Zélia Amador	União dos Estudantes Secundaristas Paraenses, Ação Popular
Edna Roland	Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária
Flávio Jorge Rodrigues da Silva	Liga Operária, DCE da PUCSP
Milton Barbosa	Liga Operária
Gilberto Leal	Movimento Democrático Brasileiro
Ivair Alves dos Santos	Movimento Democrático Brasileiro

Fonte: Elaboração do autor com base em ALBERTI; PEREIRA (2007).

Em um cenário político fechado e com a formação política junto à esquerda de importantes lideranças negras, logo surge, no meio negro, ideias de criação de uma organização negra reivindicativa, de um movimento social com protagonismo negro e independente da subordinação em que eram colocados pelas organizações de esquerda. Uma série de iniciativas de mobilização negra se espalham pelo Brasil e, diferentemente das décadas anteriores, a luta contra a discriminação racial passa a ser a principal bandeira. O caráter artístico-cultural das organizações negras vai dando lugar a organizações de cunho mais combativo. Gilberto Leal<sup>21</sup>, que no início dos anos 1960 militava na Bahia, comenta a transformação sofrida pela militância negra naquele período.

Durante o AI-5, falar que o Brasil era um país racista era subversão e, conseqüentemente, você estava sujeito a todas as penalidades. Então, nós convivíamos com a luta negra em plena ditadura militar,

<sup>20</sup> O quadro refere-se aos depoimentos dos militantes que atuam nesse período.

<sup>21</sup> Nasceu em Salvador em 1945. É formado em Geologia pela Universidade Federal da Bahia. Foi um dos fundadores do MNU na Bahia. Fonte dos dados: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almicar Araújo. Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

com o cacete da polícia, com o braço armado da ditadura batendo firme na gente. Eu sei que muita gente fala: “Nós temos um movimento cultural que também se desenvolveu no período”. Mas não enfrentava a ditadura militar e não era um movimento de contestação política. Era um movimento de ocupação de espaço estético e era real, ainda é até hoje. Mas quem começou com o processo da Bahia de movimento político contestatório enfrentando os poderes constituídos foi o movimento negro organizado.

O período se diferencia das décadas anteriores. Antes do golpe, ainda que o preconceito e a discriminação racial fossem até mesmo mais fortes, os repertórios de ação do movimento negro circunscreviam-se à ações de caráter educativo, cultural e estético. Como já mencionamos anteriormente, não se trata de considerar que, a partir da década de 1970, o movimento negro se politiza em contraposição a falta de horizonte político claro das experiências anteriores. O que temos nesse período é uma ampliação dos repertórios mobilizatórios, que passam a estar mais próximo das formas de atuação de outros movimentos sociais coexistentes neste período, como o movimento sindical, os camponeses, o movimento estudantil etc. Nos depoimentos dos militantes, aparece muito a referência às marchas e passeatas organizadas pelas organizações negras em diversas partes do país.

A década de 1970 é a década de ebulição de novas e velhas formas de organizações e movimentos sociais no Brasil. É o período em que o movimento operário passa a se reestruturar, em que movimentos populares, como os das mães que lutavam por creches nas periferias de São Paulo, emergem, e o movimento negro vai tomando seus novos contornos nesse contexto. Como coloca Sader, acerca do ressurgimento dos movimentos sociais durante esses anos:

Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência (2001, p. 199).

Aos poucos, a esquerda mais tradicional passa a compreender a importância da organização de novos sujeitos sociais para além da identidade operário/trabalhador/estudante. As lideranças negras passam a compreender esse cenário como propício a criação de uma nova organização negra. Em 1978, é fundado, em São Paulo, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Apesar de sua fundação ter se dado em São Paulo, o MUCDR reflete um amadurecimento das organizações e dos militantes negros, que passaram a ter maior autonomia frente às organizações políticas e sociais até então existentes e que por todo o Brasil passavam a organizar protestos e ações contra a discriminação racial.

O até então MUCDR (Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial) tem como marco simbólico fundador o dia 7 de julho de 1978. Essa data é considerada por muitas lideranças como uma data de refundação do movimento negro contemporâneo. Milton Barbosa relata os acontecimentos que antecederam o dia 7 de julho de 1978:

Aconteceu que um rapaz, primo do Rafael Pinto, o Robson Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, foi preso em uma feira, acusado de estar roubando frutas. Ele foi preso do 44 Distrito Policial de Guainazes e foi torturado, vindo a falecer em consequência das torturas. Isso revoltou a população negra e saiu no jornal *Folha de S.Paulo*. Logo em seguida, teve a discriminação de quatro garotos negros, que foram impedidos de treinar no time infantil de Voleibol do Clube de Regatas Tietê. Também nos deixou enraivecidos. Havia o João Bolquiam, um dos técnicos lá, que denunciou. Nós fizemos reuniões e resolvemos fazer uma grande manifestação. E a gente discutia que não havia um movimento para aglutinar várias entidades (2007, p. 151).

Casos de racismo como os relatados acima ganham cada vez mais espaços na mídia da época, o que ajudava a desmascarar a propaganda do regime militar de um Brasil mestiço e sem preconceito racial. O “milagre do crescimento econômico” também ajudou a agudizar os problemas da desigualdade racial. É um período de

inserção de uma grande massa de trabalhadores no mercado formal de trabalho. Por outro lado, como aponta Pereira (2008), em algumas categorias profissionais, só faltavam aos empregadores colocarem a placa “reservado para brancos”. É o período em que se intensificava nos classificados de emprego o requisito de “boa aparência”, que nada mais era do que uma forma de discriminar de antemão candidatos negros.

É nesse contexto que os militantes e lideranças negras percebem a necessidade de uma organização maior, com mais força para reagir a situação em que se encontrava a população negra. E em São Paulo é agendado o dia 7 de julho de 1978 como o dia para realização de uma grande manifestação negra e para a criação de um novo movimento. Amauri Mendes Pereira<sup>22</sup> relata com detalhes o clima tenso que marcou a mobilização:

O ato foi na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo [...]. Havia muita polícia e a polícia em São Paulo são aqueles caras enormes [...]. Pra começar, tinha que atravessar o Mappin para a escadaria do Teatro. E quem vai dar o primeiro passo? Isso era uma interrogação. Por que era assim: a polícia estava ali para reprimir. A liderança é liderança falando, mas quem vai fazer? E o Mappin era um lugar em São Paulo, já naquele tempo, de concentração da juventude negra. Do mesmo tipo de *Soul Music* dos *Black Rio*, da garotada que usava uns sapatos enormes, calça boca estreita, cintura alta, cabelão... O Mappin era aquele lugar de encontro da garotada negra que era muito fustigada pela polícia, muito discriminada. Ali era uma base natural para fazer aquele momento. Mas quem vai? Ninguém sabe quem foi primeiro. Num dado momento foi e, quando foi, a polícia não reprimiu. E foi muito importante aquele momento. Aí foi um ato público, saiu em todas as primeiras páginas de todos os jornais. E ninguém sabia como fazer depois (2007, p. 153-154).

O ato nas escadarias do Teatro Municipal chamou a atenção dos órgãos de

---

<sup>22</sup> Nasceu no Rio de Janeiro em 1951. É formado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1974, foi fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA). Participou, em 1978, da fundação do MNU e integrou a direção do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). Fonte dos dados: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almicar Araújo. **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

inteligência do período militar. Alberti e Pereira (2011) transcrevem, em um artigo publicado no site da Revista de História da Biblioteca Nacional, o relato da manifestação ocorrida realizado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão responsável por monitorar os movimentos sociais de oposição ao regime militar. Vejamos o relato:

Realizou-se em São Paulo, no dia 7 julho de 1978, na área fronteira ao Teatro Municipal, junto ao Viaduto do Chá, uma concentração organizada pelo autodenominado “Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial”, integrado por vários grupos, cujos objetivos principais anunciados são: denunciar, permanentemente, todo tipo de racismo e organizar a comunidade negra. Embora não seja, ainda, um “movimento de massa”, os dados disponíveis caracterizam a existência de uma campanha para estimular antagonismos raciais no País e que, paralelamente, revela tendências ideológicas de esquerda. Convém assinalar que a presença no Brasil de Abdias do Nascimento, professor em Nova Iorque, conhecido racista negro, ligado aos movimentos de libertação na África, contribuiu, por certo, para a instalação do já citado “Movimento Unificado” (ALBERTI; PEREIRA, 2011).



FIGURA 6 - Leitura de um manifesto durante a manifestação do dia 7 de julho em frente ao Teatro Municipal de São Paulo

É interessante notar a ênfase dada pelo relato do SNI à campanha para “estimular antagonismos raciais” no país e o enquadramento ideológico do movimento à “esquerda”. O surgimento de um movimento social com uma bandeira racial trazia dois problemas para o regime ditatorial. O primeiro diz respeito à sua aproximação com a esquerda; o segundo, à tentativa de abalar o mito da democracia racial que era muito explorado pelo Governo Militar. As preocupações dos serviços de inteligência em acompanhar as movimentações das organizações negras demonstra a mudança na relação entre o estado e as organizações negras. Se até então o regime tolerava manifestações artísticas e recreativas das associações negras, a partir do surgimento de uma organização de grande aproximação com a esquerda a tolerância acabava e o movimento negro passava a se tornar perigoso.

O ato do dia 7 de julho marcou uma geração de militantes negros e teve uma grande força simbólica para a luta negra em todo o país. O ato é apoiado por muitos setores ligados de alguma forma a luta negra, como descreve Milton Barbosa:

No dia, nos encontramos na galeria Nova Barão e saímos meio que abraçados uns nos outros, morrendo de medo [...] Nos inspiramos em todo, Martin Luther King, todo mundo e “Vamos nessa”. E caminhamos para as escadarias do Teatro Municipal. Ocupamos espaço, colocamos faixa lá. Tivemos a presença também do Abdias Nascimento, Léia Gonzales, vieram o Amauri, o Yedo do Rio, estavam aí pessoas de cidades do interior, recebemos cartas da Bahia. Recebemos um documento dos presos da casa de detenção, porque nós fazíamos um trabalho dentro da casa de detenção [...] Nós articulamos muito bem com a igreja, com a imprensa toda [...] A articulação internacional foi muito bem feita. Amigos nossos que vieram da Guiné Bissau, da Argentina, dos Estados Unidos vibraram quando viram as nossas fotos, a manifestação foi uma coisa que correu o mundo (2007, p. 15).

Após o ato é agendado, para o dia 23 de julho, do mesmo ano, uma nova reunião para dar continuidade as discussões sobre a criação do MUCDR. A reunião do dia 23 conta com a presença de Abdias Nascimento, que propõem que a palavra

“negro” fosse incluída no nome do movimento que estava sendo criado. Nessa reunião, o movimento passa a se chamar Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Nesta mesma reunião, é apresentada a proposta de estatuto e de uma carta de princípios do novo movimento. Por divergências em relação ao funcionamento e à estrutura do movimento, é novamente agendada uma assembleia, desta vez de caráter nacional, para definição do estatuto e da carta de princípios. A assembleia nacional ocorre no dia 9 de setembro de 1978, marcando uma das primeiras e principais divergências que irá acompanhar toda a década de 1980 e 1990 o movimento negro brasileiro. Yedo Ferreira<sup>23</sup>, um dos proponentes de uma minuta de estatuto, comenta:

Tinha uma diferença fundamental entre os dois estatutos. Por que? O nosso estatuto dizia: O MNU<sup>24</sup> tem que ser mobilizador. No estatuto deles, dizia que o MNU tinha que ser reivindicativo. E essa discussão, embora pareça uma coisa simples, é uma questão teórica, de princípios. Se ele é reivindicativo, não propõem coisa alguma, fica apenas no âmbito de fazer reivindicações. E nós dizíamos que ele teria que trabalhar com a massa da população negra. Não simplesmente reivindicar os direitos de uma elite negra – que era o que a gente colocava, na época – e sim mobilizar a massa da população negra para reivindicar, porque ela está no subemprego, está favelizada (2007, p. 160).

A tese vencedora e que vai imprimir o debate dos primeiros anos do MNU é a tese do “movimento reivindicativo”. A tese vencedora não imprime ao movimento uma ruptura com as formas de organização das entidades negras até então existentes. Apesar de ser uma nova entidade, o MNU não impede a criação de novas organizações do movimento negro. Nesse sentido, a tese de um movimento reivindicativo acaba tendo um papel articulador das bandeiras de lutas que, de

---

<sup>23</sup> Nasceu em Santo Amaro da Purificação (BA), em 1933. Foi militante do PCB até a década de 60, e um dos fundadores do SIMBA e do IPCN. Fonte dos dados: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almicar Araújo. **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

<sup>24</sup> Entre o período que engloba o ato do dia 7 de julho de 1978 e a assembleia nacional do MNUCDR, o nome do movimento passa a ser apenas MNU. Os termos “Contra a Discriminação Racial” passa a ser uma das bandeiras de luta e palavra de ordem do movimento (ALBERTI & PEREIRA, 2007).

alguma forma, já se faziam presentes em entidades menores e fragmentadas. Por ter um caráter mais articulador e menos centralizador da luta negra, o MNU acaba se tornando uma referência de unidade, mas com grandes dificuldades de centralização dentro em uma estrutura organizativa clara e unitária.



FIGURA 7 - Manifestação do MNU na cidade do Rio de Janeiro em 1978. Uma série de manifestações públicas marcam a retomada do movimento negro<sup>25</sup>

O MNU tem dificuldades de se nacionalizar como uma única organização, mas grande influência na criação de novas entidades negras. Como aponta Zélia Amador<sup>26</sup>: “Quando chegou em 1978, a criação do MNUCDR acabou respingando pelo país inteiro essa necessidade de se organizar e lutar contra a discriminação (AMADOR, 2007, p. 178). Em outros estados, novas organizações, influenciadas pelo conteúdo político do discurso do MNU, surgem. É o caso da Associação Cultural Zumbi, criada no ano de 1979 em Maceió, do CEDENPA (Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará), em 1978, o Centro de Cultura Negra no Maranhão,

<sup>25</sup> Créditos da Imagem: Januário Garcia.

<sup>26</sup> Nasceu na Ilha de Marajó, no Pará, em 1951. Formada em Letras pela Universidade Federal do Pará. Foi uma das fundadoras do CEDENPA (Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará). Participou do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População negra, em 1995, criado pelo Governo Federal. Fonte dos dados: ALBERTI; PEREIRA (2007).

criado em 1979. Apesar de não haver uma unidade das organizações, há uma unidade enquanto programa e forma de encarar o problema racial no Brasil.

Entre os dias 9 e 10 de julho, ainda no ano de 1978, é realizada uma assembleia do MNU na cidade do Rio de Janeiro, na sede do IPCN (Instituto de Pesquisa da Cultura Negra). Na assembleia, o estatuto e a carta de princípios do MNU são apresentados e aprovados. Na carta de princípios, já em suas primeiras linhas, é dada uma definição de “negro”: “Nós, membros da população negra brasileira – entendemos como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça [...]” (MNU, 1988). A definição adotada na carta vai servir como um instrumento de disputa política sobre a população mestiça. É a partir desse momento que o movimento passa a reivindicar os pardos como pertencentes à “população negra”, assim como o Teatro Experimental do Negro reivindicou em décadas passadas. No momento em que os pardos e negros são incluídos como pertencentes a uma única população negra, a luta contra a discriminação racial deixa de ser uma luta de uma “minoridade numérica” e passa a ser a luta de uma “minoridade política”, que representava mais da metade da população brasileira.

A mesma carta aponta para a autonomia do movimento em relação a outras organizações sociais e políticas. O movimento chama para si a responsabilidade de organização da luta negra e se coloca em solidariedade aos demais setores da sociedade. A carta de princípios apresenta:

CONSIDERANDO ENFIM QUE: nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós, queremos uma nova sociedade onde todos realmente participem; como não estamos isolados do restante da sociedade brasileira, NOS SOLIDARIZAMOS: com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais; com a luta internacional do racismo. POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL! PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO (MNU, 1998, p. 18-19).

O texto da carta de princípios traz vários elementos típicos de organizações políticas de esquerda. Esses elementos, muitos deles, são influências de militantes negros oriundos de outras organizações políticas e que, como apontado anteriormente, apostam na autonomia do movimento em relação às organizações existentes. Como comenta o militante Flavio da Silva<sup>27</sup>, o MNU passa a ser “o primeiro agrupamento no Brasil que começa a discutir a questão racial, dentro do campo da esquerda” (RODRIGUES DA SILVA, 2007, p. 166).

O MNU passa a ser a referência organizativa do movimento negro a partir do final dos anos 1970. Todavia, o movimento negro não deixa de ser plural e diverso, mesmo depois da criação do MNU. A diferença mais significativa em relação aos períodos anteriores é que as organizações negras, na sua maioria, passam a se referenciar em uma perspectiva mais à esquerda e com uma maior aproximação a outros grupos sociais, como os sindicatos, os movimentos de bairro, os próprios partidos políticos, que lentamente voltam a se organizar no final daquela década. É um contexto político em que uma série de novos personagens passam a marcar presença no cenário político nacional, do qual o movimento negro faz parte e é também fruto dessa nova fase de organização política e social da sociedade civil brasileira. Por mais que o conjunto de movimentos sociais da época possuíssem muitas diferenças entre si, a aproximação com grupos políticos de esquerda, com setores progressistas da igreja e com intelectuais engajados eram elementos comuns a estes movimentos, incluindo o movimento negro.

Uma bandeira comum à maior parte dos “novos movimentos” que surgem a partir do final da década de 1970 é a participação das camadas populares na política brasileira. É um contexto em que a ação política dos movimentos sociais se dão à margem e em contraposição a política institucional. No próximo tópico, à guisa de conclusão deste capítulo, discutiremos o significado desse período anterior à

<sup>27</sup> Nasceu em Paraguaçu, São Paulo em 1953. É formado em Ciências Contábeis pela PUCSP. Foi um dos fundadores do grupo negro da PUC em 1979. Foi o primeiro secretário da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores (PT). Fonte dos dados: ALBERTI; PEREIRA (2007).

abertura democrática da política brasileira.

### 3.6 O não institucional e o contestatório: considerações finais sobre o capítulo

A trajetória do movimento negro apresentada até aqui demonstra a heterogeneidade dos repertórios de ação política utilizados pelo movimento. São nítidas as transformações organizativas vivenciadas pelo movimento ao longo das décadas apresentadas. Por outro lado, há uma constante no padrão de relação entre o movimento e o estado que nos interessa analisar para conclusão desse capítulo. Para ajudar a compreensão do argumento que passaremos a defender, reproduzimos o quadro de possibilidades de relação entre movimentos sociais e estado, apresentado anteriormente.

#### QUADRO 8

Matriz dos tipos de relação entre estado e movimentos sociais (contestação)

	<b>INSTITUCIONAL</b>	<b>NÃO INSTITUCIONAL</b>
<b>CONFLITIVO</b>	Institucionalização	Contestação
<b>NÃO CONFLITIVO</b>	Assimilação/Cooptação	Colaboração

Fonte: Elaboração do autor.

O grifo na dimensão da contestação como tipo de relação predominante entre estado e movimento negro, ao longo do período apresentado, nos parece ser a melhor forma de caracterizarmos a atuação do movimento ao longo dessas décadas. Ao mesmo tempo em que há uma diversidade de repertórios, dos mais educativos e culturais, até os mais combativos, como marchas e protestos de ruas, não há indícios de nenhum tipo de institucionalização da luta negra. Ao longo do período analisado, as tentativas de participação na política institucional, seja elegendo candidatos negros ou apoiando candidatos simpatizantes da causa negra, mostraram-se frustradas. Nesse sentido, ao longo desse tempo, podemos afirmar que a luta do movimento negro se deu por fora das relações políticas

institucionalizadas, o que torna a contestação ao estado uma realidade vivenciada e praticada pelo movimento negro.

Os repertórios políticos do movimento, portanto, se deram por fora do estado e contra o estado, tendo em vista que uma parte das reivindicações e bandeiras do movimento negro dirigia-se à cobrança de ações efetivas por parte do Estado de maneira a diminuir as desigualdades entre negros e brancos. Como aponta Tilly:

Os movimentos sociais se desenvolvem dentro de limites colocados por estruturas prevaletentes de oportunidade política: as organizações formais de governo e de políticas públicas, a facilitação e a repressão das reivindicações dos grupos desafiante por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do político (2009, p. 26).

O estado brasileiro ofereceu uma série de limites para atuação dos movimentos sociais ao longo do século XX. A possibilidade de participação das camadas sociais mais baixas no Estado eram muito pequenas. Em um contexto de difícil participação, os movimentos sociais pautaram suas ações tendo como principal forma de ação a contestação. Esse cenário apresentado aproxima-se das interpretações que marcaram os estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. Paoli e Sader (1986) apontam que os estudos que procuravam entender a relação entre sociedade civil e estado estavam marcados por uma concepção que delegava ao estado o papel de “institucionalizador” das classes sociais. A alta fragmentação da sociedade brasileira impedia a construção de movimentos classistas, claramente orientados para uma transformação mais ampla e profunda. Ao contrário, o Brasil do início do século XX era um país dividido em particularidades culturais e regionais além de uma alta cisão racial entre os mais pobres.

Todavia, a ação estatal de institucionalização através do controle, seja dos sindicatos, organizações sociais e partidos políticos, enfraqueceu ainda mais a possibilidade de participação real dos segmentos sociais mais baixos na política

institucional. O estado tão permeável a interesses oligárquicos apresentava-se extremamente fechado e repressor à participação das camadas mais pobre e excluídas, como a população negra.

Nos próximos capítulos, analisaremos uma nova fase do movimento negro que lentamente rompe com o padrão de relação movimento/estado apresentado até o momento e amplia seus repertórios de atuação política. Passaremos a analisar a trajetória do movimento negro ao longo dos anos 1980.

#### 4 REDEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO: O MOVIMENTO NEGRO NOS ANOS 1980

*“Quando eu tiver bastante pão para meus filhos para minha amada, pros meus amigos e pros meus vizinhos, quando eu tiver livros para ler então eu comprarei uma gravata colorida larga bonita e darei um laço perfeito e ficarei mostrando a minha gravata colorida a todos os que gostam de gente engravatada...”*

(Solano Trindade, poeta negro)

O capítulo que segue busca analisar o processo de institucionalização do movimento negro ao longo da década de 1980. O capítulo problematiza os mecanismos ambientais, interpretativos e relacionais que contribuem para interpretação do processo de institucionalização da ação do movimento negro ao longo dessa década. Nesse capítulo, está em jogo a problematização da hipótese apontada anteriormente de que, após os anos 1980, o movimento negro passa a orientar seus repertórios de ação a partir do trânsito institucional de militantes entre esferas estatais ou institucionalizadas pelo estado e as próprias organizações do movimento negro.

#### **4.1 Redemocratização e institucionalização da sociedade civil: transformações na “estrutura de oportunidade políticas”**

O período entre os anos de 1979 e 1985, anos do último governo militar brasileiro, é marcado pela consolidação do processo de reorganização dos movimentos sociais no país. É o período da lenta redemocratização que permite o surgimento de novas demandas sociais fundamentadas em questões como gênero, raça, meio ambiente, moradia, saúde, educação popular etc. Na literatura sociológica, o conjunto dessas novas experiências organizativas da sociedade civil foi enquadrado sob o conceito de “novos movimentos sociais” (ALONSO, 2009; TOURAINE, 1989; MELUCCI, 2001). Para Alonso (2009), em sua leitura da obra de Alain Touraine, novas formas de mobilização social surgem em virtude de transformações estruturais que deslocam a dominação das dimensões econômicas da vida social, para as dimensões culturais. Os conflitos sociais, até então restritos ao âmbito econômico, “avançam para a vida privada e ganham dimensões simbólicas” (ALONSO, 2009, p. 60).

Apesar do movimento negro não ser resultado apenas dessa nova configuração dos processos de dominação, é inegável a influência desse novo contexto na reorganização do movimento que ocorre no final da década de 1970. Essas transformações estruturais que afetam o Brasil e, principalmente, a maior tolerância do Regime Militar à organização dos movimentos sociais, podem ser lidas como uma mudança naquilo que Tarrow (2009) chama de “estrutura de oportunidades políticas”. A “estrutura de oportunidades políticas” pode encorajar as pessoas a se engajarem em conflitos políticos ou restringir a possibilidade de que o engajamento aconteça (TARROW, 2009). Entendemos que a redemocratização do Brasil alterou profundamente a estrutura de oportunidades políticas, o que permitiu que os “novos movimentos sociais” e o movimento negro, como pertencente a essa categoria de “novos sujeitos”, emergissem e lentamente fossem tomando espaços

no cenário político nacional.

Nesse mesmo contexto, o país deixa de possuir uma estrutura bipartidária e novos partidos políticos são criados entre o período de 1978 a 1982. O debate que cria os novos partidos, principalmente os partidos de esquerda, está diretamente ligado à ebulição social que vivenciava o país. A abertura para a criação de novos partidos gerou muitas expectativas nos militantes da esquerda brasileira, muitos deles lideranças de movimentos sociais, como o próprio movimento negro, conforme vimos anteriormente. Essa oportunidade é encarada como a possibilidade de disputa concreta de espaços políticos institucionalizados através da disputa de prefeituras e suas câmaras de vereadores, disputa de governos estaduais e de cadeiras no congresso nacional.

Santos (2001), ao realizar um levantamento da presença da questão racial nos novos partidos políticos, constata que em praticamente todos os partidos a questão racial é mencionada e defendida. Todavia, é nos partidos que têm origem na oposição ao regime militar que o movimento negro vai galgando espaço de participação política. Entre 1979 e 1980, um conjunto de parlamentares negros criaram uma organização política denominada Frente Negra de Ação Política de Oposição (FRENAPO). A FRENAPO, como aponta Santos:

[...] inovava a atuação política dos negros pelo caráter declaradamente oposicionista de seus membros e pelas pessoas envolvidas que, na sua maioria, haviam tido experiência parlamentar que buscavam a ação do Movimento Negro integrada aos partidos políticos. Não tinham ainda uma política definida ou mesmo uma ideologia, pois no grupo havia comunistas, socialistas, democratas cristãos, que entendiam que o fundamental era articular os interesses ligados à comunidade negra, para encaminhar as demandas aos tomadores de decisões políticas (2001, p. 89).

A articulação entre o movimento negro e os partidos políticos ganha força com a criação desta frente política. É um novo cenário para a luta negra, até então excluída da política institucional e com pouca capacidade de encaminhamento

institucional de suas demandas. Ainda assim, mesmo com uma pluralidade de posicionamentos políticos dentro da frente, essa não é hegemônica no movimento negro. Concomitantemente, lideranças negras, muitas delas ligadas ao MNU ou à entidades influenciadas por ele, articulam-se na construção do Partido dos Trabalhadores (PT), que também irá influenciar os rumos tomados pelo movimento ao longo dos anos 1980. Para Ruscheinsky, o período de rearticulação partidária dividiu a sociedade civil e os militantes sociais, pois haviam distintas posições políticas e ideológicas em jogo e todas elas disputavam as concepções acerca do papel dos movimentos sociais e dos novos partidos políticos.

As mobilizações das lutas sociais ressoavam como instrumento ou parâmetro para que muitos indivíduos viessem a se definir política e partidariamente. Durou pouco tempo a discussão se nesta oportunidade histórica o melhor seria fortalecer e continuar no MDB até conquistar a Presidência da República, ou, ao invés de fortalecê-lo, desde já formar outra frente socialista ou optar pela representação do Partido dos Trabalhadores com a qualidade de expressar as aspirações populares (RUSCHEINSKY, 1999, p. 35).



FIGURA 8 - Deputado Estadual Esmeraldo Tarquínio, um dos idealizadores da Frente Negra de Ação Política de Oposição<sup>28</sup>

<sup>28</sup> Fonte da Imagem: Prefeitura Municipal de Santos, São Paulo.

As forças sociais e políticas mais progressistas orbitaram entre as duas possibilidades de alternativa partidária, o PMDB e o PT. Nesse sentido, entender o surgimento dos “novos movimentos sociais” passa por acompanhar suas discussões e articulações com a nova estrutura partidária que se consolidava.

Poderíamos trilhar o caminho de seguir a organização do movimento negro, nesse período, apenas por suas manifestações através de organizações e movimentos sociais. Esse caminho tem sido constante nos estudos sobre o movimento negro e demais movimentos sociais do período. Para Cardoso (1987), as interpretações sobre os movimentos sociais na América Latina tenderam a interpretar esses novos movimentos a partir da relação de independência que estes estabelecem com os políticos profissionais e os partidos políticos. A interlocução dos movimentos sociais com aparelhos partidários formais, que passam a mediar a relação entre estado e movimento, é praticamente ignorada.

Como veremos adiante, a FRENAPPO é um dos primeiros elos entre militantes do movimento negro e estruturas partidárias e estatais. A frente articula, durante a campanha de 1982, no estado de São Paulo, a mobilização da comunidade negra para realização de um encontro com os candidatos ao governo do estado. Para Santos (2001), essa articulação ajudou a vencer um obstáculo muito grande enfrentado pelo movimento negro: a ideia, muito presente entre os partidos de oposição à ditadura, de que a questão racial poderia dividir a luta contra o regime militar. A articulação que passa a ser estabelecida entre o movimento negro e PMDB será fundamental para a participação da comunidade negra no governo de Franco Montoro, que vence as eleições em 1982 para governador de São Paulo.

## 4.2 Primeira experiências de participação do movimento negro nas esferas executivas do Estado

O aproveitamento das oportunidades políticas dependem, em grande medida, do enquadramento interpretativo que os atores sociais fazem das condições ambientais (MCCARTHY; ZALD, 1987 apud McADAM, TARROW; TILLY, 2004) ao seu entorno. Nas eleições estaduais de 1982, uma parte do movimento negro apostava na construção de um novo partido, com base social fundamentalmente formada por sujeitos relacionados aos “novos movimentos sociais”, enquanto outro grupo aderiu à campanha de candidatos do novo partido que tinha uma ampla base de políticos que já atuavam na oposição do regime militar, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Não eram apenas setores do movimento negro que faziam a leitura da importância da vitória de candidatos comprometidos com as demandas de setores sociais até então excluídos da política institucional. O clima nos setores sociais organizados era de grande euforia com a possibilidade de disputa das eleições.

Em São Paulo, duas candidaturas representavam os setores que combateram o regime militar: a de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a de Franco Montoro (PMDB). Com a vitória de Franco Montoro, os setores do movimento negro que apoiaram a sua candidatura pressionaram para que fossem criados espaços de efetiva participação do movimento negro na gestão. Ivair Alves dos Santos<sup>29</sup>, militante negro recém-chegado de Angola, no ano de 1983, primeiro ano de governo de Montoro, relata o processo de criação do primeiro órgão estatal destinado à população negra.

---

<sup>29</sup> Nasceu em São Paulo no ano de 1952. É formado em Química pela Universidade Federal de São Carlos. Entre os anos de 1979 e 1983 trabalhou em Angola como consultor da UNESCO para o desenvolvimento do ensino de Ciências. É fundador do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, no ano de 1983, durante a gestão do Governador Franco Montoro (PMDB). Trabalhou como assessor nos governos de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo (1992) e no Governo Federal durante a Gestão de Fernando Henrique Cardoso. Fonte dos dados: ALBERTI; PEREIRA (2007).

Logo no início do governo havia uma grande insatisfação, por que não havia participação efetiva do negro dentro do governo, muito pouca gente havia conseguido ser nomeada no governo. Mas duas pessoas estavam no palácio: eu, que trabalhava com assuntos políticos, e o Hélio Santos, que trabalhava no cerimonial do Montoro. Mas eu pude observar, por exemplo, que as mulheres tinham criado um conselho, o conselho da Condição Feminina. E a partir dessa experiência, eu sugeri à Secretaria de Assuntos Políticos, ao chefe de gabinete, Carlos Figueiredo: “Por que não criar um conselho do negro?”. Ele achou interessante a ideia e me deu sinal verde (SANTOS, 2007, p. 215).

O Conselho de Participação da Comunidade Negra (CPDCN) é a primeira referência concreta de institucionalização das demandas da população negra. Sua existência se torna possível pela presença de negros no governo, o que vai acabar se tornando uma espécie de modelo para outras organizações do movimento negro. Essa experiência relatada por Ivair dos Santos é interessante para pensarmos na mudança ocorrida em menos de uma década no cenário político brasileiro. A vitória de candidatos com plataformas progressistas e com um nível de apoio de lideranças do movimento negro cria um novo espaço de disputa política para o movimento negro e demanda novas formas de atuação para suas organizações e militantes.

O grau de inclusão do movimento negro na política institucional ainda é pequeno e restrito ao estado de São Paulo, nesse período. A simples presença de negros nos espaços estatais não garante a efetividade de políticas públicas voltadas para a comunidade negra. É necessário, ainda, um nível de conflito que se desloca da externalidade do estado e passa a atuar por dentro do próprio estado. Vejamos mais um relato de Ivair dos Santos para compreendermos como esse conflito se deu no governo Montoro.

Mas entre a decisão de criar o conselho e ele de fato ser criado, isso compreendeu um processo, por que as pessoas viam a criação de um órgão de governo do negro como um órgão que ia contribuir para o racismo. Naquela época ainda era vigente a lei Afonso Arinos<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Lei n. 1.390, de 3 de julho de 1951, que incluía como contravenção penal a prática de atos resultantes de preconceitos de raça e cor.

Então, a tarefa toda era convencer os outros que aquele órgão ia fazer política para combater o racismo. E, como vivíamos no Palácio, a gente aprendeu logo uma coisa: que era importante pautar as ações do movimento dentro da agenda governamental, da agenda política do país. Começamos a trabalhar com esse olhar. E aí você pode imaginar: em 1983 era Diretas Já!. A gente começou a utilizar a máquina do governo para incluir a questão negra no movimento das Diretas Já (2007, p. 215).

O depoimento de Ivair dos Santos explicita uma questão importante: os embates que o movimento negro travava fora do estado, principalmente o do convencimento de outros setores sociais de que a luta por reparação à população negra e combate à discriminação racial não era uma forma de aprofundar as desigualdades raciais. É interessante notar que a presença de Ivair dos Santos, num primeiro momento, se dá apenas pelo apoio de setores da comunidade e do movimento negro à sua candidatura e não a um programa claro para tratar da questão racial. Essa ausência de projeto obriga que os militantes negros presentes na estrutura estatal tenham de disputar os rumos da política por dentro do próprio governo e com disputas semelhantes às enfrentadas a partir da externalidade do estado.

Importante ressaltar que essa primeira experiência de institucionalização não é resultado de um debate consensual dentro do movimento negro. Um conjunto de organizações do movimento criticava a participação direta no governo e defendia a autonomia em relação ao estado. O próprio Ivair dos Santos reconhece a polêmica:

Mas o conselho, veja só, não surgiu de uma demanda do movimento negro. Muitos negros tinham o entendimento de que aquilo poderia ser uma FUNAI<sup>31</sup>, ou alguma coisa que fosse tutelar os negros. E naquela época havia uma tensão muito grande, pelo seguinte: qualquer participação no Estado era uma cooptação, você estava sendo cooptado e tal. Eu tinha clareza de que era mais uma arena política em que a gente estava trabalhando. Mas isso nos impediu, por exemplo, de ter uma aproximação maior com o movimento, que ficou muito desconfiado com o que ia ser aquilo ali (2007, p. 217).

---

<sup>31</sup> Fundação Nacional do Índio.

Apesar da desconfiança de alguns setores do movimento quanto à eficácia de os negros ocuparem aquele espaço, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade negra vai seguir sua atuação com uma pauta muito semelhante a defendida pelos setores discordantes com aquele espaço. Vejamos:

O Conselho foi o primeiro órgão de governo, depois do regime militar, criado para combater a discriminação racial e fazer políticas públicas. Tínhamos uma pauta bastante concreta. A pauta era o que o movimento negro vinha defendendo: contra o racismo no trabalho, na educação, enfim, nas diferentes áreas. A gente fez como se fosse um trabalho de **desbravar a máquina de estado** (Ibidem, 2007, p. 217, grifos do autor).

Como as questões pautadas pelo conselho são muito próximas às bandeiras agitadas pelo movimento negro em geral, outros militantes passam a participar das instâncias do conselho. Em 1986, Hédio da Silva Júnior<sup>32</sup>, que participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos trabalhadores (PT), é convidado a fazer parte do conselho. Em depoimento, Hédio Júnior relata sua entrada no governo Montoro:

Eu fiquei trabalhando no sindicato até 1985, 86 e, um pouco antes disso, entrei em contato com o Ivair. Eu não o conhecia pessoalmente, tinha notícias dele por conta dos materiais que ele mandava de Angola, do período em que ele morou lá. Encontrei o Ivair, e ele e o Hélio Santos estavam criando o Conselho da Comunidade Negra em São Paulo e queriam um sindicalista para tocar um trabalho com as centrais sindicais. E me acharam lá; eu tinha um trabalho no sindicato, dava aula para a peãozada, tinha um bom trânsito na CUT do estado todo, enfim, tinha experiência mesmo em militância sindical, além da militância do movimento negro. Então, me propuseram que eu assumisse esse papel no conselho. Fui para São Paulo (2007, p. 221).

O papel desempenhado por Hédio Júnior e outros militantes que posteriormente se engajam no conselho é ilustrativo de um dos mecanismos que

---

<sup>32</sup> Nasceu em Minas Gerais no ano de 1961. Integrou o Conselho de Participação da Comunidade Negra em São Paulo e foi presidente da Convenção Nacional do Negro em 1986. É advogado e doutor em Direito Constitucional. Fonte dos dados: ALBERTI; PEREIRA, 2007.

permitem a institucionalização do movimento: a dimensão relacional. Até agora, percebemos que há uma mudança de repertório de ação do movimento negro influenciada pela redemocratização do país, que é identificada por alguns setores do movimento negro como uma oportunidade política. A aposta de alguns militantes em disputarem espaços partidários e de governo abre uma nova possibilidade de relações com a estrutura política institucionalizada. Militantes que ocupam espaços em partidos que estão no governo apropriam-se, lentamente, da institucionalidade. Partidos e militantes em posições políticas institucionais, portanto são mediadores que permitem o trânsito institucional de militantes entre o movimento e o estado.

A experiência do conselho em São Paulo é um caso emblemático para pensarmos a institucionalização do movimento na década de 1980. Por mais que houvessem divergências no movimento, o modelo de um espaço institucional que permite a participação do movimento na gestão das políticas de estado para a população negra ganha visibilidade e se nacionaliza.

O próprio Ivair dos Santos reconhece que a experiência de São Paulo foi propagandeada para outros estados como forma de influenciar a multiplicação da experiência.

Nós conseguíamos, de alguma forma, ter a sacação de que nós estávamos vivendo um momento tão rico que o negócio era pautar a questão nacional. Nós tínhamos que discutir com o país. Então, nosso jornal deixou de ter uma circulação estadual e passou a ter uma circulação nacional. A gente panfleteava no país todo dizendo que existia um órgão nesse sentido. Muita gente protestava, era contra, mas o Conselho não estava aí para nada disso. Na verdade, nós estávamos abrindo uma nova esfera de intervenção, na estrutura, na máquina do estado (2007, p. 228).

O conselho de São Paulo é o marco da institucionalização do movimento negro no país e inaugura uma experiência singular de participação do movimento na gestão executiva do estado através da formulação e aplicação de políticas públicas voltadas para população negra. Paralelamente, outros setores do movimento negro

buscam espaços no estado através da disputa de cargos eletivos para órgãos legislativos. Discutiremos no próximo tópico o tema da relação entre os partidos políticos e o movimento negro.

### **4.3 Partidos, movimentos e eleições**

Como vimos anteriormente, o apoio de setores do movimento negro à candidatura do Governador Franco Montoro possibilitou a entrada de militantes negros na estrutura estatal. O PMDB foi um forte elo entre a militância negra e a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Assim como o PMDB, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) também tiveram grande participação de militantes negros em seus quadros. A efervescência de organizações da sociedade civil, no início dos anos 1980, veio conjugada com a proliferação de candidaturas de lideranças de setores do movimento sindical, popular, de agricultores etc. O movimento negro também participou ativamente na construção dos partidos políticos e de candidaturas negras ou de candidatos com forte relação com as questões que tangenciavam a militância negra.

Esse movimento de ingresso em peso das lideranças negras nos partidos políticos é um indício do processo de institucionalização da luta social, não apenas do movimento negro, mas dos demais movimentos da época. Percebemos que, assim como aponta Goldstone (2004), sujeitos engajados socialmente tendem a uma maior participação política. O cenário dos anos 1980, caracterizado por uma ampla participação de setores sociais até então à margem da política institucional, faz emergir o fenômeno da “dupla militância”. Militantes sociais estão, ao mesmo tempo, engajados na mobilização de suas bases sociais como na construção e participação das plataformas políticas e leitorais dos partidos que possuem relação

com suas causas. Descreveremos, neste tópico, a participação de importantes lideranças negras nos partidos políticos.

No caso do Partido dos Trabalhadores, grande parte dos entrevistados que compõem o *corpus* desta tese foi recrutada diretamente nos seus espaços de militância. Nos casos em que o recrutamento não se dá no próprio movimento, o partido acaba sendo um espaço de formação desses próprios militantes, que passam a participar da luta negra a partir da influência partidária. O caso de Jurema Batista<sup>33</sup> é ilustrativo. Sua militância tem início no trabalho de alfabetização na comunidade do Andaraí no Rio de Janeiro. Seu ingresso na militância negra se deu por via do Partido dos Trabalhadores. Ela relata sua trajetória inicial.

Logo depois começou o surgimento do PT, e as pessoas começaram a falar em filiação. Foi tudo junto: a consciência do movimento negro e a consciência partidária. Era muito engraçado, porque lá onde eu morava tinha uma escola de samba que era um bloco carnavalesco na época, e eu gostava de cantar à beça. E é um mundo extremamente machista. Quando a quadra estava cheia, eles chegavam para mim e diziam assim: “Muito obrigado, Jurema. Agora vamos começar o samba”. Um dia desses em que eu estava lá cantando o samba, veio um cara do PT que sempre estava comigo e me passou uma cantada, falou assim: “Nós estamos criando um partido dos trabalhadores. Eram só dois partidos: ARENA E MDB. “E a gente está brigando para mudar esse país. A gente precisa criar um partido, mas tem que ser um partido que tenha a cara dos trabalhadores.” Eu falei: “Estou nessa!. Mas quem é que está nisso?”. Ele falou assim: “Tem o Lula lá em São Paulo”. Eu falei: “O Lula, aquele barbudo?”. Toda animada, me filiei. Sou uma das primeiras filiações aqui do Rio de Janeiro (BATISTA, 2007, p. 214).

O recrutamento político/partidário de militantes negros teve uma forte influência na maneira como o movimento passa a atuar na sociedade brasileira naquele período. Como foi dito anteriormente, além do MNU, muitas outras

---

<sup>33</sup> Nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1957. Foi presidente da associação de moradores do Morro do Andaraí (RJ). Participou da Fundação do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras. Foi vereadora na cidade do Rio de Janeiro pelo PT nos anos de 1992-1996, 1996-2000 e 2000-2002. Em 2002, elegeu-se deputada estadual pelo estado do Rio de Janeiro.

organizações negras surgem pelo Brasil e muitas delas terão suas lideranças transitando entre o trabalho na base social do movimento e nas esferas de partidos políticos. O depoimento de Flávio Jorge da Silva<sup>34</sup> descreve esse processo.

No início da década de 1980, eu já comecei a me envolver com a organização do PT. E esse pessoal da USP também veio junto. O Milton Barbosa entrou e foi uma pessoa fundamental nesse processo de organização do PT, junto com o Hamilton. E ele criou, dentro do PT, o primeiro núcleo para discutir a questão racial no partido. A gente conseguiu colocar a Lélia Gonzalez no primeiro diretório nacional – ela era uma pessoa muito ativa dentro do PT –, e a gente começou a ter uma organização mais partidária. E esse pessoal todo do Grupo Negro da PUC entrou para o PT. A gente filiou quase todo mundo e começou a fazer parte desse embrião de organização partidária, que na minha vida também teve uma importância muito grande. Eu comecei a ter uma relação mais partidária, porque nunca tinha sido filiado a partido nenhum, não passei pelo MDB, pelo PMDB, nada. Entrei direto no PT (2007, p. 215).

O Partido dos Trabalhadores passa a ser o espaço de aglutinação de setores do movimento negro até então muito dispersos e/ou com pouca expressão política. É possível pensarmos que, nesse momento, o PT chega a ter um papel tão importante quanto o próprio Movimento Negro Unificado. Se algumas entidades e militantes não aderiram ao MNU, muitos tiveram algum tipo de participação na construção do partido. Alguns fatores contribuía para isso, tais como: a novidade de um partido que se construía a partir das bases sociais até então à margem da política e a sua maior amplitude territorial, já que o PT estava presente nos principais estados brasileiros. Em algumas regiões do país, o debate dentro do MNU era contrário a participação da militância dentro de partidos políticos, o que contribuiu para que alguns optassem por construir a militância negra apenas dentro do partido, como foi o caso de Edson Carneiro<sup>35</sup>.

Eu tinha entrado para o MNU em 1981, mas aí meus vínculos se esmaeceram, porque o MNU de Brasília não aceitava essa ligação

---

<sup>34</sup> Idem nota de rodapé n. 24.

<sup>35</sup> Nasceu em Salvador no ano de 1949. É graduado em Letras pela UNB e Mestre em Comunicação.

com o partido. Então, fiquei na comissão do negro do PT e me entreguei de uma maneira total à militância. Em 1984, eu já estava fazendo o meu mestrado em comunicação na UNB, mas eu nem falava nisso com as pessoas, porque não era como hoje que tem muita gente fazendo mestrado. Imediatamente o que eu organizei? Encontro de estudos. Achava que as pessoas tinham que estudar. Seleccionávamos textos e fazíamos discussão dos textos na Comissão do Negro do PT, que foi crescendo. Começamos a trazer pessoas para fazer palestras dentro da sede do PT. Em uma reunião, fiquei sabendo que São Paulo tinha Comissão do Negro, que tal lugar tinha comissão...Falei: “Mas a gente deveria organizar esses negros do PT nacionalmente (2007, p. 229).

O PT acaba assumindo muitas tarefas até então exclusivas das entidades do movimento negro. Para alguns militantes, como é o caso de Edson Cardoso, a principal atividade da militância negra estava relacionada à construção de espaços dentro do partido para formalizar a questão internamente e fazê-la ganhar espaço. Temos um cenário da militância negra nesse período que oscila entre os que possuem uma dupla militância, movimento negro/partido político e aqueles que constroem sua trajetória por dentro dos partidos apenas.



FIGURA 9 - Lula em caminhada do partido na cidade de Curitiba em 1982. Militantes negros ingressaram nas campanhas do partido em diversas regiões do país.

A relação com os partidos políticos é marcada sempre por uma tensão entre os limites sobre onde termina o movimento e onde começa o partido político. Ao mesmo tempo em que existe uma desconfiança dos que estão fora do partido para com aqueles que optam pela militância partidária, há, no interior dos partidos políticos, uma grande dificuldade de compreensão da especificidade do movimento negro e da contribuição da bandeira pela igualdade racial, principalmente nos partidos de forte influência marxista como o Partido dos Trabalhadores. Soares (2009), ao estudar a presença da questão racial dentro do PT, demonstra que há um nível de marginalização da problemática racial dentro do partido. Para a autora, o PT, apesar de acolher o movimento negro no interior do partido, tende a considerar o problema como subalterno às demais lutas do partido relacionadas à questão de classe. Ivanir dos Santos relata esse processo interno ao partido. Vejamos:

Sempre fiz política partidária a partir de uma perspectiva do movimento negro. Nunca fiz política no movimento a partir do PT. Tem diferença. Não é à toa que eu tenho companheiros que me apoiam justamente por que tenho essa visão [...] Mas estou dizendo pra vocês que a gente é de um movimento social que não é um movimento tradicional. Quais são os movimentos tradicionais, na lógica partidária? O movimento estudantil e o movimento sindical. A maioria dos quadros partidários vem desse movimento ou daquele. Aqui está a intelectualidade e aqui está o operário, a vanguarda, mas estão também os setores médios que se organizam em sindicatos. Normalmente a massa não participa desse tipo de movimento. Movimento de favelas, movimento negro, movimento de crianças e adolescentes são movimentos olhados de forma secundária dentro do partido. Não são valorizados dentro da disputa partidária. Porque tradicionalmente não são setores que, segundo eles, enfrentam o capital. Essa é a noção dos partidos de esquerda, que acham que esses segmentos dividem a luta de classe. Como o movimento negro, até bem pouco tempo, dividia. Eles nunca compreenderam que o movimento negro é um dos movimentos mais revolucionários que esse país pode produzir (2007, p. 235).

O depoimento de Ivanir demonstra que, para um setor do movimento negro, institucionalizar-se em partidos políticos demandava a disputa interna pela

valorização da questão racial. Por outro lado, estar no partido possibilitava construir alternativas no parlamento ou em órgãos executivos através da disputa. Como coloca Araújo (2004):

Os negros, nos primórdios da fundação do Partido dos Trabalhadores, se organizavam, no seu interior, como movimento social encarregado de contribuir com o partido das formulações de políticas de combate à discriminação. Com o tempo, foram sendo criados núcleos, coordenadorias, comissões e secretarias com o objetivo de aglutinarem internamente os negros, para refletir sobre questões específicas e, conseqüentemente, transmiti-las ao núcleo de poder do partido (2004, p. 61).

Essa é aposta dos setores que ingressaram no Partido dos Trabalhadores: influenciar nas decisões e nos rumos do partido nas questões relacionadas à discriminação racial. A década de 1980 é marcada por esse processo de institucionalização do movimento, seja através da experiência no executivo ou com a forte inserção do movimento nos partidos políticos. No próximo tópico, demonstraremos que a institucionalização não impede a diversificação dos repertórios de ação do movimento negro. Analisaremos a mobilização do movimento negro para participar do questionamento da comemoração do Centenário da Abolição da Escravidão no ano de 1988.

#### **4.4 Confronto e institucionalidade: as movimentações em torno do centenário da abolição**

*“Nós vamos até aonde o racismo deixar”<sup>86</sup>*

Nos tópicos anteriores, demonstramos o processo de institucionalização do movimento negro nas esferas partidárias e do executivo. Trabalharemos, aqui, com uma das hipóteses específicas, que apontamos anteriormente, de que a

---

<sup>36</sup> Palavra de ordem pronunciada durante a Marcha contra a Farsa da Abolição, na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1988. Naquele dia, o exército do Rio de Janeiro armou um forte esquema de segurança para controlar a Marcha. Imagens da mobilização podem ser vistas em: <[http://www.cultne.com.br/video.php?id\\_video=12](http://www.cultne.com.br/video.php?id_video=12)>.

institucionalização foi utilizada como potencializador das atividades do movimento, não excluindo o conflito e a mobilização por fora e contra o estado.

As mobilizações em torno do centenário da abolição, no ano de 1988, são eventos importantes para pensarmos a relação entre o movimento negro e a política institucional. Nesse ano, o país preparava um conjunto de comemorações do centenário da abolição da escravidão. Havia uma grande mobilização nos veículos de comunicação para lembrar e comemorar a data. Dentro das entidades do movimento negro, o debate era outro. O centenário deveria ser palco de uma grande denúncia do movimento negro à discriminação racial que não havia terminado com o fim da escravidão.

Antes mesmo de 1988, o movimento já criticava o 13 de maio, data em que foi promulgada a abolição, no ano de 1888, e reivindicava o dia 20 de novembro, data da morte do líder negro que liderou o quilombo de Palmares, Zumbi, como dia da consciência negra. Para impedir que fosse armado um grande evento nacional que encobrisse a condição real em que vivia o negro na sociedade, entidades do movimento negro resolveram organizar atos de denúncia em todo o país para contrapor o que chamavam “a farsa da abolição”.

Foram organizadas grandes marchas pelo país, com destaque para as marchas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, que reuniram milhares de manifestantes. Sueli Carneiro<sup>37</sup>, militante negra, dá um relato do contexto em que ocorreram os protestos:

Eu acho que em 1988 o movimento negro brasileiro deu a resposta adequada ao Estado brasileiro, às tentativas de manipular o sentido do centenário da abolição. Aquilo que a gente havia definido anos atrás como uma data de denúncia, acho que a gente fez isso cabalmente no contexto do centenário. Tanto que, no Rio, a repressão que foi feita em torno da Marcha contra a Farsa da

---

<sup>37</sup>Nasceu em São Paulo no ano de 1950. É formada em Filosofia na USP. Foi uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres negras em São Paulo e conselheira e secretária geral do Conselho estadual da Condição Feminina do estado de São Paulo. É sócia-fundadora do Gelédes Instituto da Mulher Negra. É doutora em Filosofia da Educação pela USP.

Abolição é a medida de quanto a gente conseguiu confrontar aquela tentativa de mistificação das condições em que se deu a abolição (2007, p. 252).

O caráter massivo das ações demonstra que o movimento mantinha o confronto e a ação direta como um repertório importante em suas ações. Interessante notar que espaços institucionais de estado, principalmente em São Paulo, foram fundamentais na articulação dos atos. Sueli Carneiro, por exemplo, em 1887 havia sido convidada para coordenar o Programa da Mulher Negra no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, um órgão ligado ao Ministério da Justiça. Uma de suas atribuições na coordenação do programa era organizar o posicionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher perante o centenário da abolição. Sua presença no Programa Mulher Negra foi importante para mobilizar setores do movimento negro por todo o país.

Em São Paulo, antes de ir para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Sueli Carneiro fazia parte do Conselho Estadual da Condição Feminina<sup>38</sup>. Ao transferir-se para o Ministério da Justiça, Sueli Carneiro deixou como sua substituta, no Conselho de São Paulo, a também militante negra Edna Roland<sup>39</sup>. A presença de Edna no Conselho foi fundamental para realização do ato contra as comemorações da abolição na cidade de São Paulo. No relato de Edna:

Era o ano do centenário da abolição, o Brasil inteiro estava em ebulição, inúmeras organizações negras surgiram e foram criadas ao longo de 1988, mil mobilizações, mil coisas. E nós utilizávamos, é verdade, toda a base material do Conselho de Condição da Condição Feminina para mobilizar o movimento, especialmente mulheres negras, em nível nacional. Tinha dia em que todas as linhas de

---

<sup>38</sup> O Conselho Estadual da Condição Feminina foi criado no primeiro ano da gestão de Franco Montoro, no ano de 1983. A experiência da criação do conselho foi referência para a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo.

<sup>39</sup> Nasceu em Maceió no ano de 1951. Participou da fundação do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo, foi membro do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e fundadora do Gelédes Instituto da Mulher Negra. Foi relatora geral da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, na África do Sul, no ano de 2001. É coordenadora de combate ao racismo e a discriminação racial para a América Latina e Caribe, da Unesco do Brasil.

telefone do Conselho estavam ocupadas por nós. Nós tínhamos que fazer isso, era uma oportunidade única que estava se apresentando [...] Então, estávamos mobilizando as mulheres negras do Oiapoque ao Chuí (2007, p. 256).

Edna Roland não estava apenas em um espaço político institucionalizado. Ela ocupava o espaço institucional através de uma dupla condição, de militante e de gestora de um conselho. Estar no conselho naquele momento significou a potencialização do trabalho militante através da utilização da estrutura do conselho. É importante ressaltar que mesmo a instrumentalização material da estrutura do estado não está isenta do confronto político. Só foi possível realizar esse tipo de articulação porque, pelo menos um ano antes, havia um debate político travado no Conselho Estadual da Condição Feminina, de pautar a temática racial internamente, trabalho político desempenhado por Sueli Carneiro.

Paralelamente o movimento realizava um intenso trabalho nas bases para articular os protestos. Amauri Pereira descreve a mobilização que ocorreu no Rio de Janeiro para viabilizar os protestos no dia 13 de maio de 1988:

“As plenárias de organização (referindo-se a marcha) têm que ser no interior, têm que ser na baixada, têm que ser no subúrbio.” Aí inventamos o negócio de comitês do movimento negro, que tinham que ser criados onde tivesse negro militante. Tem negro com consciência negra? Ali se cria um comitê [...] Enfim, foi criado um estado tal de mobilização que todo mundo sabia que a gente ia fazer uma coisa muito grande. Aí a repressão veio. Duas ou três vezes foi alguém lá em casa me intimidar (2007, p. 261).

A intensa mobilização chamou atenção da sociedade, mas foi uma entrevista de Frei David<sup>40</sup> para um jornal do Rio de Janeiro que despertou a preocupação dos militares. Na entrevista, o frei faz um comentário pessoal sobre a imagem do maior símbolo do Exército Brasileiro, o Marechal Duque de Caxias. O frei comenta que

---

<sup>40</sup> Nasceu em Minas Gerais no ano de 1952. Participou da formação dos Agentes Pastorais Negros e do Grupo de união da Consciência Negra, fundados em 1980. Participou da criação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) no início da década de 1990. No final dos anos 1990, fundou a ONG Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes).

Caxias teria sido conivente com a repressão aos escravos e que, por isso, sua imagem deveria ser substituída pela imagem do herói negro Zumbi dos Palmares. A entrevista de Frei David e a grande mobilização que estava sendo feita pelo movimento negro leva o Exército a destacar um grande contingente de soldados para frente do Comando Militar Leste, onde estava a imagem de Duque de Caxias.

Mesmo sabendo da possibilidade de repressão, a marcha é convocada na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1988. No roteiro da marcha, que ficou intitulada “Marcha contra a farsa da abolição”, estava a passagem pelo busto de Duque de Caxias. Para evitar maiores confrontos, o então Secretário de Segurança do Rio de Janeiro convoca lideranças do movimento. Ivanir dos Santos relata esse momento da marcha:

Eu lembro muito bem da reunião tensa com o Saboya (Secretário de Segurança), quando ele ligou para a gente e disse: “Vocês sabem, o Zumbi é muito importante para vocês”. Nós marcamos uma reunião com ele, justamente num prédio ali na Presidente Vargas. Entramos na portaria quando o exército estava cercado. Eu lembro que eu vinha no meu carro para ir para o IPCN – tinha uma reunião do comando da marcha –, e a cidade já estava sitiada. Já tinha aquela informação de que o exército estava tirando faixas do nosso pessoal. Aí fizemos uma reunião tensa, todo mundo muito preocupado, mas aguerrido politicamente (2007, p. 265).

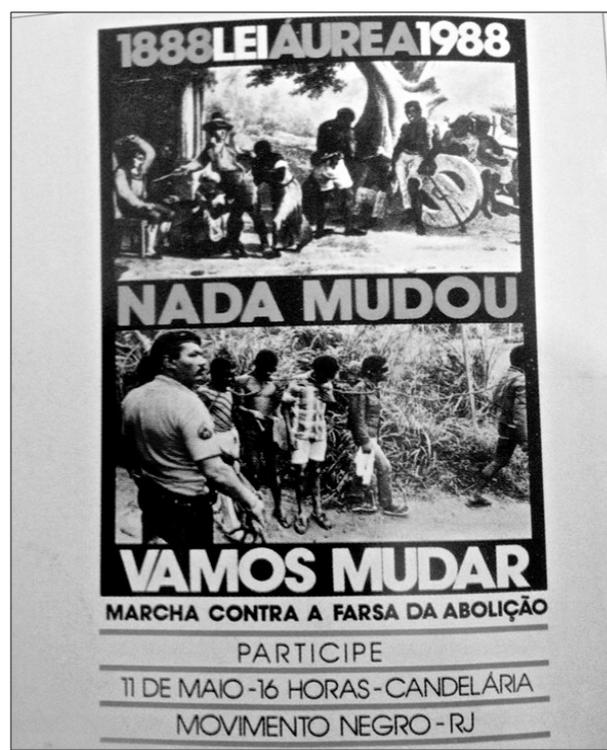


FIGURA 10 – Cartaz<sup>41</sup> de convocação da “Marcha contra a Farsa da Abolição”, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 11 de maio de 1988

Mesmo com a pressão e a repressão do Exército, o protesto aconteceu, reunindo milhares de pessoas pelas ruas do Rio de Janeiro. Em outras capitais também aconteciam protestos no dia 11 de maio de 1988, o que trouxe novamente para o centro do debate político nacional a questão racial. Protestos de grande envergadura também ocorreram em São Paulo e em Brasília. Para Ivanir dos Santos (2007), as marchas que ocorreram pelo Brasil impediram que fossem realizadas festas em comemoração ao centenário da abolição, marcando a data como um dia de protesto da comunidade negra.

O Centenário da Abolição foi um evento ilustrativo da relação entre institucionalidade e mobilização. No Rio de Janeiro, os protestos foram marcados por uma forte mobilização do movimento negro em suas bases. Já em São Paulo, a estrutura do Conselho da Condição Feminina foi importante para realização dos protestos. O evento relatado nos permite perceber a possibilidade da coexistência (e

<sup>41</sup> Fonte da Imagem: ALBERTI; PEREIRA, 2007.

até mesmo a interdependência) entre repertórios de ação política institucionalizados e não institucionalizados. Apresentaremos, no próximo tópico, um outro cenário importante ocorrido nos anos 1980 e que mobiliza o movimento negro em torno da institucionalidade como forma de avançar na conquista de alguns direitos.

#### **4.5 A mobilização do movimento negro em torno da constituinte**

Entre os anos de 1986 e 1988, o movimento negro esteve mobilizado em torno dos debates da Assembleia Nacional Constituinte. As articulações do movimento para eleger deputados da assembleia e pressionar os demais candidatos possibilitaram que algumas questões importantes relacionadas à questão racial estivessem presentes na constituição aprovada.

No ano de 1986, entidades do movimento negro convocam um congresso Pré-Constituinte, em Brasília, para que o movimento tratasse das diretrizes que pautariam as disputas na constituinte. Cabe ressaltar que diversos outros setores e movimentos sociais organizaram-se para inclusão de emendas populares e para pressionar os deputados eleitos. O movimento negro segue essa tendência e busca organizar-se para angariar apoio à sua causa.

Nesse contexto, novamente a institucionalidade e as redes consolidadas nos anos anteriores foram importantes para que o movimento tivesse êxito em suas ações. Hédio Silva Júnior comenta esse processo:

Por conta das eleições para a constituinte e do processo de vários segmentos que estavam se preparando para influenciar na feitura da constituição, nós organizamos em Brasília, em 1986, o encontro Nacional “O negro e a constituição”, do qual fui coordenador. Na verdade, alguns militantes, alguns protagonistas foram mais importantes. O Hédio Santos<sup>42</sup> teve um papel especialmente importante, porque naquele mesmo ano o Montoro o havia indicado

---

<sup>42</sup> Nascido em Belo Horizonte, doutor em Administração pela USP. Foi um dos fundadores do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo durante a gestão de Franco Montoro no governo do estado.

para compor aquela comissão dos notáveis, a Comissão Arinos, que o Sarney nomeou para elaborar um projeto de Constituição. Então, o Hélio se empenhou para chamar a atenção da militância para a importância de ter uma participação mais organizada. Mas em vários estados havia pessoas que estavam preocupadas: o Abdias havia sido candidato no Rio de Janeiro com uma campanha explicitamente direcionada para a luta contra o racismo; o Caó, que também foi candidato – na verdade, teve um desempenho melhor que o Abdias; a própria Benedita, que na época era vereadora. Mas, enfim, algumas figuras foram mais importantes para chamar a atenção da militância, para falar da importância de uma participação organizada no processo da constituinte (2007, p. 250).

O relato de Hédio Silva demonstra que as redes constituídas anteriormente por militantes negros no governo de Franco Montoro possibilitaram a indicação de Hélio Silva para o grupo que iria redigir a primeira versão da Constituição Federal. A presença de negros na assembleia constituinte garantiu que alguns dos debates realizados no Congresso Pré-Constituinte do movimento negro entrassem para a versão final da Constituição Federal. Para Zélia Amador, o Congresso Pré-Constituinte:

Foi muito interessante, porque foi naquele congresso que surgiram as propostas do racismo como crime e também das terras de quilombos, que acabou se tornando o Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição (2007, p. 248-249).

O racismo como crime e a demarcação das terras de quilombo são os temas consensuados no Congresso. No Nordeste, foram realizados encontros para discutir com a população negra os temas que seriam levados para o congresso em Brasília. A questão das terras de quilombo é resultado das discussões dos grupos do Nordeste. Nessa região, foram realizados encontros nas zonas rurais para permitir a participação das próprias comunidades quilombolas, como coloca Magno Cruz<sup>43</sup>:

---

<sup>43</sup> Nasceu em São Luiz do Maranhão no ano de 1951. É formado em Engenharia pela Universidade Estadual do Maranhão. Foi presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN). Foi diretor de Formação do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão, sindicato filiado a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em 1986, nós fizemos o primeiro encontro de negros da zona rural. Esse encontro vai se dar num momento em que o país todo discutia a questão da constituinte para a Constituição de 1988. E nós achávamos que não era interessante que somente nós, aqui na capital, na cidade, discutíssemos quais eram as nossas reivindicações para a constituição, e não ouvíssemos o segmento majoritário, que era o negro do interior, o negro da Zona Rural. Por isso, resolvemos realizar esse primeiro encontro, que tinha como tema: “O negro e a constituinte” (2007, p. 247).

O relato de Magno Cruz mostra que havia, paralelamente às negociações e ações políticas institucionais, um processo de mobilização do movimento por todo o país. No congresso Pré-Constituinte, estavam presentes mais de 400 delegados vindos das mais diversas regiões do país e em sua grande maioria representando debates realizados nos estados, junto à comunidade negra.

Em termos institucionais, além de Abdias do Nascimento, candidato a deputado constituinte pelo PDT e diretamente comprometido com as demandas do movimento negro, outro candidato negro, esse mais orgânico ao movimento e integrante do Partido dos Trabalhadores, lança sua candidatura, o Milton Barbosa, também conhecido dentro do movimento negro como Miltão. Miltão foi o presidente de honra do congresso Pré-Constituinte.

Eu fui o presidente de honra, por que quem presidiu a mesa foi o Hédio Silva Júnior. Como eu era candidato a deputado federal pelo PT de São Paulo, o pessoal articulou para dar uma força política e, então, me colocou como presidente de honra. Eu tive poucos votos, cinco mil. Foi minha segunda candidatura, mas o movimento negro não tinha estrutura nenhuma e foi uma das primeiras disputas que o Movimento Negro Unificado participou (BARBOSA, 2007, p. 251).

Apesar de o candidato com maiores vínculos com o movimento negro não ter sido eleito, a mobilização do movimento e as articulações com os partidos políticos que tiveram assento na Assembleia Constituinte Nacional foram de suma importância para que a constituição tratasse de temas importantes relacionados à questão racial. O principal deles é o que diz respeito ao tratamento do racismo como

crime no país.

Art. 5º... XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 2010).

Esse artigo é o que vai influenciar a criação, a partir dos anos 1990, dos serviços de SOS Racismo, que incentivam e prestavam suporte às pessoas vítimas de preconceito e discriminação racial. Outro artigo importante que vai gerar uma nova frente de atuação do movimento negro pós-constituição é o artigo que trata da atribuição de propriedade definitiva as comunidades remanescentes de quilombos.

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 2010).

No ano de 1988 também é criada, em nível federal, a Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, que tem como seu primeiro presidente Carlos Alves Moura, que entre os anos de 1985 a 1989 foi assessor para assuntos da Cultura Afro-Brasileira do Ministério da Cultura. Entre as principais atribuições da Fundação Cultural Palmares, está a preservação da história e da cultura material e imaterial da população negra no Brasil. A Fundação Palmares passa a ser o primeiro órgão federal constituído para tratar de assuntos da comunidade negra e, nos anos que seguem a sua fundação, para a ser um órgão de importante interlocução entre o estado e o movimento negro.

#### **4.6 Considerações finais sobre o capítulo**

Neste capítulo, trabalhamos com o contexto político/institucional em que atuou o movimento negro durante os anos de 1980. Demonstramos que houve uma

profunda mudança no cenário político brasileiro, marcado principalmente pela abertura política do país e pela reestruturação partidária.

A redemocratização política do país possibilitou, ainda no início dos anos 1980, a articulação do movimento negro em torno dos partidos políticos que surgiram com a reforma partidária, principalmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). A inserção de militantes negros nestes partidos diversificaram os repertórios de ação do movimento e as oportunidades políticas de atuação.

A articulação com o PMDB resultou, a partir da relação de militantes negros no governo de Franco Montoro, no estado de São Paulo, na criação do primeiro órgão de estado para tratar especificamente da população negra, o Conselho de Participação e Desenvolvimento do Negro. A criação do Conselho permitiu a experiência de construção de políticas voltadas para a população negra, além de servir como suporte na atuação do movimento, principalmente durante as mobilizações em torno do Centenário da abolição.

Já a inserção no Partido dos Trabalhadores possibilitou ao movimento negro um maior nível de politização e institucionalização, tendo em vista que participar do partido permitiu a eleição de vereadores em cidades importantes, como o Rio de Janeiro, além da ampliação de rede de relações do militantes negros filiados ao partido.

Vimos também que a institucionalização do movimento não significou o abandono de repertórios tradicionais dos movimentos sociais, como protestos e marchas. Ao contrário, ao longo da década de 1980, o movimento articulou ações contestatórias às ações de disputa institucional, seja por dentro dos partidos políticos, seja na disputa eleitoral e dos rumos das políticas públicas em órgãos de estado em que participavam.

Para encerrar, transcrevemos o depoimento do militante negro gaúcho, Oliveira Silveira<sup>44</sup>, que sintetiza, através da perspectiva de quem esteve engajado no processo, o período até aqui estudado:

Numa tentativa de periodização do movimento negro, costumo dizer que, em 1971, começa o que nós chamaríamos de período contemporâneo das lutas negras no Brasil. Se fosse fazer uma periodização da história toda, teria o período, vamos dizer, heróico, que é o período do escravismo; depois, o pós-escravismo, que viria até 1971 mesmo. Tem subdivisões no meio, mas 1971 eu acho que é um marco, justamente pelo 20 de novembro [...] Agora, a partir de 1971 tem aquela virada. Então se faz esse deslocamento do 13 de maio para o 20 de novembro. O 20 de novembro tem um poder aglutinador [...]. E depois, em 1978, surge o MNU e o Feconezu, em São Paulo, e já outros fatos além dos aludidos. Agora, aí tem três divisões: de 1971 a 1978, que eu chamo de “a virada histórica”; de 1978 a 1988, que é uma fase de organização do movimento, em que surgem novas entidades, tem os protestos, as denúncias... Nessa fase, surge uma divisão também entre a corrente partidária, a corrente confessional cristã e o movimento propriamente dito, que segue aquele fluxo histórico e não dependente nem de partidos nem de confissão religiosa cristã e se identifica, em termos religiosos, com a religiosidade negro-africana. Ao mesmo tempo, há o trabalho, por exemplo, da Constituinte, que vai resultar na inclusão do negro no texto constitucional, que é uma obra do movimento, que sensibilizou os partidos ou se valeu do oportunismo dos partidos. A Constituição é também um marco, porque nós passamos a viver um novo período, uma fase de conquista, de obtenção de retornos. Algumas conquistas nós já tínhamos feito: tínhamos começado a ter espaços nos poderes públicos, conselhos, assessorias, Memorial Zumbi... Surge a Fundação Palmares, no plano nacional, e começa esse trabalho de reconhecimento, regularização, titulação das propriedades, da territorialidade negra, das comunidades quilombolas. Então, já é uma coisa mais concreta, mais palpável, que a gente gostaria de ter. Finalmente, no último período, de 1988 para cá, temos que considerar, por exemplo, o trabalho na área educacional, em que nós temos que considerar, por exemplo, o trabalho na área educacional, em que nós temos um avanço muito

---

<sup>44</sup> Nasceu em Rosário do Sul, Rio Grande do Sul, no ano de 1941. Foi poeta e escritor. É formado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi fundador do Grupo Palmares em 1971. É conhecido nacionalmente como proponente do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra. Foi também fundador do grupo Razão Negra e da revista *Tiçãõ*. Nos anos 2000, foi conselheiro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR), vinculado a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial do governo federal.

grande, a produção escrita, a formação de mestres e doutores negros, a participação nos NEABS<sup>45</sup>, nas universidades, que é muito importante (2007, p. 270).

O depoimento de Oliveira Silveira faz um balanço da trajetória que analisamos até aqui e avança para os anos pós-1988, período em que nos deteremos no próximo capítulo desta tese.

---

<sup>45</sup> Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, grupos de pesquisa que passaram a integrar muitas universidades a partir dos anos 2000.

## 5 O PERÍODO DA CONSOLIDAÇÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO: OS ANOS 1990

*Sarcedote ergue a taça  
 Convocando toda a massa  
 Nesse evento que congraça  
 Gente de todas as raças  
 Numa mesma emoção  
 Esta Kizomba é nossa constituição*  
 (Kizomba – Festa das Raças – Luz Carlos da Vila)

A passagem dos anos 1980 para os anos 1990 é marcada pelo crescimento do número de organizações negras. São centenas de organizações da sociedade civil que trabalham com alguma questão relacionada a temática racial. É também o período em que se consolidam outras organizações negras, além do MNU, de caráter nacional e de perfil político militante, como a UNEGRO<sup>46</sup>, por exemplo. Nesse período, muitas entidades negras passam por um processo de “especialização” das formas de atuação. Como coloca Domingues:

Na década de 1990, verificou-se outra tendência: muitas entidades negras se especializaram, passando a atuar em uma única área. Com esse espírito, surgiram as entidades voltadas para atuar na área da educação, como a Associação Afro-Brasileira de Educação Cultural e Preservação da Vida (Abrevida), em São Paulo; o Educafro, no Rio de Janeiro; o Núcleo de Estudos do Negro (NEN), em Florianópolis; as entidades dedicadas à saúde reprodutiva da mulher negra, como a ONG Fala Preta!, de São Paulo; as direcionadas aos empresários negros, como o Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros do Triângulo Mineiro

---

<sup>46</sup> União de Negros Pela Igualdade, fundada em 14 de julho de 1988.

(Ceabra); as destinadas a enfrentar o racismo à luz do Direito, como as Comissões do Negro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); as dirigidas para tratar dos problemas psicológicos decorrentes do racismo, como o Amma – Psique e Negritude, de São Paulo; as voltadas para conscientizar os protestantes negros, como o grupo Negros em Cristo e, até mesmo, aquelas criadas para defender os direitos dos gays negros, como o Quimbanda – Dudu, de Salvador (2008, p. 105).

Durante os anos 1990, é intensificado o trânsito institucional de militantes negros nas estruturas partidárias e de estado. A década também consolida os alicerces das principais vitórias, que serão conquistadas pelo movimento negro ao longo dos anos 2000, como a promulgação do estatuto da igualdade racial, as cotas nas universidades e no serviço público, os avanços na demarcação das áreas de quilombo, da saúde da população negra, da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras etc.

Nesse capítulo, analisaremos esse processo de intensificação da institucionalização do movimento negro. Seguiremos os depoimentos de militantes que tiveram significativa contribuição na mediação entre as demandas do movimento e as estruturas estatais. Demonstraremos as redes políticas e pessoais que sustentaram a apropriação das oportunidades na política institucional e o trânsito institucional dos militantes, redes essas que são a base do processo de infiltração do estado como repertório de ação política do movimento.

Para Pereira (2008), os anos 1990 são os anos do grande “salto” da militância negra. Para o autor, esse “salto” possui duas direções: para cima e para baixo. Para cima seria a ampliação da conquista de poder político/institucional do movimento negro. A direção para baixo estaria relacionada com a ampliação da base social do movimento. Segundo Pereira:

No primeiro caso, os militantes mais voltados para as articulações político-partidárias e os processos eleitorais – conquista de mandatos e assessorias parlamentares, cargos em órgãos oficiais, criação e gestão de Conselhos do negro (criados como órgãos oficiais em

circunstâncias políticas favoráveis, graças à legislação específica ou ao aprendizado do “caminho das pedras” nas burocracias oficiais). No segundo caso, os que priorizaram o fortalecimento das entidades negras e das articulações internas do Movimento Negro; de suas relações com comunidades de maioria negra e com as manifestações culturais e religiosas de matrizes africanas (2008, p. 69).

Mostraremos, também, que esse movimento para “cima” e para “baixo”, muitas vezes, é desempenhado pelos mesmos militantes, como reconhece o próprio autor:

Vale lembrar que, embora seja possível distinguí-las, não há, propriamente, separação entre os militantes das duas vertentes. Muitas vezes, as suas estratégias se confundem. Na verdade, são parte de um mesmo processo, sendo, desse modo, observadas pela maioria dos negros, pelo sistema de poder e pela sociedade em geral (PEREIRA, 2008, p. 69).

Nesse sentido, desenvolveremos neste capítulo a tese da “infiltração” do estado como um repertório não exclusivo do movimento negro, mas muito utilizado para realização de seus objetivos e reivindicações. Trata-se de demonstrar que a institucionalização é um tipo de relação entre movimento e Estado que envolve conflitos de outra natureza, distintos dos conflitos tradicionais vivenciados por movimentos ou organizações da sociedade civil que operam a partir da externalidade do estado. O conflito a partir da institucionalização se dá por dentro das estruturas estatais, principalmente a partir da disputa por espaços institucionais e da influência sobre os rumos das ações e das políticas do Estado.

Trabalharemos a partir de algumas cenas e episódios reconstruídos a partir do relato de militantes que conduziram as principais ações do movimento negro ao longo da década de 1990.

### 5.1 Autonomia e institucionalidade: as fronteiras entre partido e movimento

Sustentamos, até aqui, a ideia de que o processo de institucionalização se difere da simples cooptação dos movimentos sociais por parte do Estado. A questão central que temos demonstrado, a partir das transformações da política brasileira, é a de que uma maior permeabilidade do Estado cria oportunidades políticas interpretadas pelos movimentos sociais como ampliação das possibilidades de ação. Como a “infiltração” no Estado depende de uma mediação, que ocorre prioritariamente através dos partidos políticos, acontece um duplo movimento de influência: ora o partido é o próprio lócus de organização e planejamento das ações do movimento, ora o movimento busca influenciar os rumos do partido.

Na passagem da década de 1980 para os anos 1990, muitos militantes negros já haviam se formado politicamente através de estruturas partidárias e militavam pela causa negra por dentro de partidos políticos, como relata Flávio Jorge:

Em 1988, tem esse *boom* de crescimento de organizações do movimento negro. A gente não tinha uma organização ainda, a gente atuava por dentro do PT, aqui em São Paulo. E nós começamos a organizar encontros regionais do movimento negro [...]. A gente tinha escolhido um caminho, que era atuar por dentro do PT, e não tinha uma organização do movimento negro. Então, a gente juntou todo mundo da época, para criar o Soweto, porque já existia essa movimentação para fazer o encontro nacional de entidades negras (2007, p. 296).

A consolidação da democracia no país firmou os partidos políticos como uma alternativa concreta de organização política de segmentos sociais até então excluídos da política institucional. O Partido dos Trabalhadores talvez tenha sido o partido que mais desempenhou esse papel. No relato de Flávio Jorge, é visível esse processo, que não exclui, ao contrário, demanda uma organização também de

caráter social. A criação do Soweto, por exemplo, ilustra o movimento de influência do partido na criação de organizações negras. A UNEGRO, outra entidade nacional do movimento negro, que surge no final dos anos 1980, é fortemente impulsionada pelo Partido Comunista do Brasil.

Temos, aqui, uma configuração da relação dos militantes negros com a institucionalidade distinta da tendência da década anterior. A institucionalização não se dá apenas na direção movimento/partido, mas, também, na direção partido/movimento. Pela via do partido/movimento, o partido atua como mediador com a institucionalidade e como um potencializador das ações do movimento. Um exemplo disso é a CONE – Coordenadoria Especial do Negro, criada na cidade de São Paulo durante o governo de Luiza Erundina. Ivair dos Santos foi um dos militantes responsáveis por levar a frente a transformação da CONE, até então um órgão de governo, em um órgão de estado da prefeitura municipal por via de um projeto de lei. Para isso, era necessário uma mediação por dentro do estado:

Em 1991, no governo da Erundina na Prefeitura de São Paulo, me convidaram para ser coordenador dos assuntos da população negra na prefeitura. Eu fiquei durante um ano como coordenador da Coordenadoria Especial do Negro, a CONE. Era o primeiro governo do PT e o Hédio arrumou para eu trabalhar lá. Fui com uma missão muito concreta: tornar a Coordenadoria lei, fazer aquilo que eu já tinha tido experiência de fazer no Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, e também publicar o livro do Correia Leite, o famoso... *E disse o velho militante Correia Leite* (2007, p. 353).

Em 1991, entidades do movimento negro, incluindo a Soweto, organização criada sob forte influência do Partido dos Trabalhadores, como menciona Flávio da Silva, organiza, em conjunto com outras organizações do movimento negro, um Encontro Nacional de Negros (ENEN). O mesmo Flávio da Silva relata o processo de planejamento do encontro.

O núcleo que começou a pensar esse primeiro encontro nacional era, aqui em São Paulo, a Soweto Organização Negra, o Gelédes e a

UNEGRO; no Rio de Janeiro, o IPCN e o CEAP; na Bahia, o Niger Okan... a primeira comissão organizadora, nos critérios que a gente estabeleceu, achou que não teria sentido, naquele momento, núcleos partidários nem órgãos de governo participarem do encontro, porque um era um encontro que deveria espelhar um pouco a nossa organização enquanto movimento negro. Foi um momento importante, nós conseguimos reunir oitocentos delegados (2007, p. 296).

O depoimento transcrito acima aponta para a tensão que existe na relação entre o movimento e os partidos políticos. A decisão de realizar um encontro sem uma presença partidária explícita demonstra que os repertórios utilizados pelo movimento negro, por mais que este tenha uma grande influência da institucionalidade política, podem ser mais amplos do que apenas a ação pela via institucional. Todavia, a fronteira é sempre tênue, e a autonomia e independência do movimento social depende, muitas vezes, da própria estrutura e apoio partidário.

Ainda sobre a organização do encontro, Flavio da Silva comenta como a estrutura partidária, seja ela financeira e estrutural, ou do próprio capital social construído no Partido dos Trabalhadores, é o que possibilita que o ENEN seja, de fato, um encontro com mais de 800 delegados do movimento negro:

O ENEN foi feito aqui no estádio do Pacaembú. Em 1991, a Luiza Erundina era prefeita da cidade de São Paulo e ajudou muito a construir esse encontro. Toda a estrutura foi bancada pela prefeitura aqui de São Paulo. Eu tinha participado da sua assessoria política. Ela foi eleita vereadora em 1983, e fui da assessoria dela por três anos. Depois ela foi eleita deputada estadual e participei também da sua assessoria por dois anos. Quando ela foi eleita prefeita, fui convidado para trabalhar na Fase, Federação de Órgãos de Assistência Social, que é uma ONG, na sede do Rio de Janeiro (2007, p. 297).

A rede tecida por Flávio da Silva nos anos anteriores é o que permite que a estrutura da Prefeitura de São Paulo, naquele momento governada pelo Partido dos Trabalhadores, fosse colocada à disposição do movimento negro. Cabe chamar atenção para o fato de que o apoio também depende da pressão dos militantes

negros por dentro do partido, o que configura essa relação de via dupla da influência movimento/institucionalidade, institucionalidade/movimento.

O “sucesso político” do ENEN deixa saldos positivos da relação entre o movimento negro e a institucionalidade estatal mediada pelo PT. E esse saldo é um saldo para a própria organização do movimento negro.

O encontro foi muito importante. A gente juntou representantes de tudo que existia no Brasil: grupos culturais, religiosos, de juventude, de esportes... Os grupos ligados à igreja, os agentes de Pastoral de Negros e o Grupo de União e Consciência Negra participaram. Mas nem todo mundo participou. O MNU não participou desse encontro, por que sempre optou por ter uma trajetória própria [...] A gente reuniu delegações de cerca de 22 estados brasileiros (SILVA, 2007, p. 297).

Quando nos referimos aos saldos positivos, como os avanços na unidade em nível nacional do movimento negro, não estamos querendo estabelecer uma relação utilitarista do movimento com a institucionalidade e, menos ainda, defendemos a ideia de que o movimento perde sua autonomia em função de uma relação de dependência com o partido. Estamos querendo chamar atenção para uma nova configuração da relação do movimento negro com a institucionalidade que amplia os repertórios do movimento.

Exploraremos, no próximo tópico, os usos políticos que o movimento negro faz da institucionalidade, dessa vez não mais pela via da potencialização das atividades do movimento, no nível de suas ações sociais, mas sim na disputa que é feita por dentro do Estado como uma forma de buscar concretizar as suas demandas.

## 5.2 A “infiltração” no estado como repertório de ação: conflitos e avanços

Após o ENEN, realizado em 1991, o movimento negro passa a construir uma agenda política nacional, pautada no acúmulo das discussões ocorridas nos espaços de articulação nacional do movimento negro. No centro dessas discussões, está uma reivindicação histórica do movimento negro: as políticas de reparação e compensação, principalmente através da reserva de vagas para negros em instituições públicas, empresas, instituições de ensino etc. As chamadas “políticas de ação afirmativa” já eram experiências concretas de políticas públicas em outros países, principalmente nos Estados Unidos, onde a luta da população negra foi decisiva para implementação desse tipo de ação por parte do Estado.

A luta por essa pauta nacional ganha força no país em 1995, ano que marcava os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, líder negro que comandou o famoso Quilombo de Palmares, situado na Serra da Barriga, onde hoje é o estado de Alagoas. O ano que rememora os 300 anos da morte de Zumbi é mais um ano que entra para história do movimento negro, assim como o ano do centenário da abolição, em 1988. Flávio da Silva chama atenção para mais essa data importante.

O movimento negro, se vocês perceberem, é sempre pautado por datas: tem a luta abolicionista, depois você tem a frente negra, depois você tem o MNU, são sempre datas. E 1995, os trezentos anos da morte de Zumbi, foi um momento-chave pra nós também (SILVA, 2007, p. 297).

Nesse ano, o movimento negro vivenciaria um momento importante para as lutas que se travaram na segunda metade dos anos 1990 e início dos anos 2000. É também o ano de criação de um importante espaço de disputa do movimento negro dentro do Partido dos Trabalhadores: o da criação de uma secretaria nacional que tratasse dos temas do negro dentro do partido.

Dentro do PT, a gente criou a Secretaria Nacional de Combate ao

Racismo, num encontro que foi realizado em Guarapari, no Espírito Santos – não me lembro do número do encontro, parece que foi o oitavo encontro do PT. Nós aproveitamos as comemorações do tricentenário, e o tema desse encontro foi dedicado a Zumbi dos Palmares. Foi um momento de muito embate dentro do PT, quase cisão partidária, e a criação da Secretaria foi uma das únicas propostas que teve unanimidade dentro do encontro. Quem defendeu a proposta de criação da Secretaria foram o Lula e a Benedita. A Benedita, como nossa referência de organização político-partidária, e o Lula, pelo que ele significava (SILVA, 2007, p. 297-298).

O depoimento de Flávio da Silva demonstra a dificuldade do partido em lidar com os militantes negros como uma militância com especificidades que justificassem um espaço próprio dentro da estrutura do partido. Ainda que grandes lideranças do partido tenham apoiado a criação da secretaria, é perceptível a marginalidade com que a questão é tratada internamente<sup>47</sup>, marginalidade essa que se expressa na composição das estruturas de decisão do partido.

Hoje (período em que concedeu a entrevista) eu sou membro do Diretório Nacional do PT também. Nós somos pouquíssimos negros dentro do diretório nacional. A Lélia foi a primeira; hoje, a gente tem Benedita e acho que somos sete em um conjunto de 81 (5,6%) dirigentes partidários. Não é tão tranquila a nossa presença dentro do PT (SILVA, 2007, p. 297-298, grifos do autor).

O reconhecimento que Flávio da Silva tem da marginalidade dos negros dentro do partido corrobora com a hipótese que levantamos anteriormente de que a institucionalização não elimina o conflito político. Quando pensamos na possibilidade de institucionalização partidária de um movimento, muitas vezes nos esquecemos da dimensão do conflito interno, que, no caso do Partido dos Trabalhadores, se materializa na disputa por concepções acerca da leitura do papel do negro e do movimento negro na sociedade brasileira.

Interessante notar que, apesar da marginalidade em termos de ocupação de posições-chaves dentro de Partido dos Trabalhadores, durante os anos 1990 há uma

---

<sup>47</sup> Mais informações sobre o debate da questão racial dentro do Partido dos Trabalhadores ver SOARES, 2009.

transformação no discurso do partido, que passa a incorporar em seus documentos e resoluções uma leitura da opressão sofrida não apenas pelos negros, mas também pelas mulheres, tirando a centralidade política do tema das classes sociais, que marcam o partido nos anos 1980 (SOARES, 2009). Os militantes negros tiveram um papel decisivo na transformação do discurso do partido. Temos, portanto, uma situação do movimento negro dentro do PT muito próxima à forma como o movimento negro e a questão racial foram tratados fora do partido, na disputa por reconhecimento da importância da questão racial. Ao mesmo tempo em que a sociedade aos poucos reconhecia a importância da comunidade negra na formação do país, os espaços efetivos de poder ainda não eram ocupados por negros. Por esses motivos, o conflito para o movimento ainda era inevitável, seja de dentro da institucionalidade ou de fora dela.

Os conflitos internos ao PT, muitas vezes, se transformavam em divergências com outras organizações do movimento negro de diferentes influências políticas e partidárias ou até mesmo autônomas. A Marcha Zumbi dos Palmares, que aconteceu no ano de 1995, explicita essas divergências que transbordam para fora do partido. Se no ENEN a articulação com o PT contribuiu para o êxito do encontro, na Marcha Zumbi dos Palmares as lideranças ligadas ao PT dificultaram o acontecimento do protesto. Vejamos o depoimento de Edson Cardoso:

Eu me retirei do MNU em 1995. Antes disso, no final de 1994, numa reunião da executiva, em Salvador, eu falei para eles de uma proposta que eu tinha de mobilização nacional. Qual era? A Marcha Zumbi dos Palmares, no tricentenário da morte de Zumbi, em novembro de 1995. A reação da executiva não foi boa. Eu falei: "Olha gente, eu vou trabalhar por essa proposta".(2007, p. 337).

Edson refere-se a setores da executiva do MNU pertencentes ao PT e contrários à realização da Marcha. Com a resistência de setores ligados ao partido, o movimento busca articulações por dentro do próprio movimento, como coloca Edson Cardoso:

Quais as alianças que eu vou ter? As ONG's – o Ceert, o Gelédes –, aí a proposta vai crescendo. A gente articulou uma grande plenária em São Paulo, em junho ou julho já de 1995. Vamos brigar muito com quem? Com a turma do Flavinho, o Flávio Jorge, a turma do PT, a turma da CUT, que não queriam a Marcha no 20 de novembro (2007, p. 338).

Situações como essa demonstram a dinâmica da ação política, que não se restringe a uma única possibilidade de articulação, seja ela com a via institucional ou pelas vias do movimento social. A via institucional é acionada como um repertório, na medida em que representa mais oportunidades do que ameaças às ações do movimento, o que vai ao encontro da tese que sustentamos de que a institucionalização é um processo distinto de cooptação política pela via institucional.

Seguiremos narrando os acontecimentos do ano de 1995 para detalharmos o trânsito institucional criado pelo movimento negro e as redes que sustentaram esse trânsito. Como o debate por dentro do movimento negro estava dificultando a realização da marcha, um processo de negociação com o PT e com as organizações com forte ligações a este, como a CUT, foi instaurado para garantir a realização do evento.

Como o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, havia perdido as eleições presidenciais no ano anterior para o candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, a possibilidade de uma grande marcha que atacasse o novo governo foi uma moeda de troca importante para que o movimento negro recebesse apoio do Partido dos Trabalhadores e da CUT.

Qual foi a vantagem que nós tivemos em 1995? O governo era Fernando Henrique Cardoso, e aí PT e CUT fizeram a sua avaliação de que poderia ser interessante à Marcha. Mas ele, com isso, não estavam aceitando a pauta de reivindicações negra ou a autonomia do movimento negro. Eles estavam era de olho na oposição a Fernando Henrique. Já havia boatos de gente que ia gritar na Marcha “Fora FHC!” – em 1995, que era o primeiro ano do Fernando Henrique (CARDOSO, 2007, p. 339).

A negociação política é estabelecida e o movimento passa a articular a sua rede de relações, tanto por dentro do próprio movimento como pelas vias institucionais, para garantir a realização da Marcha. Nos estados onde foi possível utilizar recursos políticos e financeiros para fomentar a organização da Marcha Zumbi, esse trabalho foi feito. Marcos Cardoso<sup>48</sup>, militante do movimento negro em Belo Horizonte, conta como foram acionados os contatos políticos por dentro da Prefeitura de Belo Horizonte para angariar apoio à marcha:

O PT ganhou as eleições aqui em Belo Horizonte em 1992, o Patrus Ananias era o prefeito e a gente desenvolveu um processo todo de tentar buscar um espaço no primeiro escalão do governo. Não foi possível. Depois de todas as tentativas frustradas em torno disso, como eu sou uma liderança do movimento negro ligada à área da cultura também, e precisava trabalhar, me ofereceram o cargo de assessor na secretaria Municipal de cultura (CARDOSO, 2007, p. 339).

No campo do movimento negro, fiquei coordenando, em Minas e nacionalmente, o processo de mobilização em torno da Marcha em Brasília e, no município, comecei a gestar esse projeto dos trezentos anos, que desenvolveu *n* atividade (CARDOSO, 2007, p. 341).

Marcos Cardoso é um exemplo da “dupla militância” dentro do movimento negro. O trânsito institucional é realizado justamente por sujeitos como ele, que, pelas redes sociais que estabelece, tem trânsito nas esferas estatais como militante do movimento e como representante da “institucionalidade” nas instâncias do movimento.

Com o apoio da CUT e do PT, seja através das instâncias ligadas ao movimento negro, seja através das estruturas governamentais, como no caso de Belo Horizonte, em 20 de novembro de 1995 ocorre em Brasília a Marcha Zumbi dos

---

<sup>48</sup> Nasceu em Belo Horizonte no ano de 1956. É formado em Filosofia e mestre em História pela UFMG. Foi um dos fundadores do MNU na cidade de Belo Horizonte. Foi assessor da secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte. Foi coordenador geral do projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares e do I Festival Internacional de Arte Negra de Belo Horizonte. Entre 2004 e 2005, foi gerente de projetos da SEPPIR. Fonte dos dados: ALMICAR; PEREIRA, 2007.

Palmares. A Marcha reúne cerca de 30 mil pessoas e tem uma grande repercussão nacional. Como principal bandeira, além de rememorar a morte de Zumbi de Palmares, estava a luta pelas ações afirmativas.

Como veremos no próximo tópico, a Marcha Zumbi dos Palmares, como as demais mobilizações do movimento negro na primeira metade da década de 1990, é apenas uma parte do que levou à conquista de colocar a pauta das ações afirmativas na agenda de estado.

### **5.3 De fora para dentro e de dentro para fora: o Grupo de Trabalho Interministerial e a criação de uma agenda de políticas públicas para a comunidade negra**

A intenção da Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, era ser recebida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, para pautar as ações afirmativas como política de estado. Nesse ano, o movimento negro já acumulava mais de uma década de amadurecimento e de apropriação de estruturas institucionais. Esses dois elementos foram decisivos para as conquistas que começam a se estabelecer a partir deste ano. Para Flávio Silva:

O ano de 1995 foi um outro momento-chave para a nossa organização política. Toda aquela construção que nós fizemos dentro do Encontro Nacional de Entidades Negras, Enen, a gente canalizou para o tricentenário de Zumbi, que também foi um marco na luta negra no Brasil. Aí sim, a gente conseguiu ter uma influência decisiva, porque nós já éramos mais organizados. Do ponto de vista partidário, a gente já tinha, em 1995, organizações em quase todos os partidos, seja de direita, seja de esquerda. PT, PC do B, PCB, PDT, PSB, o próprio PMDB, todos eles já tinham agrupamentos negros (2007, p. 349).

A fala de Flávio da Silva articula os dois elementos apontados acima: fortalecimento do movimento e institucionalização do movimento. A própria

existência de uma marcha em Brasília, com mais de 30 mil pessoas, de diversos estados do Brasil, demonstra a capacidade de mobilização do movimento naquele momento. Por outro lado, não foi apenas a ação direta contestatória que abriu um campo de negociações e debates por dentro da estrutura do Governo Federal. Procuraremos mostrar, com os próximos extratos de entrevistas, a importância da rede institucional criada pelo movimento, ainda no início da década de 1980. A mediação política, principalmente a relacionada a vínculos político-partidários, mas com alto grau de personificação, é um elemento-chave para compreendermos o atual debate das políticas públicas de combate a discriminação racial.

Algumas narrativas dos militantes entrevistados remetem para uma relação de causalidade direta entre a Marcha Zumbi dos Palmares, a criação do Grupo de Trabalho Interministerial e a conquista de políticas públicas para a população negra. Essa interpretação, mecânica e linear, não leva em conta a complexidade de mecanismos necessários para que o estado brasileiro passasse a formular políticas reparatórias à comunidade negra. Também não cabe à nós julgarmos esse tipo de explicação mecânica como uma “falsa interpretação” dos acontecimentos. Para nós, está em jogo demonstrar que o trânsito e a apropriação institucional configura-se como um repertório inerente à rearticulação do movimento negro, ainda no final da década de 1970, e que este repertório constitui um dos elementos centrais para a explicação do processo de conquista de políticas públicas para a população negra. Além disso, esse processo de institucionalização nos parece uma forma de relação da sociedade civil com o estado, que cada vez mais se consolida na sociedade brasileira. Por esse motivo, o estudo da história do movimento negro parece um caso ilustrativo e até mesmo pioneiro nesse novo contexto da política brasileira, pós-redemocratização.

Vejamos duas leituras possíveis e não excludentes nas falas dos entrevistados.

Como consequência (referindo-se a Marcha Zumbi), o Estado

sempre dá uma resposta. Se em 1988 o Sarney criou a Fundação Palmares, em 1995, o Fernando Henrique criou o Grupo de Trabalho Interministerial, chamado GTI, que foi dirigido pelo Hélio Santos na época, que conseguiu, de certa forma, formular, no aparelho do Estado e do governo federal, um início de uma discussão de políticas públicas sobre a questão racial (SILVA, 2007, p. 350).

A leitura de Flávio da Silva aponta a marcha como estopim da criação do Grupo de Trabalho Interministerial. Sua leitura parte da relação de externalidade do movimento negro, que, de fora do Estado, pressiona para a criação de espaços institucionais.

Já a fala de Amauri Pereira aponta para um outro tipo de compreensão do processo:

Estava se esboçando o Grupo de Trabalho Interministerial, porque havia negros lá, desde muito tempo. O Ivair tinha sido do primeiro governo Montoro. O grande projeto era do Ivair, que fez o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo, em 1983. Ivair, Hélio Santos, era um grupo bom. E já tinham experiência por dentro da máquina de governo, por dentro do aparelho de Estado. E ali era o PSDB: Montoro, Covas, Fernando Henrique. Quando o Fernando Henrique chegou ao poder, eles estavam juntos, eles foram. O Hélio era o mais visível porque era professor universitário, e estavam articulando essa coisa, como estar por dentro do Governo Fernando Henrique, ainda na primeira fase do governo, em 1995. Então eles conseguiram um apoio. Esse apoio veio na forma de muitos e muitos ônibus para levar o pessoal para lá (2007, p. 346).

Amauri Pereira estabelece a conexão entre a institucionalização do movimento negro nos anos 1980 e a conquista de espaços políticos que se instaurava no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Aqui também fica clara a importância da institucionalização ocorrida nos anos 1980, principalmente com a experiência do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo. Inclusive, são os mesmos atores sociais que estavam presentes no início do processo de institucionalização que operaram a mediação nos anos 1990.

Carlos Alberto Medeiros, militante que também participou de experiências em órgãos de governo voltados para à população negra, no estado do Rio de Janeiro tem a mesma leitura de Amauri.

A ideia de ação afirmativa veio surgindo, eu não posso dizer exatamente quando, mas eu digo que, nos anos 1980, a gente já falava disso, e foi amadurecendo. No início dos anos 1990 já havia um número significativo de pessoas preocupadas com isso. Mas eu não sei quando é que começou a entrar na minha cabeça. Em 1992, com certeza, a gente já estava trabalhando para isso. Outro dia eu estava assistindo a uma palestra do Ivair, e ele falava como, ainda no governo Fernando Henrique, algumas iniciativas que o governo federal estava tomando eram resultados de algo que vinha sendo desenvolvido desde o governo do Franco Montoro. Porque um número muito grande de quadros do governo Fernando Henrique veio do governo Franco Montoro, em 1983, em São Paulo. Lá estavam o Hélio Santos, o Hédio Silva e esse pessoal todo cutucando. Então, é o resultado de um trabalho. As coisas não vêm do nada. Esse pessoal também estava pensando nessas estratégias e disseminando esse negócio (2007, p. 252).

É importante chamar atenção para a dinâmica desse processo. A institucionalização é resultado de um enquadramento interpretativo por militantes-chaves do movimento negro das oportunidades políticas que se abriam nos anos 1980. Nos anos 1990, um conjunto muito maior de militantes do movimento negro passa a atuar por meio das estruturas partidárias e a desempenhar um papel de polivalente, militando nos espaços institucionais que se apresentavam e na articulação das bases do movimento negro. Essa dupla militância facilita a compreensão desse processo. Ainda que haja uma desconfiança de setores da militância negra sobre a eficácia e os custos políticos da institucionalização, o fato de esses militantes estarem em constante contato com os dois espaços (movimento/institucionalidade) gera um maior grau de confiança na eficácia e avanço trazidos pela via institucional. Além do mais, sempre que possível, o movimento atua com repertórios contestatórios tradicionais, como marchas e protestos. Vejamos o comentário de Carlos Alberto Medeiros.

E algumas pessoas têm feito esse trabalho. O Ivair é um cara que tem estado sempre nessa junção entre estado e sociedade civil, que eu acho válida e necessária. Você precisa ter essas instâncias de contato, que, de alguma forma, vão levar a reivindicação do movimento social. Elas não podem substituir o movimento social – isso é uma tentação na qual às vezes se pode incorrer – mas elas têm um papel a cumprir (2007, p. 252).

A visão de que a “dupla militância” possibilita que as reivindicações cheguem ao Estado parece ser o que legitima essa relação Estado/Movimento. A necessidade de compreender o funcionamento das estruturas estatais também legitima que alguns militantes tenham uma atuação “especializada” na gestão de secretarias, conselhos etc. Carlos Medeiros salienta essa necessidade:

Havia muita desconfiança, no início, em relação às primeiras articulações do movimento negro com o Estado. Até um determinado momento, havia muita suspeita de cooptação: “Vão levar os caras para neutralizar o movimento”. Na SEDERPON, no Rio, durante o Governo Brizola, nós conseguimos avançar muito, nós apanhamos da máquina do estado. Coisas técnicas que te derrubam: Você pensa que tem grandes ideias, mas essas ideias precisam ser traduzidas na linguagem burocrática (2007, p. 351).

O “traduzir na linguagem burocrática” é uma das funções do militante que ocupa espaços institucionais. Mas não se trata apenas de tradução, mas sim, também, de disputa de espaços na institucionalidade. O GTI foi uma dessas disputas. As comissões, os fóruns, as subcomissões criados no GTI tornaram-se espaços de disputa em torno da efetivação das ações afirmativas, principalmente por parte dos militantes que não tinham relação anterior com o governo Fernando Henrique Cardoso, como foi o caso de Zélia Amador:

Eu tive oportunidade de participar do GTI, em Brasília, em 1995. Eu era uma representante da sociedade civil. E, para mim, foi uma coisa muito importante. Por que acho que a discussão sobre ação afirmativa, pelo menos a minha, o meu amadurecimento foi muito maior a partir de 1995, depois da grande marcha nos trezentos anos de Zumbi e da criação do GTI. Com o GTI, nós criamos grupos de trabalho, comissão e subcomissão para discutir ação afirmativa, e eu

fazia parte dessa comissão (2007, p. 350).

O GTI foi um importante espaço de participação e de formulação do embrião das políticas públicas para população negra. Para Carlos Medeiros:

Ali nós elaboramos uma agenda, todo um conjunto de propostas que vão muito centradas na ação afirmativa, mas que, por muito tempo, pareceu engavetado. No segundo governo Fernando Henrique, ele colocou em prática alguma coisa, pelo menos, do espírito daquilo que tinha sido proposto. O Hélio Santos fez parte, um monte de gente fez parte desse GTI também, que fez uma série de propostas que estão sendo trabalhadas (2007, p. 252).

A experiência de articulação institucional, pela via do GTI, seguiu os mesmos repertórios das experiências anteriores, vivenciadas pelo movimento negro nos 1980, porém numa esfera mais ampla: o Governo Federal.

O GTI, como disse, foi praticamente uma reprodução em larga escala do que a gente fez: era abrir espaço etc. e tal. Mas, na verdade, o que nos norteava era criar bases para que as pessoas entendessem que racismo era uma coisa de política pública e criar algum substrato para discutir ação afirmativa. Sempre foi essa a nossa pauta. E o governo trabalhava num ritmo. Quando a Marcha Zumbi chegou aqui, deu a impressão de que a Marcha é que criou o GTI. Mas, na verdade, o GTI já estava pronto. Foi uma coisa que foi construída no governo. Não foi feita pela sociedade civil. O governo fez e apresentou (SANTOS, 2007, p. 354).

A fala de Ivair dos Santos remete para uma leitura do processo centrada na ação do governo, no mandato de Fernando Henrique Cardoso. A própria Marcha, para ele, é um ato secundário, tendo em vista que os acordos já estavam firmados, por dentro do próprio governo, de criar o GTI. Ao mesmo tempo, Ivair dos Santos reconhece a importância das relações políticas já existentes, no próprio movimento negro, que possibilitou a criação do GTI:

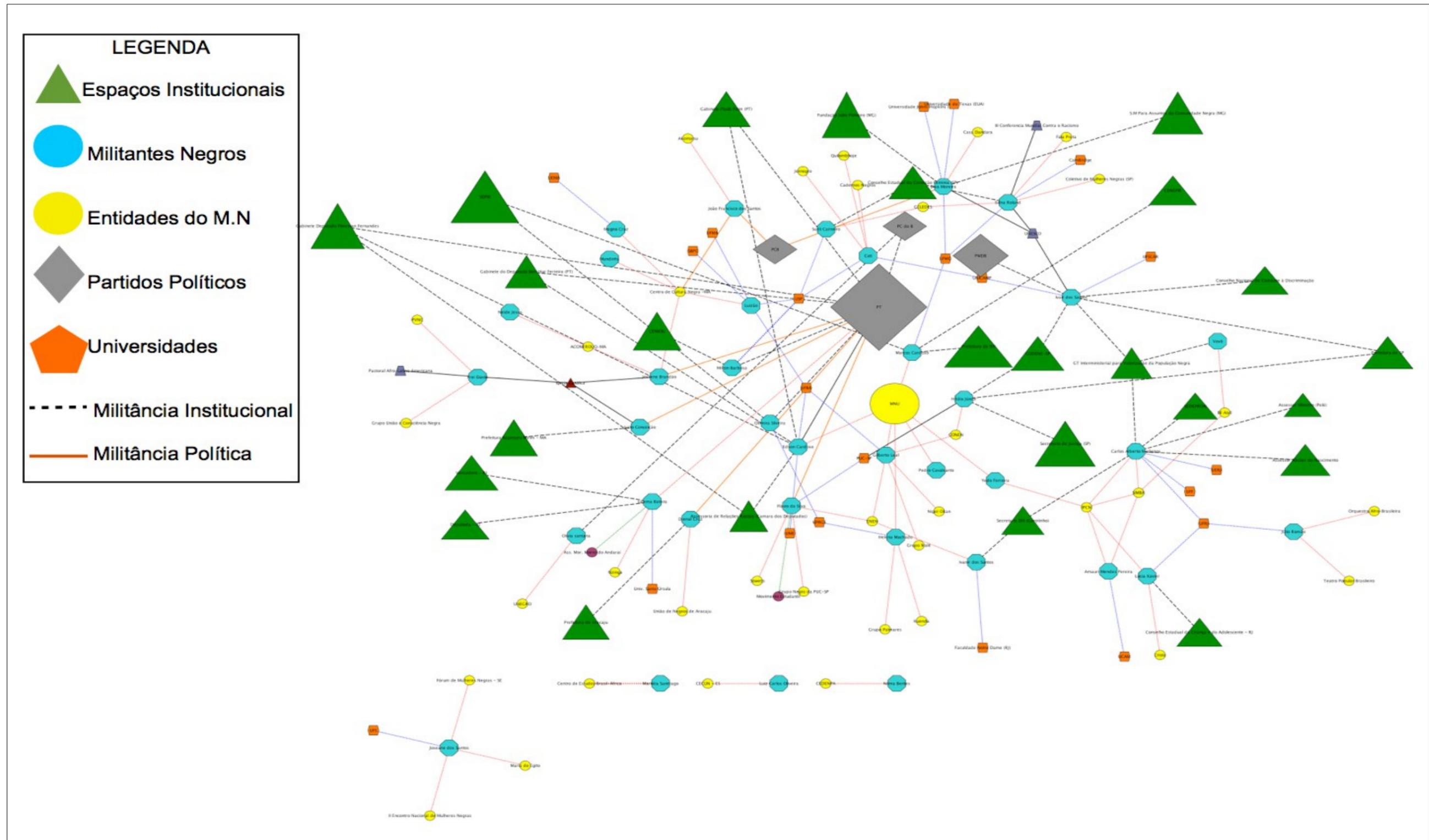
Se eu tivesse que resumir para vocês os primeiros quatro anos de governo Fernando Henrique Cardoso, o que nós fizemos? Nós montamos o GTI, que era o grupo de trabalho Interministerial para

Valorização da População Negra, que era quase uma repetição do Conselho do estado de São Paulo, só que mais complexo. Pautamos logo de cara ação afirmativa; desde o primeiro dia em que a gente botou o pé em Brasília, ação afirmativa era a minha preocupação. Não tinha outra (2007, p. 354).

Há uma diferença, ainda que os militantes presentes no Conselho durante o Governo Montoro fossem os mesmos que lideraram a criação do GTI, em 1995, em relação à própria pauta do movimento negro, que chega ao GTI de forma mais concreta, reivindicando a criação de políticas de ações afirmativas. Nesse sentido, como aponta Kurzman (2006), o resultado das ações políticas do Estado são complexas e difíceis de serem reduzidas a um único elemento explicativo. Por esse motivo, parece-nos que a incorporação das ações afirmativas na agenda, principalmente no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, é fruto de mecanismos causais que extrapolam as próprias ações do governo. Um mecanismo explicativo, que já havíamos levantado como uma hipótese no início desse trabalho, e que no episódio da criação do GTI se torna evidente, é a rede de relações que o movimento negro consolidou, ao longo dos anos 1980 e que se estende pelos anos 1990, em torno da institucionalidade estatal.

No conjunto de lideranças entrevistadas na compilação realizada por Alberti e Pereira (2007) e que serve de suporte empírico para a análise desta tese, a rede que compõe o movimento negro no Brasil é perceptível. Apesar de não haver um centro que unifique o movimento nacionalmente, há claramente uma rede consolidada que articula a militância negra. Essa rede conecta militantes entre si, militantes entre organizações do movimento negro, entre partidos e entre espaços de estado. Ao analisarmos o sociograma abaixo, com o conjunto de entrevistados que compõem o *corpus* desta tese, podemos visualizar a densidade das conexões.

QUADRO 9 –Sociograma da atuação das lideranças do movimento negro<sup>49</sup>.



Fonte: Elaboração do autor a partir da fonte de dados de ALBERTI; PEREIRA, 2007.

Os círculos em azul representam os militantes do movimento negro. Os triângulos da cor verde representam alguma instância da política institucional (assessoria de parlamentares, conselhos, prefeituras etc.). Os círculos em amarelo representam entidades do movimento negro. Os losangos na cor cinza são a representação de partidos políticos. As linhas pontilhadas dizem respeito à militância institucional e as linhas de cor laranja às relações de militância política no movimento.

O sociograma permite visualizarmos alguns elementos importantes para a análise. O primeiro, como já mencionamos no parágrafo anterior, diz respeito à conectividade do movimento. Estamos tratando de um movimento social extremamente fragmentado em termos de organizações, mas profundamente conectado entre si. Das 35 lideranças entrevistadas na compilação de Alberti e Pereira (2007), apenas quatro estão desconectadas da rede maior. Ou seja, não possuem vínculos que as liguem aos demais. O restante, 34 entrevistados, possuem algum vínculo entre si, ainda que esses vínculos não sejam primários e dependam da mediação de outros militantes. Se o movimento negro não possui uma instância nacional que concentre as entidades e os militantes, podemos, ao observarmos a rede, defender a ideia de que a expressão que em primeiro momento parece tão genérica: “movimento negro” ganha concretude na própria rede. Essa extensa rede que conecta lideranças, entidades, partidos e Estado é o próprio movimento negro.

Esse cenário vai ao encontro da defesa que Márcio Goldman faz do conceito de “segmentariedade” para pensar o movimento negro no Brasil, especialmente na Bahia, onde realizou seus estudos. Para o autor, a alta fragmentação do movimento negro em associações, grupos etc. vem acompanhada de uma tendência à federalização, em grande parte realizada pelos fortes laços que existem entre as lideranças destes grupos (GOLDMAN, 2001).

Outro elemento visível é a importância das conexões com espaços

institucionalizados, representados pelos triângulos verdes. Há uma forte conexão dos militantes a esses espaços, o que reforça a tese que aqui defendemos, da institucionalização do movimento como um repertório de ação central, porém não exclusivo, haja vista que há um conjunto significativo de ligação desses militantes com organizações do próprio movimento. O intenso trânsito de militantes por esses espaços institucionais acaba potencializando a atuação das próprias entidades do movimento. As demandas são institucionalizadas e tendem a transformarem-se em conquistas, tendo em vista a capacidade de atuação dos militantes por dentro dos espaços estatais e do reconhecimento e legitimação nas instâncias do movimento.

A “apropriação institucional” por parte dos militantes é garantida, em grande medida, pela mediação dos partidos políticos, que, como podemos ver no sociograma, são elementos de ligação importantes entre militantes e estruturas de estado. O Partido dos Trabalhadores atua como forte ligação do movimento com a institucionalidade nos níveis municipais e estaduais, enquanto o PMDB é o partido responsável por conectar militantes a estruturas institucionais, num primeiro momento estaduais, que, posteriormente, nacionalizam-se com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República.

O tipo de relação com os partidos também se diferem. Em relação ao PT, podemos visualizar relações de dois tipos distintos, porém não excludentes. O primeiro tipo está representado pelas conexões de cor laranja, que são relações de militância político/social. Ou seja, são relações em que os militantes atuam no partido e também atuam em organizações do próprio movimento. O segundo tipo de relação, representado pelas linhas pontilhadas, estabelece uma relação de militância na institucionalidade a partir do partido político.

Em relação ao PMDB, que teve importante papel na nacionalização das demandas do movimento nas esferas institucionais, percebemos apenas as relações de militância no partido político para com as instâncias institucionais, sendo pouco

expressivas as relações deste partido com as organizações do movimento, a não ser por meio de outras conexões secundárias. De qualquer forma, se tomarmos a rede como um todo, temos a complementariedade da militância social com a militância institucionalizada.

Infelizmente, os dados que temos disponíveis não avançam para o período mais recente, período esse em que temos um conjunto maior de espaços públicos de estado destinados à população negra, a grande maioria deles com uma grande participação de militantes negros oriundos de organizações da sociedade civil. Todavia, parece-nos que o período analisado, até aqui, ilustra as raízes da intensificação da institucionalização, não apenas do movimento negro, mas também de outros movimentos sociais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, apresentamos uma questão ainda pouco explorada ou explorada de forma pouco satisfatória pelas ciências sociais brasileiras: a relação dos movimentos sociais com a política institucional. Afirmamos que havia, na tradição brasileira dos estudos sobre os movimentos sociais, uma tendência a compreender os movimentos sociais a partir da sua relação de oposição ao estado e, mais amplamente, à política institucional. Tal postura investigativa e teórica, como colocam Silva e Oliveira (2001), ao analisar os fenômenos organizativos da sociedade civil, tende a impedir uma apreensão adequada das complexas relações dos movimentos sociais com o estado, particularmente em contextos democráticos caracterizados por significativa permeabilidade institucional.

A tese que apresentamos no início do trabalho e que procuramos sustentar a partir de uma narrativa histórica sobre um movimento social específico no cenário político brasileiro, o movimento negro, é a de que o conflito dos movimentos sociais com o Estado não significa ausência de relação entre eles. Levantamos algumas hipóteses que retomaremos aqui à luz dos dados empíricos apresentados.

Primeiramente, defendemos que é preciso pensar possibilidades distintas de relação dos movimentos sociais com a institucionalidade. É preciso abandonar uma visão dual, quase binária, muito comum na interpretação dos movimentos sociais que: ou nega a relação destes com o Estado, ou interpreta qualquer tipo de relação como cooptação política que “retira” as características puras de um movimento social. Para fugir desse tipo de armadilha teórica, apresentamos o seguinte quadro:

## QUADRO 10

Matriz dos tipos de relação entre estado e movimentos sociais

	<b>INSTITUCIONAL</b>	<b>NÃO INSTITUCIONAL</b>
<b>CONFLITIVO</b>	Institucionalização	Contestação
<b>NÃO CONFLITIVO</b>	Assimilação/Cooptação	Colaboração

Fonte: Elaboração do autor.

Com esse quadro, procuramos ampliar as abordagens das múltiplas possibilidades de relações dos movimentos sociais com a política institucional. Nos valem, para isso, do conceito formulado no escopo das discussões do Modelo do Processo Político, de “estruturas de oportunidades políticas”. Trabalhar com esse conceito nos levou a considerarmos as possibilidades empíricas de relação dos movimentos sociais com o Estado a partir de um conjunto de mecanismos causais, que operam por meio de oportunidades ou ameaças políticas definidas em um contexto social e histórico específico.

Ao longo do trabalho, procuramos demonstrar, empiricamente, variações da matriz presente no quadro, através da trajetória e dos repertórios de ação utilizados pelo movimento negro no Brasil. No capítulo em que começamos a narrar a história do movimento negro, até o final dos anos 1970, demonstramos que, devido ao contexto político pouco favorável e, em alguns períodos, extremamente fechado à qualquer tipo de institucionalização e/ou participação política de segmentos organizados, a “contestação” como padrão de relação movimento/Estado parece ser a mais adequada para compreendermos a atuação do movimento negro.

No contexto em que a relação política é marcada pela “contestação”, os repertórios do movimento negro são amplos e diversos, porém fortemente marcados pela ausência de institucionalidade. As poucas tentativas de acesso institucional do movimento negro neste período foram frustradas, principalmente as referentes às

tentativas de eleição de candidatos negros.

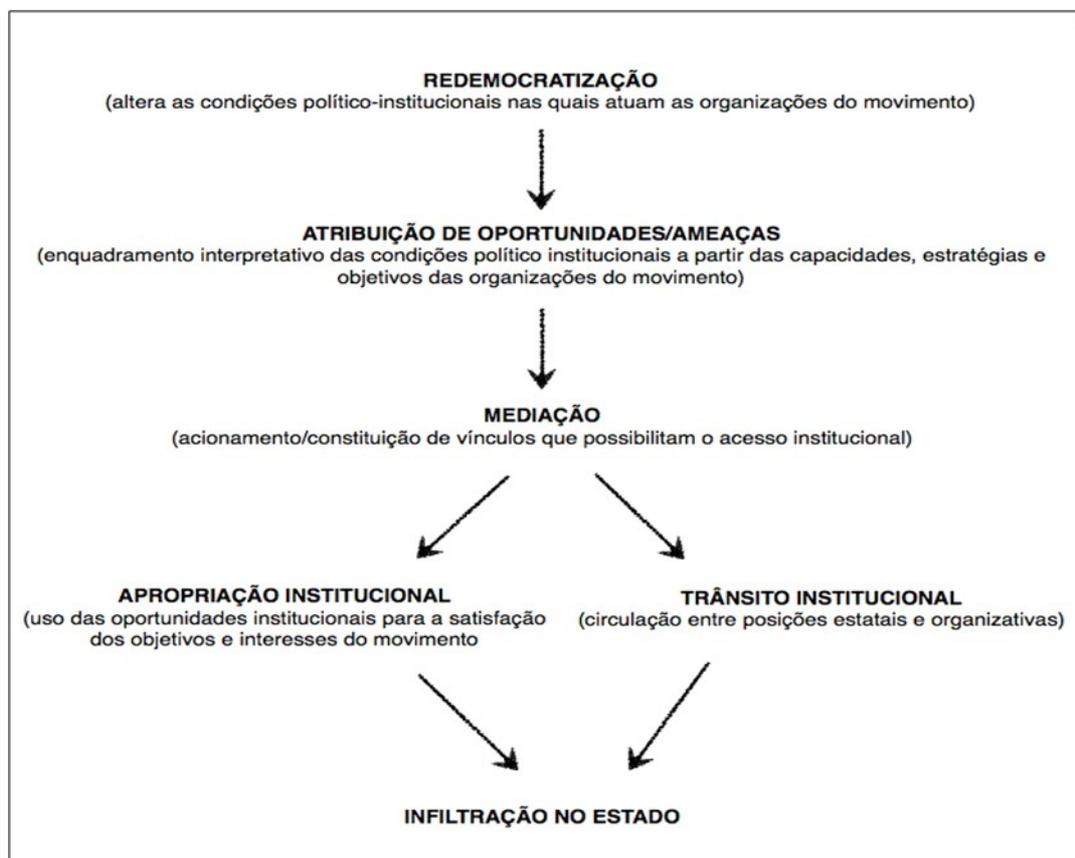
Nos anos 1980, temos profundas transformações do cenário político brasileiro. É a década da redemocratização política brasileira e da emergência de um conjunto de partidos políticos. Procuramos mostrar ao longo do capítulo 3, que trata desta década, que as mudanças políticas que o país vivenciava abria novos horizontes para os movimentos sociais e populares, principalmente os que dizem respeito à possibilidade de institucionalização das demandas dos movimentos.

Para dar conta dessas transformações na estrutura de oportunidades políticas vivenciada pelo país, valemo-nos de um modelo teórico conceitual que explicitasse os mecanismos explicativos na alteração da relação do movimento negro com a institucionalidade. Defendemos, ao longo dos capítulos 3 e 4, a hipótese de que a relação do movimento negro com o estado lentamente deixava de enquadrar-se na tipologia da “contestação”, marcada pela relação de externalidade com o estado, para a tipologia que nomeamos “institucionalização”, marcada por uma forma específica de relação distinta da cooptação e da colaboração política.

Formulamos o seguinte desenho da pesquisa que procurou operacionalizar os mecanismos explicativos da mudança mencionada no parágrafo anterior.

#### QUADRO 4

##### Operacionalização dos mecanismos causais



Fonte: Elaboração do autor

O modelo apresentado orientou a leitura dos dados que tínhamos disponíveis para a elaboração desta tese. Partimos desse modelo como hipóteses que foram trabalhadas ao longo dos capítulos. Primeiramente, destacamos a redemocratização do país, na década de 1980, como um mecanismo ambiental que reordena as oportunidades políticas no país. Uma das principais características desse processo está ligado ao aumento da permeabilidade do estado a setores e grupos de interesse da sociedade civil. Demonstramos que no governo de São Paulo, durante a gestão de Franco Montoro, militantes negros ocuparam espaços políticos que se apresentaram naquele momento. A experiência de participação dos negros em um primeiro órgão de estado, criado especificamente para dialogar com as demandas

da população negra, influenciou setores do movimento negro a pautarem a disputa por esses espaços como uma bandeira.

Isso nos leva ao segundo mecanismo explicativo com o qual trabalhamos: os mecanismos de caráter interpretativo. As transformações políticas do país estabeleceram, no movimento negro, uma leitura que tendeu a interpretar as chances de institucionalização das demandas como uma oportunidade política. A partir do “re” enquadramento interpretativo das condições políticas do país, o movimento passa a ampliar seu leque de repertórios, incluindo, nesse momento, a institucionalização do movimento, seja ingressando e construindo partidos políticos ou ocupando espaços institucionais de estado. Procuramos enfatizar, também, que o enquadramento interpretativo das oportunidades ou ameaças trazidas pela institucionalização não ocorre de forma homogênea no interior das organizações negras. A tensão entre “estar dentro” e “estar fora” do estado é constante. Por esse motivo, o “estar dentro” demanda uma constante justificação e prestação de contas políticas para os demais setores e militantes do movimento. Portanto, a institucionalização é uma tipologia específica de relação movimento/Estado justamente pelo fato daqueles que ocupam esses espaços institucionais serem também “lutadores” do movimento.

Por fim, temos as redes políticas e sociais como um mecanismo relacional importante para dar andamento ao processo de institucionalização. É através de relações políticas, de redes de contatos pessoais, que militantes passam a apropriar-se dos espaços institucionais. Demostramos que o movimento construiu uma ampla rede de relações entre suas lideranças nacionais que deram fluxo ao que definimos como trânsito institucional, que se caracteriza pela constante circulação dos militantes negros entre as estruturas institucionais e do próprio movimento. Constatamos também que os partidos políticos tornaram-se importantes mediadores

desse processo.

O conjunto desses mecanismos, aliados a uma transformação das estruturas de oportunidades políticas do país, alterou e ampliou as formas de atuação do movimento negro. O fenômeno da “infiltração” no estado constituiu-se como um repertório que, aliado a outras formas de atuação, colocaram as reivindicações do movimento negro na agenda política brasileira ainda nos anos 1990. Cabe frisar que a “infiltração” não eliminou outros repertórios contestatórios, como marchas e protestos de rua e, além disso, deslocou o conflito, até então vivenciado apenas por fora do estado, para dentro do estado. O conflito passa a se dar pela disputa de posições e de concepções nas instâncias de estado.

Nesse sentido, a tese contribui na ampliação do debate acerca das relações entre os movimentos sociais e a institucionalidade, ampliando as possibilidades de interpretação de uma forma de relação que, ao que tudo indica, demonstra sinais de intensificação. Temos hoje, para nos limitarmos ao caso do movimento negro, um conjunto de organizações negras que estabelecem parcerias com entidade estatais como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), instituição coordenada por muitos militantes oriundos do próprio movimento. Como observam Tilly, McAdam e Tarrow, em recente artigo:

... os estudos que focalizam apenas movimentos, ignorando seu lugar na luta política como um todo, tornam difícil captar as suas mudanças relativas a apoios, táticas e objetivos porque são profundamente afetados por seus recursos, oportunidades e restrições – assim como por outros atores na luta política (2009, p. 34).

Estudos futuros podem ser desenvolvidos para tentar identificar possíveis alterações na matriz de relações movimento/Estado apresentada. Alguns estudos mais recentes sobre o movimento negro, que apresentamos no início desta tese,

como o de Ubiali (2006), têm demonstrado as ampliações da institucionalização do movimento negro, principalmente através do aumento significativo do número de ONG's, que passam a ser importantes mediadores nessa nova configuração. Novas conquistas nacionais e de significativa relevância para o movimento negro estão se dando em nível nacional, como a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial e a recente lei nacional, que garante a reserva de vagas para estudantes negros nas Universidades Federais. As lutas em torno dessas conquistas podem ser fruto de novas investigações que apontem para o tipo de comportamento da militância negra e de suas redes de relações.

## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, dez. 2011.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almicar Araújo. Em diálogo com outros países, o movimento negro brasileiro cresceu nos anos 1970 sob vigilância da ditadura, para se afirmar na democracia. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, 18 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/na-rhbn/orgulho-da-cor-1>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almicar Araújo. **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

ALMADA, Sandra. **O teatro experimental do Negro** – O negro na cena Brasileira. In: **Abdias Nascimento**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, ano 2, v. 3, p. 21-41, 2012.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009 .

ARAÚJO, Airton Fernandes. **Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

AZEVEDO, Tatiana Barbosa, RODRIGUES, Martius Vicente. Softwares para análise de redes sociais – ARS. In: **Anais do VI Congresso Nacional de Exelência em Gestão**. Niterói, 06-07 ago. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2010.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos Sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, n. 3, 1987.

CARVALO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil** – O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHECKEL, Jeffrey T. Tracing Causal Mechanisms. **International Studies Review**, v. 8, issue 2, p. 363-370, 2006.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões: Revista de História da UFES**, Vitória, n. 21, 2008.

DOS ANJOS, José Carlos Gomes. Se raças não existem, é inegável que insistem. **Blog Cotas na UFRGS Já**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://ufrgsprocotas.noblogs.org/post/2007/06/22/se-ra-as-n-o-existem-ineg-vel-que-insistem/>>. Acesso em: 9 jun. 2012.

ELLIOT, Jane. **Using narrative in social research**: qualitative and quantitative approaches. London: Sage Publications, 2005.

FALLETI, Túlia G. Infiltrando o estado: a evolução da reforma da saúde no Brasil – 1964-1988. In: **Estudos Sociológicos**, Araraquara, Vol. 15, 2010.

FERNADNES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar de uma nova era. São Paulo: Globo, 2008, v. 2.

FLORES, Elio Chaves. Jacobinismo negro: lutas políticas e práticas emancipatórias (1930-64). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão Daniel (Orgs.). **As esquerdas no Brasil**: a formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRIEDMAN, Elisabeth Jay; HOCHSTETLER, Kathryn. Assessing the third transition in Latin America democratization: representational regimes and civil society in Argentina and Brazil. **Comparative Politics**, v. 35, n 1, p. 21-42, oct. 2002.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais** – Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOLDMAN, Márcio. Segmentaridades e Movimentos Negros nas Eleições de Ilhéus. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, Museu Nacional, n. 7, 2001.

GOLDSTONE, Jack A. More social movements or fewer? Beyond political opportunity structures to relational fields. **Theory and Society**, Amsterdam, Kluwer

Academic Publishers, n. 33, 2004.

GOLDSTONE, Jack A. Introduction: bridging institutionalized and noninstitutionalized politics. In: GOLDSTONE, J. A. (Org.). **States, parties and social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GOMES, Arilson dos Santos. **A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre – RS (1931-1958)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo. **A construção da teoria institucional nos estudos organizacionais no Brasil: o período 1993-2007**. 2008. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

KOSSLING, Karing Sant`Anna. **As lutas anti-racistas de afro-decendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KURZMAN, Charles. Meaning-Making in Social Movements. **Anthropological Quarterly**, Washington, George Washington University, v. 81, n. 1, 2008.

KURZMAN, Charles. Structural opportunity and perceived opportunity in social-movement theory: the Iranian Revolution of 1979. **American Sociological Review**, v. 61, n. 1, p. 153-170, feb. 1996.

MACHAMER, Peter, DARDEN, Lindley, CRAVER, Carl. F. Thinking about mechanisms. **Philosophy of Science**, Chicago, University of Chicago Press, v. 67, n. 1. 2000.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e instituições na construção do estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 14, 1999.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**.

Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISCHE, Ann. **Partisan Publics**: communication and contention across Brazilian youth activist networks. Princeton: Princeton University Press, 2008.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **10 anos de luta contra o Racismo**. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

OTTMAN, Goetz. Cidadania Mediada: processos de democratização política municipal no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 74, mar. 2006.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Emir. Sobre Classes Populares no Pensamento Sociológico Brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A Aventura Antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e Perspectiva do movimento negro Brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyia, 2008.

RIOS, Flávia Mateus. **Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo**. 2008. Dissertação (Mestrado em) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, dez. 2010 .

RODRIGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Niterói, v. 12 n. 23, 2007.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Atores políticos e lutas sociais**: Movimentos sociais e partidos políticos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Ivair Augusto Alves do. **O movimento negro e o estado**: o caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no Governo de São Paulo (1983-1987). 2001. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SANTOS, Jocélio Teles do. Mobilização política e normatização de conflitos: o conselho negro. In: **O poder da cultura e a cultura no poder**: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, dez. 2011.

SOARES, Claudete Gomes. **Raça, classe e cidadania: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2003)**. 2009. Tese (Doutorado em) – Faculdade de Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles; McADAM, Doug; TARROW, Sidnei. Para mapear o confronto político. In: **Lua Nova**, São Paulo, 2009.

TOURRAINE, ALAN. **Palavra e sangue**. Política e sociedade na América Latina. Campinas: Ed. Unicamp. 1989.

UBIALI, Miliana Passarelli. **Ideologia e política**: a relação entre Estado e movimento social negro. 2011. Dissertação– Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.